

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Alzair Eduardo Pontes

OCUPAÇÃO TERRITORIAL E CONFLITOS:
o caso do assentamento São Domingos dos Olhos D'água

Taubaté – SP
2014

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Alzair Eduardo Pontes

**OCUPAÇÃO TERRITORIAL E CONFLITOS:
o caso do assentamento São Domingos dos Olhos D'água**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Moacir José dos Santos

Taubaté – SP
2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU**

P814o Pontes, Alzair Eduardo
Ocupação territorial e conflitos: o caso do assentamento São Domingos dos Olhos D'água / Alzair Eduardo Pontes. - 2014.
167f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, 2014.
Orientação: Prof. Dr. Moacir José dos Santos, Departamento de Economia, Contabilidade e Administração.

1. Planejamento. 2. Ocupação territorial. 3. Conflitos no campo.
4. Assentamento rural. I. Título.

ALZAIR EDUARDO PONTES

**OCUPAÇÃO TERRITORIAL E CONFLITOS:
o caso do assentamento São Domingos dos Olhos D'água**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Moacir José dos Santos.

Data: 01 de agosto de 2014

Resultado: aprovado

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Moacir José dos Santos - Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Fábio Ricci - Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Adilson da Silva Mello - Universidade Federal de Itajubá

Assinatura _____

Dedico esse trabalho à população do Projeto de Assentamento São Domingos dos Olhos D'água, pessoas com quem aprendi muito sobre reforma agrária, sobre sonhos e, principalmente, sobre a vida e suas pedras no caminho.

À Shirley, Lorena, Larissa e Camila e ao Eduardo e Alzair Filho, que mesmo sentindo minha ausência compreenderam, apoiaram e deram importância a esta jornada.

AGRADECIMENTOS

À FESG/FAFICH, pelo financiamento de parte desta capacitação.

Ao Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, órgão da Comissão Pastoral da Terra, por ceder documentos e permitir acesso ao acervo bibliográfico.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Moacir José dos Santos, o meu eterno agradecimento e reconhecimento.

À Profa. Mariney Aparecida Farias dos Reis Dutra Vieira, pela contribuição direta na minha pesquisa.

À Profa. M^a Ita de Fátima, que por meio da Associação das Fundações Públicas Municipais do Estado de Goiás viabilizou o programa aos docentes da turma MPDR03G.

Ao Prof. Dr. Diosnel Centurión, PhD, com quem aprendi que mesmo falando pouco pode-se dizer muito.

A todos os mestres responsáveis pelo meu desenvolvimento cognitivo.

À Universidade de Taubaté (UNITAU), pela receptividade e apoio aos educandos que buscam o saber e o conhecimento.

A todas as pessoas residentes no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água que, pacientemente, concederam-me entrevistas e colaboraram diretamente para este propósito, demonstrando interesse e apreço pela pesquisa.

Em si mesmo o poder não é violência nem consentimento o que, implicitamente, é renovável. Ele é uma estrutura de ações; ele induz, incita, seduz, facilita ou dificulta; ao extremo, ele constringe ou, entretanto, é sempre um modo de agir ou ser capaz de ações. Um conjunto de ações sobre outras ações (FOUCAULT, 1979).

RESUMO

O território estudado localiza-se na região sul do estado de Goiás, no município de Morrinhos, e denomina-se Assentamento São Domingos dos Olhos D'água. O estudo partiu do pressuposto que o território é um espaço onde o poder e a dominação são predominantes. No território desenvolve-se a relação desigual de forças que lutam pelo domínio e apropriação do espaço mediante o controle político-econômico. A conquista de uma fração do território é um trunfo na luta pela terra, que viabiliza o processo de territorialização do próprio combate. Esse processo é entendido, no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento capitalista. Trata-se de um estudo de caso, e por realizar-se em uma localidade onde não existem trabalhos semelhantes ao proposto classifica-se como pesquisa exploratória. Não deixa, porém, de ser uma pesquisa descritiva, pois apresenta características comuns a outras pesquisas que também se enquadram nessa denominação. Em campo realizaram-se 72 entrevistas e foram observados o acervo da CPT, relatórios do INCRA, e atas das entidades ligadas ao PA, com o objetivo de melhor compreender as relações de poder relacionadas à ocupação do território no contexto da reforma agrária em âmbito local. A pesquisa revelou que existem forças antagônicas no processo de ocupação e territorialização do espaço rural, o que torna o território uma zona onde as ações são conflituosas. As políticas públicas implementadas nas últimas décadas foram apenas paliativas, pois, como exposto no estudo, a reforma agrária brasileira ainda não subsidia seus beneficiários de ferramentas e condições para uma produção alternativa frente ao modelo capitalista vigente. Ficou evidente, ainda, que o assentamento é um espaço social complexo, marcado por disputas políticas, em que grupos se interpelam na busca de organizar o território ocupado com práticas sociais e estratégias de luta oriundas dos interesses distintos dos sujeitos sociais participantes do processo, circunstâncias que perpassam por conflitos de várias dimensões no seu interior.

Palavras- chave: Planejamento. Ocupação Territorial. Conflitos no Campo. Assentamento Rural.

ABSTRACT

TERRITORIAL OCCUPATION AND CONFLICTS: THE CASE OF THE SÃO DOMINGOS DOS OLHOS D'ÁGUA SETTLEMENT

The study area is located at the southern region of the state of Goiás, municipality of Morrinhos, and is called *São Domingos dos Olhos D'Água* Settlement. The study assumed that the territory is an area where power and domination structure social and production relations. The study area shows the unequal balance of forces fighting for dominance and appropriation of space through political and economic control. The conquest of a land fraction is a triumph in the struggle for land. It enables the process of territorialization of the struggle itself. This process is understood in its most general character as the fight against expropriation and exploitation of capitalist development. This is a case study and due to the fact that it was carried out in a municipality where there is no similar work to that proposed here, this research was classified as exploratory. However, it is also a descriptive research because it presents features similar to other studies that also fall under this denomination. Overall, 72 field interviews were performed. In addition, CPT collection, INCRA reports and proceedings of entities linked to PA were searched in order to better understand the power relations related to the occupation of the territory in the context of land reform at local level. The research revealed that there are opposing forces in the process of occupation and territorialization of rural areas, which makes it an area where actions are conflicting and apparently, public policies implemented in recent decades were only palliative, because as reported in this study, land reform in Brazil does not provide beneficiaries with tools and conditions for alternative production in relation to the current capitalist model. It was also evidenced that the settlement is a complex social space marked by political disputes where groups interpellate, seeking to organize the occupied territory through social practices and struggle strategies coming from different interests of social actors participating in the process, circumstances that last through conflicts of various dimensions.

Keywords: Planning. Territorial occupation. Field Conflicts. Rural Settlement

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – IDM dos Municípios da Região Sul Goiano

97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Assentamentos no município de Morrinhos	31
Quadro 2 – Movimentos socioterritoriais ou territorializados	61
Quadro 3 – Síntese dos procedimentos metodológicos adotados no estudo	85
Quadro 4 – Relação de parceiros do assentamento São Domingos dos Olhos D'Água e seu respectivo número de lote	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – IFDM e áreas de desenvolvimento: Morrinhos (GO)	98
Gráfico 2 – Tempo de fixação nas parcelas do PA São Domingos dos Olhos D'Água	106
Gráfico 3 – Onde e com o quê já trabalhou no local de origem	107
Gráfico 4 – Motivação em participar da luta pela terra em GO	110
Gráfico 5 – Forma de aquisição do lote	117
Gráfico 6 – Projetos de vida das famílias assentadas	120
Gráfico 7 – Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água: origem dos assentados	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Agricultura familiar e os mercados de alimentos

67

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Casa ampliada - PA São Domingos dos Olhos D'água

119

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do Assentamento São Domingos no município de Morrinhos (GO)	100
Mapa 2 – Mapa do loteamento do São Domingos dos Olhos D'Água, município de Morrinhos (GO).	104

LISTA DE SIGLAS

ABRA	- Associação Brasileira de Reforma Agrária
AGRODEFESA	- Agência Goiana de Defesa Agropecuária
ANC	- Assembleia Geral Constituinte
APP	Área de Preservação Permanente
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COAMS	- Coordenação de Associação de Assentados do Mato Grosso do Sul
COMPLEM	- Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOMAFAGO	- Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Goiatuba – Goiás
COOP-SAFRA	- Cooperativa Mista Solidária dos Agricultores Familiares da Reforma Agrária de Morrinhos (GO)
COSTEC	- Cooperativa de Serviços Técnicos Para o Desenvolvimento Rural
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
DAIMO	- Distrito Agroindustrial de Morrinhos
FAFICH	- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba
FAO	- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
fESG	- Fundação de Ensino Superior de Goiatuba
FETAEG	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Estado de Goiás
FETAEMG	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Estado de Minas Gerais
FETAGRI MS	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul
FETAPE	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Pernambuco
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IDM	- Índice de Desempenho dos Municípios
IFDM	- Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAST	- Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MBST	- Movimento Brasileiro dos Sem-Terra
MCC	- Movimento Camponês de Corumbiara
MCL	- Movimento de Comissões de Luta
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD	- Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MLST	- Movimento da Libertação dos Sem-Terra
MLT	- Movimento de Luta pela Terra
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MST-SMT	- Movimento Sem-Terra do Sul do Mato Grosso
MT	- Movimento da Terra
MUST	- Movimento Unificado dos Sem-Terra
ONGs	- Organizações Não Governamentais
ONU	- Organização das Nações Unidas
PA	- Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PC do B	- Partido Comunista do Brasil
PIB	- Produto Interno Bruto
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNB	- Produto Nacional Bruto
PNRA	- Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRRA-GO	- Plano Regional de Reforma Agrária de Goiás
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	- Partido dos Trabalhadores
SEAGRO	- Secretaria Estadual Agropecuária
SEPLAM	- Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás
STRM	- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos
STRs	- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
UDR	- União Democrática Ruralista
UNESP	- Universidade Estadual Paulista
UNITAU	- Universidade de Taubaté
USP	- Universidade de São Paulo
ZOOTEC	- Zootec Assistência Técnica Ltda

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 Problema	21
1.2 Objetivos	22
1.2.1 Objetivo geral	22
1.2.2 Objetivos específicos.....	22
1.3 Delimitação e alcance do estudo.....	22
1.4 Relevância do estudo	23
1.6 Organização da dissertação.....	23
2 REVISÃO DA LITERATURA	25
2.1 Desenvolvimento e territorialidade	25
2.2 Consolidação do Assentamento e Desenvolvimento Local	31
2.3 Relações de poder na sociedade contemporânea	42
2.4 Ocupação territorial	45
2.5 Reforma agrária no Brasil.....	51
2.6 Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra e sua territorialização	55
2.7 Movimentos socioterritoriais ou territorializados	59
2.8 A Comissão Pastoral da Terra CPT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	61
2.9 Territorialização, conflitos e construção das identidades em assentamentos rurais	63
2.10 A produção nos assentamentos.	65
2.11 A comercialização nos assentamentos.	69
2.12 Programas de apoio à comercialização	73
2.13 União Democrática Ruralista UDR X Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST	75
2.14 Desafios e a luta dos assentados pela territorialização.....	77
3 MÉTODO.....	81
3.1 Delineamento da pesquisa	81
3.2 População e amostra	86

3.3 Instrumento	86
3.4 Procedimento de coleta de dados	87
3.5 Análise de dados	89
3.6 Pesquisa de campo	90
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	92
4.1 Unidade caso em estudo	92
4.1.1 Morrinhos (GO): algumas notas sobre sua localização, origem e desenvolvimento socioeconômico	93
4.1.2 A Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água	101
4.1.3 Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água	102
4.2. Trajetória social e construção identitária	104
4.3 Processo de formação e constituição do assentamento rural	109
4.4 Processos indenitários no assentamento	116
4.5 Redes sociais estabelecidas em prol do acampamento	124
4.6 Trabalho: caracterização	126
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	138
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas	
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Institucional	
ANEXO B – Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos	
ANEXO C – Cadeia Dominial do PA São Domingos dos Olhos D'Água	
ANEXO D – Carta de Denúncia dos Acampados	
ANEXO E – FALA CPT – Boletim Informativo CPT/GO de 9/01/2001	
ANEXO F – Caso da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água	
ANEXO G – P. 2 B – Jornal O POPULAR de 07/08/2001-	
ANEXO H – Boletim FALA CPT de 25/07/2002	
ANEXO I – P. 4 – Jornal O POPULAR de 19/07/2002	
ANEXO J – Pronunciamento do deputado Aldo Arantes sobre a situação da desapropriação da fazenda São domingos dos Olhos D'Água	
ANEXO L – Relatório da Procuradoria Federal Regional de 03/01/2001	

1 INTRODUÇÃO

Este estudo pretende levantar algumas questões para reflexão e debate sobre os conflitos e os movimentos sociais no campo, que apresentam uma variabilidade e uma complexidade muito grandes. São conflitos que envolvem a luta pela posse e uso da terra, conflitos ligados à questão do trabalho, conflitos ligados à luta pela cidadania, conflitos ligados às políticas públicas de crédito rural e de subsídios governamentais., e deles participam categorias sociais diferenciadas.

Essas lutas ocorrem dentro de um quadro marcado por relações de poder que só aumentam a violência e a intensidade com que desenvolvem os conflitos no campo. Para Souza (1995), as relações de poder são geradoras de território, e o poder, de acordo com Raffestin (1993, p.58), “visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”, logo, sobre a população e sobre os recursos naturais. O domínio, o controle e a apropriação são materializados na transformação territorial.

No território, segundo Raffestin (1993), há ‘Poder’ sendo este ‘poder’ aquele exercido por representantes dos aparelhos complexos, atores sintagmáticos, que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos naturais, como a terra. Esse apoderamento é aquele que se manifesta por ocasião das relações entre indivíduos e não é algo nas mãos de alguém: ele é exercido pelos homens e é produzido nas relações entre os homens.

Para Saquet (2007), o território é a tentativa de um indivíduo ou de um grupo atingir, influenciar ou controlar pessoas por meio da delimitação de uma área geográfica e do controle pelo estabelecimento de fronteiras, que levam à constituição de malhas e redes que delimitam os campos de ação de cada sujeito.

O território é, portanto, essencialmente um instrumento de exercício de poder e deve ser entendido, segundo Souza (1995), como todo espaço definido e delimitado por/e a partir de relações de poder.

O território torna-se a base e o fundamento do Estado-Nação, que foi instituído por um processo jurídico-político no intuito de legitimar a utilização dos recursos naturais. Para Haesbaert (1997), na construção do Estado-Nação o território é uma invenção política do mundo moderno, obra de uma classe social, a

burguesia, executada especialmente para seu próprio benefício.

Se objetivamente os territórios são dominados, ao mesmo tempo e subjetivamente eles podem ser apropriados, o que, por um lado, pode ser negativo e, por outro positivo, como afirma Haesbaert (2004):

[...] associar ao controle físico ou à dominação “objetiva” do espaço uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social. Simplificadamente podemos dizer que, enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe traz como consequência um fortalecimento das desigualdades sociais, apropriação e construção de identidades territoriais resulta num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que, por sua vez, pode desencadear tanto uma segregação maior quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor. (HAESBAERT, 2004, p.121).

A elaboração de uma identidade social e territorial materializada no espaço, como com os assentamentos rurais, tanto pode fortalecer a luta entre classes diferentes pela terra, nesse caso, como pode também propiciar o diálogo entre a sociedade e os envolvidos.

Como a territorialização é o resultado da relação entre o domínio e a apropriação simbólica dos espaços em diferentes escalas pelas diversas classes sociais, podem formar-se diferentes territorialidades ao mesmo tempo. Concorda com essa afirmação Haesbaert (2004), para quem o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados.

Essa relação varia muito, dependendo das classes sociais, dos grupos culturais e das escalas geográficas que se estiver analisando. Como na atualidade vive-se concomitantemente uma pluralidade de circunstâncias, é comum a existência ao mesmo tempo de múltiplos territórios.

Ora demanda-se posicionar-se perante uma determinada territorialidade, ora perante outra, como se os marcos de referência e controle espaciais fossem perpassados por múltiplas escalas de poder e de identidade. Isso resulta em uma geografia complexa, uma realidade multiterritorial que se busca traduzir em novas concepções na medida de cada circunstância.

Ao se tratar de território é preciso considerar o papel do Estado, que cria as

condições básicas para a instituição do território dos grandes produtores, enquanto os trabalhadores rurais, proprietários ou não da terra, ficam marginalizados. Essa apropriação desigual do território e os conflitos nele existentes expressam a concentração de riqueza e poder da sociedade capitalista.

Nesta pesquisa discutem-se as características mais significativas da questão agrária do Brasil, assinalada pela ação dos movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra. Uma luta que não se restringe só à apropriação da terra, mas estende-se também aos direitos humanos, ao desenvolvimento econômico e social, e à preservação do meio ambiente.

Para entender o processo de resistência, apropriação e permanência na terra estudou-se o Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, localizado ao sul do município de Morrinhos, no estado de Goiás. No contexto da política agrária brasileira este estudo tem como percurso norteador o desenvolvimento de uma revisão da literatura sobre a ocupação territorial e conflitos no campo, para compreender a luta dos camponeses nos movimentos sociais para ter acesso à terra e nela permanecer.

1.1 Problema

O território é um espaço onde o poder e a dominação são predominantes, pois é no território que surge uma relação desigual de forças que lutam pelo domínio e apropriação do espaço pelo controle político-econômico.

O domínio de uma fração do território é uma condição exitosa na luta pela terra. Essa luta viabiliza o processo de territorialização do próprio combate. Esse processo, no seu caráter mais geral, é tido como natural na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento capitalista.

Para os movimentos sociais de luta pela terra, por exemplo, a ocupação é a condição da territorialização, pois com a ocupação de um pedaço do território cria-se um novo grupo de famílias para nova territorialização e conquista de outra fração do território.

Face ao exposto, a problematização desta pesquisa cabe na seguinte questão: quais os principais conflitos ocorridos no processo de ocupação, posse e

permanência na terra pelos trabalhadores rurais do Projeto de Assentamento São Domingos dos Olhos D'água?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Compreender as relações de poder relacionadas à ocupação do território no contexto da reforma agrária em âmbito local.

1.2.2 Objetivos específicos

- Pesquisar o processo de ocupação e posse do território no Projeto de Assentamento São Domingos, localizado na cidade de Morrinhos, estado de Goiás.
- Investigar as relações de poder estabelecidas entre os Trabalhadores Rurais e os demais Agentes Sociais envolvidos no processo de ocupação e posse do território no Projeto de Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água.
- Compreender a formação do território relacionada ao processo social de desenvolvimento local.

1.3 Delimitação e alcance do estudo

A delimitação desta pesquisa, que é puramente um estudo de caso com coleta dos dados em material bibliográfico, documentos e pesquisa de campo, operacionalizou-se em um recorte temporal compreendido entre os anos de 1980 e 2010.

Para tanto foram consultadas obras que abordam relações de poder e conflitos no campo, teorias sobre metodologia científica, pesquisa social e, principalmente, obras que versam sobre estudo de caso. Os documentos restringiram-se ao acervo da CPT, INCRA e STRM e atas da Associação e da Cooperativa dos moradores do PA em estudo.

A presente investigação acontece no âmbito do município de Morrinhos (GO), e tem como alcance o Projeto de Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, bem como os diversos atores sociais de articulação da reforma agrária. Pode, porém, atingir vários estados do Brasil, porque os Projetos de Assentamentos estão presentes em quase todo o território do País,

Esta investigação poderá, portanto, servir como estímulo para reflexões e investigações sobre a reforma agrária no Brasil, objetivando uma melhor compreensão dos conflitos existentes na forma de ocupação e territorialização do espaço rural.

1.4 Relevância do estudo

A territorialização agrária sempre esteve relacionada aos conflitos por terra. Esses conflitos territoriais, todavia, não podem ser reduzidos apenas à disputa pela terra no momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento de confusão. Para compreendê-lo em sua essência é necessário compreender o conceito de conflitualidade.

A conflitualidade, segundo Fernandes (2004), é um processo constante, alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização/desterritorialização/reterritorialização de diferentes relações sociais.

A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito são articulados pelos vários agentes sociais envolvidos no processo de ocupação e posse do território. São processos que contribuem para promoção social e que podem contribuir para o desenvolvimento local.

1.6 Organização da dissertação

O escopo deste trabalho se divide além, da Introdução, em cinco seções e rápidas considerações finais a guisa de conclusão. A introdução visa facilitar a compreensão dos objetivos do estudo e leva o leitor a identificar o tema, o problema, os objetivos, a delimitação e relevância do estudo. Já a segunda seção apresenta a

revisão da literatura das áreas abordadas, bem como conceitos fundamentais utilizados na pesquisa.

Essa revisão apresenta o resultado de leituras pertinentes e da pesquisa bibliográfica e documental, dando suporte teórico para se compreender a luta pela terra, a trajetória dos camponeses e dos movimentos sociais que reivindicaram a terra para sobreviverem. Demonstra, também, as relações de poder entre os atores envolvidos no processo de reforma agrária no Brasil.

Ainda nesta seção abordam-se a luta pela terra e os aspectos históricos da concentração fundiária em Goiás, o Sul-Goiano, onde se localiza o Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, em Morrinhos (GO), e algumas características geo-históricas de Morrinhos (GO).

Na terceira seção descreve-se o método utilizado para realização da pesquisa, para corroborar os resultados e as discussões apresentadas.

A quarta seção traz os resultados e a discussão, com a análise da luta pela terra da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, sua cadeia dominial, e todas as nuances da fase de acampamento à de assentamento, as causas de muitos acampados não terem chegado a assentados, a produção, as políticas públicas e a necessidade delas e os recursos ali existentes, a importância de desconcentrar a terra e proporcionar cidadania aqueles sujeitos por meio da justiça social.

A quinta seção encerra o estudo com as considerações finais, seguidas pelas referências.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Desenvolvimento e territorialidade

Para Brum (1999), o desenvolvimento econômico está relacionado às atividades agregadoras e refere-se ao abastecimento de bens e serviços necessários para satisfazer às necessidades humanas, tanto individuais quanto coletivas. Por isso, o crescimento econômico de uma indústria, país ou região aumenta a oferta de tais bens e serviços.

As dificuldades inerentes à mensuração do crescimento partem da disponibilidade de dados empíricos, e as diferenças nas condicionantes sociais e institucionais de cada região dificultam comparações. Dessa forma, a noção de desenvolvimento é afetada pela concepção da questão socioambiental.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento e meio ambiente tornaram-se referências interrelacionadas. O desenvolvimento sustentável foi definido no Relatório de *Brundtland* como aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. (BRUNDTLAND, 1987, p 58).

O desenvolvimento de uma região, sua pujança econômica, o alcance de patamares melhores nos índices de qualidade de vida da sua sociedade dependem em muito de políticas governamentais em todas as suas esferas; mas também, e principalmente, da iniciativa e da capacidade de mobilização conjunta não só de seus políticos, mas de seus líderes intelectuais, empresariais e comunitários.

Trata-se de coragem política, de vontade política e, em última análise, de deliberação e ação. Se todos os três setores – público, privado e social – estiverem articulados apenas dentro dos limites de suas próprias paredes, as possibilidades de

ação se reduzem. As soluções devem transpor essas fronteiras para criar novas parcerias entre os setores para um futuro melhor (LEZANA, 2003).

Frisa ainda Lezana (2003) que o desenvolvimento local depende da formação de um processo ativo e inovador, fortemente articulado, em que um dos fatores condicionantes é a atuação dos agentes integradores. Quando as iniciativas locais formam parte de uma rede de intercâmbios e de relações econômicas, comerciais e tecnológicas, a incerteza se reduz e a sinergia e a cooperação entre os atores se potenciam, o que provoca um fortalecimento competitivo do território.

Segundo Smith (1996), autor do clássico “A riqueza das nações”, o desenvolvimento de um determinado espaço só é possível quando os atores econômicos conseguem satisfazer as necessidades e interesses individuais de forma natural. O autor parte da máxima de que todo homem vive para o escambo, ou se torna um mercador por causa das circunstâncias a ele impostas, levando a sociedade a transformar-se no que é: uma sociedade de trocas. Isso leva ao entendimento que o homem tem como meta o lucro, e com isso passa a produzir mais e o excedente da produção é benéfico para toda sociedade.

Sen (2000) ressalta o antagonismo entre a perspectiva focada nas liberdades humanas em relação àquela que identifica desenvolvimento enquanto vetor de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), do aumento de rendas pessoais, da industrialização, da modernização tecnológica e social, sem, no entanto, inibir possíveis elementos potencializadores da expansão da liberdade.

Ainda de acordo com Sen (2000), vários são os elementos de privação de liberdade que são fontes inibidoras do desenvolvimento:

[...] Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como, por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (SEN, 2000, p. 18).

Ao seguir essa mesma ótica, Veiga (2002) questiona a forma ortodoxa de desenvolvimento enquanto sinônimo de crescimento do PIB, aumento da renda *per capita*, industrialização, avanço tecnológico ou modernização, apesar de também entender que esses elementos são basilares enquanto meios de expandir a liberdade.

O autor destaca que o crescimento econômico estaria na base do combate à pobreza, que dependeria, porém, de fatores como acesso à terra, educação, diferenças étnicas ou de gênero, condicionantes fundamental para a redução, ou não, da pobreza.

Uma primeira questão a ser destacada refere-se ao fato de que a prevalência do entendimento do termo desenvolvimento, enquanto sinônimo de crescimento econômico e progresso, vem sendo relativizada ao longo das últimas décadas, tanto por pesquisadores quanto por órgãos oficiais, tais como a FAO, PNUD, Cepal, BID, e BIRD, entre outros, de forma que esse conceito já não é tão autoevidente como anteriormente se apresentava.

Segundo a perspectiva de Sen (2000), o desenvolvimento de um país estaria diretamente ligado às oportunidades que oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania, garantindo tanto os direitos sociais básicos, como saúde e educação, como outros itens, tais como segurança, habitação, cultura e lazer.

Em abordagem relativamente recente, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), agência de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), passou a colocar o ser humano como elemento central no debate sobre o desenvolvimento, bem como nas políticas socioeconômicas destinadas a melhorar as condições de vida da população. Nessa perspectiva, o fator humano passou a ser o elemento principal de progresso, e o desenvolvimento humano o ponto focal do conceito de desenvolvimento (BUARQUE; BEZERRA, 1994).

Para Buarque e Bezerra (1994), o desenvolvimento local é fruto de um ciclo virtuoso entre pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos que fomentam o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida de seus membros. Representa uma singular transformação na matriz econômica e na teia social em determinado local, resultante da mobilização de uma força motriz advinda da sociedade, onde o grupo exprime suas capacidades e potencialidades específicas.

Esse desenvolvimento deve alavancar as oportunidades sociais e viabilizar a competitividade da economia local, para se ter um aumento da renda e das formas de riqueza ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais, para que o processo se torne consistente e sustentável.

Apesar de constituir um movimento de forte conteúdo endógeno, o desenvolvimento local se insere em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual cria interface e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas. O desenvolvimento local, na atualidade, está associado, normalmente, a processos inovativos e mobilizadores da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições encontradas no contexto.

Como ensina Buarque e Bezerra (1994), ao utilizar suas características, sua vocação e suas qualidades superiores, as comunidades se especializam nos campos em que têm uma possibilidade de sobressair socioeconomicamente. Mesmo quando decisões externas interferem negativamente ou são restritivas conseguem ter um papel decisivo na reestruturação socioeconômica.

As experiências bem sucedidas de desenvolvimento endógeno derivam, quase sempre, de um conjunto de fatores políticos e sociais favoráveis, incentivado por uma mobilização, e, principalmente, união de propósitos dos atores sociais do município ou de determinada localidade em torno de prioridades e orientações básicas de desenvolvimento. Representa, nesse sentido, o senso comum dos atores que dão norte à viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as estratégias e promover a dinamização e transformação da realidade (CASTELS; BORJA, 1996).

O conceito geral para desenvolvimento local pode ser utilizado para diferentes espaços territoriais e comunidades de pequena escala, desde bairros e vilas até assentamentos de reforma agrária, ou mesmo municípios e micro e mesorregiões de porte reduzido (CASTELS; BORJA, 1996).

O desenvolvimento de um assentamento é uma forma de desenvolvimento local, com uma amplitude espacial delimitada pelo espaço político-administrativo pré-determinado. Pode ser mais amplo que a comunidade e menos abrangente que o microrregional. O assentamento tem uma escala territorial adequada à mobilização das energias sociais e integração de investimentos potencializadores do desenvolvimento, seja pelas reduzidas dimensões, seja pela aderência político-

administrativa que oferece com os movimentos sociais de luta pela terra e instâncias governamentais.

O desenvolvimento de assentamentos da reforma agrária, no molde exposto, também é uma forma particular de desenvolvimento local delimitado pelo espaço da comunidade vinculado a projetos de assentamentos. Os assentamentos não tem a aderência político-administrativa do setor público (municipalidade), mas apresenta homogeneidade social e econômica, e capacidade de organização comunitária.

Os impactos territoriais existentes no contexto dos assentamentos indica que se trata de uma construção resultante do encontro entre sociedade e espaço. O território se constitui enquanto tal não por que é construído pelo homem apenas, mas por que tem um conteúdo político que passa pelas manifestações de poder sobre o espaço, sintetizando o conflito de classes existente na sociedade.

Tratam-se de impactos territoriais, porque as transformações no espaço, com as lutas e conquista da gleba de terra, implicam em alterações na relação de poder, conferindo ao território do assentamento um conteúdo essencialmente político e propício ao desenvolvimento.

Um importante indicativo do desenvolvimento ocorrido em áreas de assentamento é a formação de grupos, cooperativas, associações, relações coletivas e comunitárias, entre outros. Na construção do território camponês, um conjunto de atividades coletivas é desenvolvido nos assentamentos, a partir de espaços de socialização política.

A ideia de espaço de socialização política foi aplicada por Fernandes (1996). Para esse autor existe uma multidimensionalidade no espaço de socialização política que se expressa nos diferentes espaços, comunicativo, interativo e de luta e resistência. A construção desses espaços é utilizada para compreender o desenvolvimento de ações coletivas pelos camponeses no interior dos assentamentos de trabalhadores sem-terra.

Bergamasco e Noder (1996) afirmam que o assentamento pode ser definido como a concepção de novas unidades de produção agrícola por meio de políticas oficiais, visando realocar o uso da terra, ou a busca de novos paradigmas na organização do processo de produção agrícola, materializado na forma de projetos que visam oportunizar populações excluídas da terra a uma nova colonização ou reassentamento.

Para Furtado e Furtado (2000), os assentamentos são modelos de novos domínios da terra, resultados de políticas públicas que buscam mais justiça social com a redistribuição de terras, cujos envolvidos são os trabalhadores rurais sem terra. O termo assentamento, introduzido pelos órgãos oficiais, remete à ideia de alocação, de fixação dos trabalhadores na agricultura, daí o surgimento de uma nova categoria no meio rural: o assentado.

Essa terminologia tenta ocultar uma ação anterior dos trabalhadores que lutaram com bravura pelo direito à terra. Esses meeiros, arrendatários, boias-frias, posseiros, ou pequenos proprietários, que foram expropriados de suas terras pelo sistema capitalista, há muito estavam esquecidos pelo sistema dominante, mas aos poucos conseguem o reassentamento. Não são tratados como sujeitos do processo e sim beneficiários de um programa governamental.

No início dos anos de 1980 intensificaram-se, em todo o Brasil, os movimentos sociais que reivindicavam a redemocratização do País e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores na cidade e principalmente no campo, onde os conflitos por terra ganhavam visibilidade nacional.

Como tentativa de intervir nesses conflitos, o Governo Federal estabeleceu o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e criou o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), como tentativa de diminuir os conflitos agrários a partir de uma ambiciosa distribuição de terras. Para o período de 1985 a 1989 foi previsto o assentamento de 1,4 milhão de famílias em todo território nacional (BRASIL, 2003).

No estado de Goiás, que na época incluía o território do atual estado do Tocantins, a meta era assentar 125.500 famílias. Em 1986, o Plano Regional de Reforma Agrária de Goiás (PRRA-GO) confirmou essas previsões e ainda ressaltava que o Estado era considerado uma área prioritária para reforma agrária em razão do crescimento dos conflitos sociais. Segundo Duarte (1998), no período de vigência do PNRA, de 1985 a 1989, foi constatado pelo INCRA que foram efetivamente assentadas 775 famílias no estado de Goiás e 2.664 no estado do Tocantins, totalizando 3.439 famílias.

Dados publicados pela CPT (2011) registram que em agosto de 2013 existiam 287 assentamentos criados e 14.750 famílias de trabalhadores rurais assentadas pelo INCRA no estado de Goiás.

No município de Morrinhos existem três assentamentos, com um total de 120 famílias assentadas e uma que ocupa um dos lotes da fazenda São Domingos, mas que ainda não tem regularizada sua permanência no INCRA, conforme disposto no Quadro 1

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS
MORRINHOS	Tijuqueiro I	20
	Tijuqueiro II	15
	São Domingos	86

Quadro 1: Assentamentos no Município de Morrinhos

Fonte: Pontes (2013).

2.2 Consolidação do Assentamento e Desenvolvimento Local

O desenvolvimento de uma localidade torna-se possível pela formação do capital humano, econômico e social constituído pelas ações realizadas e pelas relações entre indivíduos, governos, organizações representativas e sociedade civil. A agricultura familiar, principalmente a desenvolvida nos assentamentos rurais, insere-se nesse contexto por meio de associações e cooperativas agrícolas familiares.

Segundo dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o grande desafio para as instituições brasileiras é o combate à fome e à miséria, e uma das possíveis soluções está na mudança dos padrões sociais, partindo do estabelecimento de arranjos que fomentem o desenvolvimento local.

O desafio, porém, vai além da erradicação da pobreza. O foco é o aproveitamento das relações oportunizadas pelas ações articuladas no intuito de melhorar a oferta de produtos e serviços oriundos dos agricultores assentados para que, com uma melhor dinâmica e democratização dos territórios, possa levar as famílias ao *status* de autossustentáveis e de cidadania plena.

Ilações sobre desenvolvimento regional e inclusão social estão presentes nas discussões e agendas de governos que, preocupados com a reversão de indicadores como concentração de renda, desemprego, fatores ambientais, êxodo rural e concentração urbana, vêm disseminando e fomentando políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local. O advento entendido como solução para a organização é o diagnóstico, o planejamento, e a autogestão das populações locais.

Ferrarini (2012) assevera que o conceito de desenvolvimento tem o significado de proatividade, de identificação, e de impulso de recursos endógenos suficientes para construir um processo virtuoso e estabelecer ações independentes, sendo, dessa forma, estimulado de dentro para fora; é qualitativo e envolve várias dimensões.

As barreiras para o desenvolvimento de setores excluídos da população, ou melhor, incluídos de maneira periférica, demonstram a enganação da sociedade consumista como exemplo de desenvolvimento global, criando possibilidades de opções epistemológicas e inovadoras do ponto de vista social.

Na concepção de Arrighi (1997), o desenvolvimento necessita a existência do subdesenvolvimento para que possa se perpetuar, isto é, desenvolvimento depende das condições periféricas para manter-se em sua posição hegemônica, de modo que são formados três mecanismos principais de manutenção do *status quo*: fortalecimento do capital, trocas desiguais e transferências unilaterais de mão-de-obra.

No entendimento de Fragoso (2005), o desenvolvimento local estabelece um duplo caráter que o identifica. Um diz respeito ao lugar propriamente dito onde acontecem os eventos e fenômenos, fazendo com que as práticas sociais consigam ser vistas, e o outro não consegue desvencilhar-se dos modelos de relacionamento externo. Em outras palavras, o autor explica que as estruturas localmente empreendidas em consonância com a totalidade das relações de poder exógenas aos ambientes locais estruturam o terreno onde as ações podem ocorrer.

Assim, o local possibilita um ambiente para o entendimento, computando informações de outras estruturas que, fazendo a correta adaptação, são aproveitadas por agentes locais e, ao mesmo tempo, interferem nas políticas e práticas capazes de reconstruir muitos arranjos e estruturas.

Vieira e Santos (2012) citam que o entendimento da significação do conceito de desenvolvimento tem em consideração os valores históricos que foram construídos no decorrer do tempo de cada sociedade, apesar de conservar em seu âmbito a obtenção de padrões de vida superiores, acessíveis a uma grande parte da população. Desse ponto de vista, o entendimento a respeito de desenvolvimento pode ser contrário ao conceito de progresso econômico, até por que seu objetivo vai além da oferta de bens e serviços provenientes do incremento de produtividade.

Nesse caso, Ferrarini (2012) observa que o desenvolvimento estimulado pela política pública que traria independência aos setores excluídos poderia ser conceituado como contra-hegemônico, tendo em vista que é construído no que se considera periferia, baseado em alguns conceitos de solidariedade e sustentabilidade, em estruturas territoriais e de modelo democrático.

Conforme postulam Costa *et al.* (2010), um problema que a princípio percebe-se como barreira no desenvolvimento local dos projetos de assentamentos rurais relaciona-se às questões socioculturais das famílias assentadas, uma vez que os assentados são muito bem preparados para as ações de ocupação da terra, mas não são condicionados com o mesmo vigor para as ações empreendedoras, que envolvam o trabalho coletivo.

Isso é notório quando se percebe que o trabalhador rural assentado, ao ter acesso ao seu quinhão de terra, promove como primeira ação cercar de arame sua gleba com a finalidade de demarcar território.

Por outro lado, confrontando o raciocínio anterior, Fragoso (2005) diz que o local é um tanto quanto vago para não fazer parte, ainda que de forma parcial, dos limites socioespaciais de maior rigidez, e é possível encontrar em suas imediações possibilidade de ações concretas. É no local que se encontram as condições necessárias para a inclusão de processos setoriais e a manifestação dos cidadãos, por intermédio das ações das associações civis.

Para Martins e Caldas (2009), o poder de escolher a respeito desse desenvolvimento não é percebido como princípio exclusivo estatal ou das elites econômicas. A sociedade civil organizada é o agente principal desse procedimento de estruturação coletiva, pois esse processo promove um potencial que maximiza as experiências locais de tal sorte que se refletem no âmbito político, permitindo o surgimento de um ciclo ascendente que não está alinhado às lógicas de exclusão.

Nesse caso, na visão de Vieira e Santos (2012), o volume de dinheiro ou bens materiais que promova o incremento da produção e da produtividade é relevante para o desenvolvimento econômico, contudo uma distribuição mais justa dos recursos favorece a conciliação do desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida.

Esse fenômeno pode ser definido como produtividade social, porque diz respeito à qualidade e quantidade da produção de bens e serviços realizada por

uma dada comunidade, considerando um período de tempo. É capaz, ainda, de determinar como os bens e serviços produzidos favorecem o bem-estar da coletividade e de que maneira são divididos entre seus membros.

Diante disso, a implantação das condições de desenvolvimento em âmbito local é viável e desejável, mesmo sendo de difícil entendimento em uma estratégia de médio prazo, com suporte tecnopolítico mais próximo. Deve-se levar em conta também o conceito de local compreendido como território, que é conceituado a partir dos estudos referenciais, virtualidades e desafios que a comunidade exprime.

Assim, mesmo considerando um paradigma que aceite o pensamento de desenvolvimento sustentável, fatores inovativos, governança local e resultados inovadores compartilhados, expectativa de desconcentração e descentralização dos movimentos das políticas públicas no rumo dos ambientes locais convergem na construção de um consenso sem sentido e instável, haja vista que é compartilhado por diversos atores com históricos político-ideológicos diferentes (FERRARINI, 2012).

Esse também é o entendimento de Costa *et al.* (2010), que apregoam que os trabalhadores rurais assentados, ao incorporarem-se em uma associação, passando a ter sua representação, suas ações individuais, tornam-se uma perspectiva cada vez mais frequente em seus empreendimentos, até por que as associações sociais organizativas são constituídas de espaços de intenções individuais que, na maioria dos casos, não se veem compromissadas com suas bases.

Em síntese, os autores afirmam que, geralmente, um líder comunitário em projetos de assentamentos rurais para conseguir ficar no poder precisa manter o domínio sobre os demais, tendo em vista que é grande o jogo de poder nesses ambientes. Em muitas situações pode favorecer o surgimento de líderes autoritários e centralizadores.

Sausen, Patias e Allebrandt (2011) sugerem que o sucesso da gestão ultrapassa o conceito de eficácia limitado às estratégias organizacionais. Embora muito importantes para o sucesso das organizações, não podem ser consideradas autossuficientes. Isso por que uma efetividade de gestão busca objetivos de comprometimento mais abrangentes, que direcionam um desenvolvimento mais harmonioso no que se refere aos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Em outras palavras, o que esses autores asseveram é que o desenvolvimento local deve explorar as potencialidades locais, produzindo oportunidades locais, promovendo a economia local, e planejando a preservação dos recursos naturais com foco na qualidade de vida da população local.

Nesse contexto, para Martins e Caldas (2009) manusear os aspectos do desenvolvimento local sob as perspectivas da França ou da Inglaterra não é o mesmo que manusear os mesmos aspectos aqui no Brasil, por tratar-se de um País dependente e periférico, que pode colocar em risco a cidadania em detrimento do desenvolvimento local, até por que o desenvolvimento local diversas vezes recebe o nome de público não-estatal. Por isso, em razão de novos empregos e da melhoria da renda, faz-se a privatização do público e extraem-se do lugar a memória e a cultura local pela acumulação primitiva.

De qualquer forma, de acordo com o que preconizam Costa *et al.* (2010), os sucessos ou retrocessos do desenvolvimento local estão intrinsecamente relacionados com os tipos de relacionamento entre os participantes da comunidade. Se o grau de relação é primário, do tipo informal e espontâneo, apresenta mais resistência às mudanças, enquanto que se o grau de relação for secundário, do tipo mais formal, o compromisso de pertencer à associação ou cooperativa é menor e, por conta disso, é comum os empreendimentos não lograrem êxito.

Por esse motivo, a cooperação é uma questão excepcional nos territórios locais, pois promove ações que buscam o desenvolvimento local. As ações competitivas ou as cooperadoras se estabelecem em função da cultura apropriada com a própria história de vida das famílias que fazem parte da comunidade.

De acordo com Vieira e Santos (2012), a atuação das famílias de forma mais intensa e direta promove o surgimento de um capital social, preconizado pelo ambiente de confiança instituído entre os participantes da comunidade. Aliás, os autores destacam que as relações sociais entre os integrantes de uma localidade promovem, além do aspecto econômico, a disposição dos indivíduos para resolverem os problemas de toda a comunidade.

Advogam ainda, nesse sentido, Martins e Caldas (2009), ressaltando que se faz necessário e extremamente importante levar em consideração os agentes sociais e institucionais de cada localidade, considerando a sua diversidade e perspectivas econômicas, os aspectos sociais e ambientais, fatores institucionais e

as várias possibilidades de atuação para as mudanças nas ações e a busca pelo desenvolvimento local.

As mudanças nas ações e a busca pelo desenvolvimento local têm relações muito próximas com as oportunidades que, na visão de Ferrarini (2012), são determinadas pela conquista de ativos como, por exemplo, a educação, o microcrédito e a reforma agrária e, particularmente, como são conseguidos.

Nesse caso, a conquista de ativos estabelece três aspectos básicos para o desenvolvimento local: a) possibilita oportunidades e favorece o aumento da renda; b) favorece a absorção das dificuldades, funcionando como reserva e perspectivas futuras; e c) ressalta os recursos econômicos, humanos, sociais, culturais, ambientais e políticos da comunidade envolvida.

Sausen, Patias e Allebrandt (2011) comentam que o desenvolvimento local, de natureza endógena, traz perspectiva territorial. Cada comunidade tem um modelo de desenvolvimento em função dos tipos de produção e recursos tecnológicos praticados pelas associações locais. Essa perspectiva deságua no atendimento das expectativas dos moradores de um dado local com a participação comunitária, quando seus objetivos estabelecem parâmetros acima da vontade de conseguir vantagens individuais.

Almeja-se alcançar o bem-estar social, econômico e cultural de todos, e a estratégia de desenvolvimento modifica os fatores produtivos e interfere nos aspectos sociais e culturais que determinam o bem-estar da comunidade local. Dessa forma, as associações, sejam pequenas ou médias, representam um papel importante no estudo do desenvolvimento local, por terem flexibilidade e capacidade organizacional pelo capital social estabelecido, pois o desenvolvimento nesse território é uma estratégia para a ação, e a população local, que possui identidade própria, toma atitudes que promovem o desenvolvimento local.

Fragoso (2005), confirmando o pensamento anterior, assevera que é necessário considerar os fatores que estabelecem os relacionamentos no desenvolvimento local, até por que derivam de uma atividade humana que se modifica em função dos seus agentes, grupos, entidades e instituições, permanecendo envolvidos em uma rede de relações múltiplas.

Diante disso percebe-se que inúmeros problemas e limites, que as ações humanas poderiam sofrer, decorrem dos modelos particulares de relacionamento

que se estabelecem no dia a dia. Assim, é possível informar a ação com mais precisão, mergulhando no conhecimento dos motivos pelos quais determinadas ações são infrutíferas e outras não, com a participação de todos que fazem parte da rede ou do capital social.

Nesse trabalho de relações, Vieira e Santos (2012) estabelecem que examinar o espaço local em uma análise histórica é o mesmo que debater a sua utilização partindo de contribuições históricas, mas considerando também as inúmeras ciências sociais, enaltecendo-se a Geografia e a Economia, pois cada lugar tem uma especificidade econômica e cultural, é também um espaço político, natural e geográfico.

Em outras palavras, os autores dizem que é impossível promover uma análise de uma dada localidade se não forem consideradas as modificações ocorridas no decorrer do tempo. Nesse caso, o espaço e o tempo tornam-se as mais importantes dimensões materiais do ser humano e permanecem interligados na natureza e na sociedade.

Conforme relatam Martins e Caldas (2009), os resultados conseguidos em associações locais podem estar entrelaçados com o tempo da ação. A lógica da passagem de tempo do governo é produzida em função do calendário eleitoral, e pensando na lógica das modificações de pensamento, da construção de capital social e o estabelecimento de relações de confiança, pode perdurar por décadas. Em virtude dessa disparidade decorre a dificuldade de se compreender e analisar os resultados produzidos pelas economias locais de uma forma mais crítica.

Em todo o caso, na avaliação de Ferrarini (2012) a formulação de modelos e estratégias de desenvolvimento local, de forma integrada e sustentável em assentamentos rurais, tem se mostrado viável por estimular atitudes emancipatórias por meio das políticas públicas, em que os fatores institucionais e operacionais “[...] são herdeiros de modelos fragmentados, verticalizados e assistencialistas, dificultando, na prática, a necessária assunção de intersetorialidade, participação popular, concentração entre atores sociais e territorialização”. (FERRARINI, 2010, p. 240).

Costa *et al.* (2010) asseveram que a oportunidade traz a necessidade de discutir o desenvolvimento como mera geração de riqueza e crescimento econômico, em comparação à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos que

produzem tais riquezas. Isso por que o grande empresário do setor agrícola, ao estabelecer sua empresa em uma dada região, certamente criará diversas riquezas, e o Estado arrecadará mais tributos, as organizações industriais venderão mais, e muitos empresários pertencentes à cadeia produtiva terão vantagens financeiras.

O trabalhador rural, contudo, continuará sendo apenas um trabalhador rural, independentemente da riqueza que a sua força de trabalho consiga produzir. Nesse caso, o desenvolvimento local ultrapassa a simples geração de renda ou a produção de riquezas.

É pressuposto básico do desenvolvimento local a melhoria do nível de bem-estar e da qualidade de vida para os integrantes de dada comunidade, independentemente da capacidade de acumulação de bens ou de capital de cada um, já que todos estão praticamente no mesmo nível.

Dada a necessidade de buscar novas soluções para a resolução das desigualdades sociais, desponta a importância do capital social que se apresenta, segundo os ensinamentos de Putnam (2006), com algumas características inerentes à utilização de redes de integração como forma de resgatar a confiança e a utilização de normas baseadas em relações de reciprocidade, auxiliando a formação associativa como indutora da prática de atitudes que fomentem o espírito de cooperação e de solidariedade, fatores propícios para o desenvolvimento local.

O grau de empoderamento político das pessoas muitas vezes aponta os caminhos do desenvolvimento. De modo mais específico, pode-se afirmar que a participação dos cidadãos legitima a democracia e conduz de modo mais seguro, à redução das desigualdades sociais. Nessa linha esclarece Putnam (2006):

Diz-se que as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos “internos” sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos “externos” sobre a sociedade. No âmbito interno, as associações inculcam em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. [...]. No âmbito externo, a “articulação de interesses e a “agregação de interesses”, como chamam os cientistas políticos deste século, são intensificadas por uma densa rede de associações secundárias (PUTNAM, 2006, pp. 103-104).

Assim, nas sociedades em que o grau de integração cívica é elevado, tem-se maior força para o estabelecimento de mobilizações, para a liberalização de forças

produtivas que visem pôr em prática um caminho para o desenvolvimento que tenha por escopo o bem-estar social.

A premissa dessas afirmações baseia-se na existência de redes de relações formais e informais que, reconhecidas pela cooperação e reciprocidade entre seus atores, são elementos de fomento ao desenvolvimento. As pesquisas recentes sobre desenvolvimento demonstram que as práticas participativas são elementos balizadores dos processos de desenvolvimento regional. (CARNIELLO & SANTOS, 2011).

Para Kageyama (2004), a noção de desenvolvimento aplicada a um corte territorial rural pode ser bastante complexa, mas há algum consenso a respeito de quais aspectos deveriam ser contemplados. Por exemplo, autores como Medeiros, (1994); Medeiros e Leite (1999), Romeiro *et al.* (1994), e Neves (1985) favorecem a ideia de que o desenvolvimento rural não deve ser exclusivamente econômico, mas deve incluir aspectos sociais e ambientais.

Na compreensão de Dordelly, Buarque e Garcia (2002), os assentamentos são áreas conquistadas de forma conflituosa, quando há invasão da terra, ou ocupação pacífica, no campo pelos trabalhadores filiados a movimento sociais; é a materialização da posse de terra dos trabalhadores que reivindicavam sua entrada definitiva.

O assentamento rural é, portanto, um passo à frente na luta pela posse de um pedaço de terra. Com isso, a perspectiva dos movimentos sociais, para os assentamentos rurais, é que eles exerçam uma função social em que todos os atores envolvidos (mulheres, homens e crianças) possam ter acesso, de forma igualitária, a bens e serviços, para que possam produzir, plantar e exercer de forma plena a cidadania (DORDELLY; BUARQUE; GARCIA; 2002)

Toda essa compreensão, por si só, já remete a uma discussão no seio dos próprios movimentos sociais de luta pela terra, que há muito discutem parâmetros para a consolidação e desenvolvimento dos assentamentos (FERNANDES, 2000).

De acordo com Becker (1995), o cenário moderno do meio rural na contemporaneidade é impulsionado pela ação estatal com diretrizes que direcionam suas ações para definir as estratégias de desenvolvimento focadas no âmbito de créditos, assistência técnica, investimentos agroindustriais, além da infraestrutura de armazenamento, escoamento e comercialização e diversificação da produção

agrícola, na tentativa de possibilitar à população o direito à terra e ao trabalho com o desenvolvimento rural.

A intervenção estatal, nesse contexto, visa diminuir os fortes desequilíbrios e desigualdades entre e intrarregionais concretizadas nas diversidades dos territórios. O desenvolvimento regional se sustentaria no uso de bens e serviços do meio ambiente físico e social e não só no uso da terra, formando parceria com a base local, concretizando-se como uma ferramenta de regulamentação do uso do território na busca de uma nova racionalidade (BECKER, 1995).

Silva (1987) apregoa que há um conjunto de atividades não agrícolas, tais como a prestação de serviços, pessoais, de lazer, ou auxiliares, das atividades econômicas, comércio e indústria, que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional no espaço rural brasileiro, e essas fontes de renda se configuram como alternativas de consolidação e desenvolvimento, redesenhando um novo cenário no território rural. Com isso, no transcorrer desse processo, o espaço rural ganha novos atores, desenhando formas de desenvolvimento que nem sempre estão balizadas somente nas atividades agrícolas.

Frente a esse novo contexto, as antigas premissas do processo de produção que eram balizadas na terra, no capital, e no trabalho, abrem espaço para uma nova reorganização do espaço rural para atuação de novas atividades e ocupações que originaram a chamada renda não agrícola, originária de outras fontes de renda, como prestação de serviços e industrialização, que não estão diretamente ligadas à atividade primária do setor agrícola.

Veiga (2005) já concluiu que o novo rural produz uma ruralidade que considera o espaço local como nova alternativa de renda, ligada à mobilidade de deslocamentos da população curtos ou longos, reais ou virtuais, ou em formas de lazer que reportam as sensações de liberdade em espaços de beleza do meio ambiente ligados diretamente a uma melhor qualidade de vida e à valorização da produção limpa¹.

¹ Os princípios de produção limpa (*Clean Production*) foram propostos nos anos 80 pela *Greenpeace*, organização não-governamental internacional, “Os processos de Produção Limpa são desenhados para utilizar somente matérias-primas renováveis, além de conservarem energia, água e solo. Não devem utilizar nem elaborar compostos químicos perigosos, evitando assim a geração de resíduos tóxicos” (FURTADO, 2001, p 14).

O novo espaço rural, portanto, abre caminhos heterogêneos para a diversidade produtiva, com fontes de renda alternativas que são impulsionadas principalmente pela não sustentação econômica da agricultura familiar nos moldes tradicionais, engendrada pela “Revolução Verde”². Essa reorganização espacial agrícola oportuniza novas possibilidades de desenvolvimento rural por meio de fontes de renda alternativas, como venda da mão de obra melhor qualificada e novos postos de trabalho em atividades agrícolas e não agrícolas, por pluriatividades que incrementam a renda familiar.

Para Sacco dos Anjos (2005), o incremento de atividades pluriativas é um antídoto que se justifica pela baixa rentabilidade da produção familiar, quando é articulada nos moldes tradicionais, não utilizando todas as inovações tecnológicas do sistema capitalista moderno de produção, que otimiza custos.

De acordo com Milone (1991, p.42): [...] “Em geral, os indivíduos são expulsos das áreas rurais por fatores, tais como sistema de exploração de terra, termos de trocas desfavoráveis etc. Já fatores de atração são: emprego, educação, habitação etc”.

Veiga (1997) acredita que o desenvolvimento se caracteriza como um processo em que a economia consegue simultaneamente crescer e reduzir desigualdades sociais sem agressão ao meio ambiente. Notadamente, o desenvolvimento rural foi definido por esse autor como um fenômeno relacionado ao local e ao regional.

Os lugares e regiões que melhor conseguiriam desenvolver-se seriam aquelas que apresentariam maior articulação dos fatores endógenos, direcionando-os para o fortalecimento de uma teia social, para o aumento da autonomia local dos atores nas tomadas de decisão, para a capacidade de acumular e reinvestir capitais em nível local, enfim, para promover a inclusão social e o aumento da disposição de promover ações amigáveis em relação ao meio ambiente. Os projetos de assentamentos são modelos que, em tese, aproximam-se desse ideal de desenvolvimento.

² A “Revolução Verde” é considerada um conjunto de novas técnicas agrícolas iniciada nos anos de 1960 a 1970, baseadas em estratégias e inovações tecnológicas (VASCONCELOS, 2007).

2.3 Relações de poder na sociedade contemporânea

Pode-se afirmar que existem vários vínculos entre poder e territorialidade, considerando a inter-relação existente entre esses conceitos e que se expressa na prática sócio-político-econômica observada no espaço geográfico ou nas ações espacializadas dos atores sociais que participam da vida sociopolítica dos territórios.

Toda e qualquer ação que a sociedade desenvolve acontece e materializa-se no território, por meio de relações sociais entre os níveis mais diferenciados nas escalas local, nacional e global. Essa dinâmica interfere na vida social, política, econômica e cultural das sociedades. É nesse sentido que a função desta seção é a de contribuir para o entendimento das relações de poder na dinâmica da territorialização do espaço rural.

De acordo com Bourdieu (2004), o poder se caracteriza como um *locus* de forças que permeia, de maneira distinta, atores sociais que buscam exercer uma relação de poder dependendo das circunstâncias e de cada momento histórico, para assim tentar reproduzir suas relações sociais. O poder aparece, portanto, como um conteúdo singular para cada aplicação. Dessa forma, no caso em epígrafe, o tipo de relação de poder observado é o de dentro do território.

Na seara, as articulações entre as escalas de poder admitem verificar também, dentre outras coisas, a materialização de interesses exógenos e endógenos no território (SANTOS, 1996), o que remete ao entendimento que o poder é uma relação instável em que os conflitos surgem constantemente, obrigando as relações de poder a se refazerem continuamente dentro da sociedade.

Para Bobbio (1997), a formação de um determinado grupo que articula relações de poder pode fazer com que ocorra uma criação diferenciada de relações que esses grupos configuram em determinados momentos históricos, quando poderão ou não encontrar-se enfraquecidos por utilizarem tais mecanismos para dar continuidade à partilha pelo poder.

A relação que estimula o poder é definida pela relação social e pelo posicionamento de atores sociais na resolução de seus objetivos no território, para garantirem sua reprodução e fortalecerem seus laços dentro de uma determinada ordem social (DANIEL, 1988).

Entender a natureza do poder e como as relações de poder se manifestam, quais seus interesses, como se articulam, e que impactos causarão, é uma tarefa para se ter o domínio no território que possa tentar organizar esses mecanismos da melhor maneira possível, e possa também criar meios de participação da sociedade na elaboração de projetos para tentar minorar as diferenças sociais (BOURDIEU, 2004).

Silva (2009) afirma que embora a territorialidade seja obtida muitas vezes por relações de poder, estas nem sempre são visualizadas facilmente, mas são nas frações menores que melhor se evidenciam as relações de poder.

Toda territorialidade é uma relação direta com a busca de interesses diferenciados entre os que se territorializam e as outras diferentes territorialidades. Toda relação de poder no território enseja também uma forma conflituosa de territorialidade e de materialização das ações de diferentes atores sociais, uma vez que existe mais de uma territorialidade e, conseqüentemente, mais de um interesse no território.

Foucault (1979), autor que tem como destaque estudos sobre o poder, refuta a ideia de que o eixo central da articulação das relações de poder acontece numa perspectiva que decorreria de uma oposição dominantes *versus* dominados, e propõe:

Que o poder vem de baixo; isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social. Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social. Estes formam, então, uma linha de força geral que atravessa os afrontamentos locais e os liga entre si; evidentemente, em troca, procedem as redistribuições, alinhamentos, homogeneizações, arranjos de série, convergências, desses afrontamentos locais. As grandes dominações são efeitos hegemônicos continuamente sustentados pela intensidade destes afrontamentos (FOUCAULT, 1979, p. 90).

Foucault (1979), em suas análises desloca, portanto, a questão do poder do âmbito tão somente do mais forte, para formas de exercício do poder que perpassam toda a sociedade.

Segundo Romano (1994), enxergar os assentamentos como espaços

sociais onde emergem os conflitos, local de lutas em torno da distribuição desigual de recursos (políticos, econômico e cultural) permite recuperar as multifacetadas que a questão do poder representa no seio dos assentamentos.

Ferrante (1994) destaca que a formação dos assentamentos rurais são processos complexos, cuja constituição é inserida em uma complicada e contraditória disputa de forças sociais. Nesse sentido, o território torna-se a base e o fundamento do domínio espacial, instituído por um processo jurídico-político no intuito de legitimar a utilização dos recursos naturais.

Para Haesbaert (2002), na dominação espacial o território é uma invenção política do mundo moderno, obra de uma classe social, a burguesia, executada especialmente para seu próprio benefício.

Nesse diapasão Caume (2006) destaca que os assentamentos são espaços sociais com forte presença de relações de poder envolvendo os assentados e instâncias sociais, como: latifundiários, partidos políticos, igreja, estado, MST, sindicatos, e associações, entre outros.

Essas relações de poder, ao inserirem-se nas teias sociais, produzem a dominação e a resistência. Não há a manifestação de uma sem a presença da outra. Esse também é o pensamento de Foucault (2002), que defende a tese de que o poder em si não existe. Ele existe enquanto relações.

O autor não concebe o poder como uma propriedade, algo natural que uns detém e outros não, ou seja, nas relações sociais não há um polo dominador e um polo dominado: o que predomina é o empoderamento, fruto de relações cotidianas.

Em outro viés interpretativo sobre poder, Bourdieu (2009) constrói os conceitos de campo de poder e poder simbólico. O campo de poder é o espaço social no qual se estabelecem relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social ou de capital social, de modo tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder.

O autor compreende as relações sociais como um jogo e o poder aparece como propriedade passível de legitimar a sobreposição de um grupo social sobre o outro, dentro do campo de poder, que pode ser interpretado como território.

Já o simbólico refere-se ao poder de constituir o dado pela prática, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a percepção de mundo e, desse

modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo. Um poder quase mágico que permite conquistar o equivalente daquilo que é obtido pela ação dos indivíduos. É uma força transformadora e legitimada por relações e formas de poder (BOURDIEU, 2009).

Dessa forma, a abordagem de Raffestin (1993) para as relações de poder parece conter elementos que remetem tanto às teses defendidas por Foucault (2001) quanto as de Bourdieu (2009), uma vez que remete as relações de poder a articulações territoriais.

Essas articulações evidenciam-se como um espaço político por excelência. Nos embates territoriais, cada ator social procura reforçar sua posição, obtendo conquistas de tal modo que possa pesar mais que outras na competição. O território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo das ações dos grupos sociais. Por isso, são produzidas dominações territoriais.

Nessa perspectiva Foucault (2002) ensina que o poder não deve ser pensado como fundamentalmente emanado de um ponto, em geral identificado com o Estado. Deve-se ter, pois, em mente, na procura de uma compreensão da dinâmica das relações de poder, a ideia de uma teia social. Teia essa que permeia todo o corpo social, articulando e integrando as diferentes formas de poder articuladas pelo estado, sindicato, associação, ONGs.

Para Bourdieu (2004), os agentes, ou atores, sociais constroem o mundo social coletivo ou individualmente a partir de uma estrutura objetiva de distribuição de diferentes tipos de recursos e formas de poder, sejam eles físicos, simbólicos ou culturais, cuja eficiência varia de forma ocasional e localizada.

A ação dos atores sobre essas estruturas objetivas constitui o campo social, dentro do qual ocorrem as disputas entre os agentes possuidores de meios e fins diferenciados e de um *habitus* adquirido por sua socialização prévia ou por aquela praticada dentro do próprio campo. Tais disputas irão contribuir para a conservação ou transformação da estrutura do território.

2.4 Ocupação territorial

Ao longo da história da humanidade, os espaços geográficos foram objetos de demandas e conquistas, levando ao conflito quanto ao seu domínio. Em cada

período histórico essas conquistas expressam as características do sistema político e econômico dominante (SANTOS, 2008).

Segundo Haesbaert (2004), com o surgimento de uma nova geografia, na década de 1970, novos espaços começaram a ser definidos, e o território passou a ter uma significação mais ampla, deixando o conceito de ser simplesmente um espaço geográfico, um pedaço de solo.

Há defensores dessa nova abordagem, como Gotmann (1973); Lacoste (1988); e Raffestin (1993). Este último tem sido a maior referência dos estudos elaborados no Brasil. Para Raffestin, o território é formado pelas relações sociais que se dão no espaço, o que difere da simples concepção de demarcação de espaço, conforme expresso na citação seguinte:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, pp. 143-144).

Para Raffestin, portanto, o território só pode ser caracterizado como um espaço onde se articulam as relações de poder. Essas relações são estabelecidas pelo conflito entre as classes sociais que tentam apropriar-se de porções do espaço, entendido como uma espécie de matéria-prima transformada em território pela ação dos atores sociais. Nesse sentido, a ocupação territorial surge como advento que determina o desenvolvimento e é percebido como espaço do poder, fundamentado em relações sociais que se pautam nos múltiplos poderes instituídos (RAFFESTIN, 1993).

Para Fernandes (1984), no ambiente globalizado, instalado a partir de 1980, o território ganhou novas definições, pois é reproduzido e organizado por relações sociais de classes e revela os movimentos de dominação e resistência:

O território compreendido pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais. [...] Partiremos do território como espaço de governança, mas reconhecemos outros tipos de territórios fixos e fluxos, material e imaterial, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais [...] (FERNANDES, 1984, p. 4).

Fernandes (1984) ainda afirma que essa dominação, balizada pelo modo de produção capitalista, não atende a quem tem a força de trabalho, mas sim ao capital, fomentando ainda mais as disparidades sociais resultantes de uma configuração econômica e social em que poucos acumulam e muitos são excluídos da apropriação da riqueza socialmente produzida.

Raffestin (1993) considera que o domínio de um território é mais do que uma simples relação homem-território. O autor ressalta que existem relações sociais entre os homens que vão além da demarcação de espaços geográficos. A ocupação territorial seria, então, "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional compreendido por sociedade, espaço e tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema" (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

A ocupação e a exploração do espaço denotam o estado de organização das relações de produção, particularmente quanto à possibilidade de ordenar o território para reproduzir as condições necessárias à contínua expansão do capital. Carniello e Santos (2003) evidenciam a necessidade de perceber que o território e o espaço constituem-se em função da dinâmica histórica:

[...] a produção do espaço capitalista é histórica e geograficamente localizada, com a respectiva concentração da riqueza no que tange às dimensões espacial, social e funcional. [...] A expansão do capital depende de sua concentração espacial em determinada região ou país quanto à disponibilização dos recursos financeiros, materiais e tecnológicos necessários à elevação da riqueza, o que potencialmente dificulta sua circulação e o aumento do consumo. Deste modo, os períodos de bonança econômica correspondem ao crescimento da riqueza e a elevação do consumo em virtude da bem sucedida incorporação de mercados consumidores e trabalhadores submetidos à hierarquia espacial e funcional da atividade econômica, porém na medida em que cada ciclo atinge seus limites técnicos e econômicos advém a crise em função da redução da circulação do capital correspondente a obtenção do lucro almejado com o ciclo de produção e consumo (CARNIELLO; SANTOS, 2013, pp. 334-335).

Para Heidrich (1998), entre a ocupação e a materialização do habitat há características da condição territorial, como apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação e separação, que contribuem para uma completa efetivação do território. Para tal são fundamentais os seguintes elementos:

Relação de apropriação (mais que domínio) das condições naturais e físicas por uma determinada coletividade; organização das relações, de modo a particularizar a coletividade como uma comunidade, por isso mesmo diferenciada de outras e, pela mesma razão; delimitação do acesso, do domínio e da posse ao interior da comunidade constituída (HEIDRICH, 1998, p. 22).

Nessa concepção, Raffestin (1993) ressalta que os territórios formados no espaço podem ser conquistados em favor de determinados grupos. O espaço do assentamento rural se constitui como baluarte de determinadas relações, formando o território camponês:

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é de certa forma, 'dado' como se fosse uma matéria-prima. Preexistente a qualquer ação. Local de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Nessa visão, o assentamento é um espaço que promulga conteúdos históricos resultantes de processos políticos e sociais. Trata-se de um espaço onde se articulam as relações sociais, no caso relações associadas à ocupação territorial rural. Nesse *lócus* as famílias assentadas constroem um território camponês percebido nas relações econômicas, políticas e sociais.

Para Fernandes (1998), a ocupação é uma espécie de territorialização materializada com o acampamento, evento que mobiliza os sem-terra para a ocupação de um espaço geográfico:

A luta pela terra leva à territorialização porque ao conquistar um assentamento abre-se perspectiva para conquistar um novo assentamento. Se cada assentamento é uma fração do território conquistado, a esse conjunto de conquistas chamamos de territorialização. Os sem-terra, ao chegarem na terra, vislumbram sempre uma nova conquista e por essa razão MST é um movimento socioterritorial. A territorialização acontece por meio da ocupação da terra. Da ocupação que nasceu o MST (FERNANDES, 1998, p. 33).

Nessa ótica, a ocupação é um embrião da construção de um território, pois a partir da terra ocupada afloram novos movimentos em um processo que se realiza

no enfrentamento entre a territorialização das relações capitalistas e territorialização camponesa: é aquele espaço geográfico ocupado (fração de terra) que estabelece a territorialização e não a ocupação em si.

Segundo Haesbaert (2004), o território é um espaço onde o poder e a dominação predominam, pois é no território que surge uma relação desigual de forças que lutam pelo domínio e apropriação do espaço por meio do controle político-econômico. Santos (2002 p. 10) ainda afirma que: “O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

Em relação a esse pressuposto de território, Santos (1996) esclarece que não deve ser adotada uma análise em um processo de desterritorialização, entendida aqui como exclusão de um número expressivo de pessoas que buscam alternativas de melhores condições de vida fora dos seus lugares de origem, fundada apenas em conjunturas cultural e política, mas também de forma conjunta aos processos econômicos, principalmente a dinâmica capitalista de apropriação do capital e de seus meios de produção.

A conceituação de território também pode ser definida como espaços que grupos sociais defendem pelo desenvolvimento de algumas atividades e abarcamento daquelas que avivam mais precisamente o que os grupos querem materializar no território (HAESBAERT, 2004).

O território não pode ser entendido apenas como uma ocupação ou como entidade exterior aos que o habita, pois é a identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço. É tido como a identidade daqueles que o ocuparam. Talvez a marca mais preponderante de território é a simbiose entre as pessoas e o espaço de domínio (HAESBAERT, 2004).

O autor afirma que o território ou os processos de territorialização são complexos processos de interação entre relações sociais, controle de espaços, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais astuciosa e mais simbólica.

Nessa ótica, o marco territorial, para Haesbaert (2004), deve ser analisado de forma integradora, levando em consideração a dimensão simbólica, cultural, material, econômica, política, social e histórica dos indivíduos ou grupo social. Conforme o mesmo autor: “não há indivíduo ou grupo social sem território, quer

dizer, sem relação de dominação e/ou apropriação do espaço, seja ela de caráter predominantemente material ou simbólico” (HAESBAERT, 2004, p.239).

Ao discutir a relação de apropriação e dominação do espaço Haesbaert afirma que o território:

Envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem [...] e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar e político-econômico, deveríamos acrescentar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p.42).

A construção de um território provoca uma demarcação de fronteiras que leva a um controle determinado aos que estão dentro e fora do território. Toda relação de poder espacialmente mediada é também construtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais, tanto em momentos de conflitos como em negociações.

Para Haesbaert (2004), territorializar-se significa:

Criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também como indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo (HAESBAERT, 2004, p.97).

Já Fernandes (2005) entende por territorialização a luta pela terra:

O processo de expansão e ou multiplicação das áreas conquistadas pelos trabalhadores rurais [...] os latifúndios são territórios que estão sob o controle de grandes proprietários ou empresas. Os assentamentos rurais são territórios das famílias assentadas. Com a desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária e a implantação de assentamentos rurais ocorre a desterritorialização do latifúndio e a territorialização do assentamento (FERNANDES, 2005, p.473).

Com base nos pressupostos dos autores citados, pode-se afirmar que o território é uma reordenação do espaço, ocorrendo os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos grupos. O processo de desterritorialização ocorre paralelamente com a reterritorialização, e esses dois procedimentos são partes do processo sucessivo de territorialização.

Essas são as máximas utilizadas pelos movimentos sociais, que com os assentamentos se territorializam, ocupam uma fração do espaço transformado em território, com cultura e características próprias, e muitas das vezes conquistado com lutas de classes, o que necessariamente desterritorializa aquele que detinha o território.

“O assentamento é o território conquistado, é, portanto, um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas, e representa, sobretudo, a possibilidade da territorialização” (FERNANDES, 1996, p. 181).

A utilização do conceito de território por distintos atores sociais caracteriza a luta pelo poder que envolve conflitos por definição de territórios. Das técnicas reveladoras de interesses dentro do campo de poder submergem posições contrárias e convergentes (BOURDIEU, 2004).

2.5 Reforma agrária no Brasil

A questão agrária no Brasil sempre esteve associada a conflitos por terras, provocados pelo modelo capitalista de apropriação da riqueza que tem como resultado uma diferenciação entre as classes produtoras que muitas das vezes nem os cientistas conseguem desmistificar. Essa questão sempre derrota os políticos que prometem resolvê-la, e vence até mesmo os religiosos que acreditam em seu fim (FERNANDES, 1999).

A luta pela reforma agrária no Brasil ganhou força a partir das décadas de 1940 e 1950 com as Ligas Camponesas, as organizações de trabalhadores rurais apoiadas pela Igreja para lutar pela reforma agrária. Com o aumento do número de conflitos no campo, no primeiro ano da ditadura militar (1964), foi criado o Estatuto da Terra.

Esse Estatuto visava diminuir os conflitos no campo com a regulamentação da reforma agrária e da produção agropecuária. Uma das medidas foi a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão do governo responsável pela reforma agrária. Segundo Martins (1984), com o Estatuto da Terra o governo militar tinha, em verdade, a pretensão de desmobilizar a luta pela reforma agrária, conduzida principalmente pelas Ligas Camponesas.

Isso por que, mesmo com o Estatuto da Terra as ações não materializavam a reforma agrária e serviam apenas para torná-la uma reforma circunstancial, desmobilizadora dos movimentos campesinos, que surgiam onde os conflitos pela terra se tornavam um problema. Na visão do autor, o Estatuto serviu apenas para impedir que a questão agrária se transformasse numa questão nacional, política e de classe (MARTINS, 1984).

Com a instalação em 1964 da ditadura militar, até meados de 1980, a reforma agrária foi radicalmente desacelerada. Na visão de Martins (1984) houve a militarização da questão agrária, que a caracteriza como de segurança nacional. Com essa premissa o governo permitia ocupações somente em regiões mais distantes e com baixa densidade populacional, como as regiões Norte e Centro Oeste. Ao mesmo tempo, essa política almejava reduzir as tensões no campo pelo afastamento dos trabalhadores sem-terra.

Nesse momento dos governos militares, segundo Ianni (1986), houve uma subordinação da agricultura ao capital industrial e o aumento de concentração de terra, tudo à luz das políticas desenvolvimentistas implementadas pelos governos militares.

Esses Governos visavam, sobretudo, à realização de grandes obras de infraestrutura, como a construção de usinas hidrelétricas, modernização da agricultura e a consolidação de complexos agroindustriais, feitos que desencadearam vários impactos sociais e ambientais. No âmbito social, a expropriação do campesinato agravou a questão agrária ainda mais.

A modernização da agricultura provocou mudanças nas relações de produção e criou um exército industrial³ de reserva latente e intermitente. A mão de obra camponesa, que residia no campo, foi substituída pelo trabalhador temporário, que

³ Para Marx, as economias capitalistas, para seu funcionamento, dia após dia e ano após ano, necessitam de um “exército de reserva industrial”, uma reserva de gente pobre que pode ser utilizada e desprezada à vontade pelo capitalista. O exército de reserva industrial se divide em três tipos: latente, flutuante e intermitente. A parte latente do exército de reserva industrial é gerada pela mecanização agrícola, que produz um excedente de população rural, constantemente em condições de ser absorvido pelo proletariado urbano ou manufatureiro, e na espreita de circunstâncias propícias para esta transformação. [...] Reserva flutuante: composta de trabalhadores, atraídos, às vezes, pela indústria moderna, e/ ou rechaçados por outros, especialmente jovens e pessoas mais idosas, mas também, em grande parte, imigrantes recém-chegados. Reserva de trabalho intermitente é uma parte do exército de mão-de-obra ativa, que tem um emprego irregular, com os mínimos salários (devido à competição premente das massas de trabalhadores latentes ou flutuantes) e as condições de vida desse grupo estão abaixo do padrão do resto da classe operária (MARX, 1983).

era o próprio trabalhador camponês expulso do campo pelo processo de modernização e que passou a residir nos centros urbanos. Nesse momento surgiram os boias-frias, produtos do processo de proletarização no campo (FERNANDES, 1988).

O trabalhador boia-fria, ainda hoje presente em quase todo o país, é fruto tanto de uma política agrária, que não assiste o trabalhador rural desde o Brasil Colônia, quanto da expropriação da terra que o levou a residir nos centros urbanos para atender às necessidades do capital de formação do exército industrial de reserva e de sua reprodução ampliada. A expropriação da terra desses trabalhadores é uma estratégia de reprodução do capitalismo no campo.

Após essa fase a questão agrária, já no governo civil, teve apoio de atores sociais como: Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros - CNBB, Movimento dos Trabalhadores Rurais, partidos políticos, e dos próprios trabalhadores rurais organizados em sindicatos, o que levou a reforma agrária para uma realidade menos factível.

Segundo Oliveira (2001) na década de 80 a CNBB colocou a questão da reforma agrária em evidência elegendo como tema da Campanha da Fraternidade de 1980: “Terra de Deus, terra de irmãos”. Um documento sobre a terra foi elaborado para subsidiar a discussão nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Fomentava-se nas periferias pobres das cidades brasileiras a discussão sobre a situação de pobreza que a maioria da população estava vivendo. Nas CEBs e na CPT foi se formando um conjunto de lideranças comunitárias que começaram a discutir seu futuro e suas utopias. A conquista da terra foi uma delas. Assim, com o aumento da pressão social, também cresceu a violência dos latifundiários, naquele momento praticada como recurso extremo para reter a propriedade privada capitalista da terra.

A reforma é fruto da pressão dos sem-terra que balizaram suas ações nos projetos de assentamentos, formando propriedades agrícolas de pequeno porte de cunho familiar, reconhecidas por diminuir a concentração de terras. A concepção dos assentamentos rurais parte da ideia de justiça social no campo, a de fixar trabalhadores rurais em pequenas propriedades familiares (BERGAMASCO; NODER, 1996).

Na visão de Carmo (1999), o rural e o agrário sempre estiveram presentes nas articulações do processo de desenvolvimento do Brasil, mas o processo ocorreu de formas distintas, passando por diversas maneiras de articulação. Em uma primeira fase preponderou o setor primário, que permaneceu até o início da década de 60, quando, de modo análogo ao que ocorria em outras regiões do mundo, passou a ser praticada, com mais veemência e força, a substituição do modelo de desenvolvimento com base na importação de produtos manufaturados por uma industrialização mais vigorosa, transferindo recursos de setores como agricultura, por exemplo, para outras áreas da economia.

Na segunda fase, após o golpe militar de 1964, os governos militares patrocinaram a modernização do latifúndio em detrimento de políticas públicas de fomento aos pequenos produtores, ocasionando o êxodo rural com a migração dos trabalhadores rurais para os grandes centros urbanos (TEIXEIRA; MARTIN, 1998).

A consequência desse modelo concentrador de renda foi uma grande desigualdade econômica e de qualidade de vida da população brasileira, uma vez que esse advento provocou uma migração elevada, em um curto espaço temporal, para algumas cidades ou regiões do País,

Esse processo gerou aglomerações urbanas onde pessoas viviam em condições precárias, comprometendo até mesmo a própria cidadania, situação diferente da encontrada em países europeus ou norte-americanos, em que a agricultura familiar foi poupada.

Segundo Oliveira (1997), o desenvolvimento da agricultura tem um problema original, já que em um ambiente capitalista a questão agrária perpassa pela indagação constante quanto à permanência ou ao fim do campesinato. Esse paradigma, na visão de Martins (1980), é de difícil articulação, pois de um lado há quem defenda que o campesinato vire proletariado no modo de produção capitalista, e outros entendem que o campesinato é criado, destruído e recriado pelo modo de produção incongruente do capitalismo, e demonstra ser uma produção capitalista, todavia mais articulada, com meios e formas não capitalistas de produção.

De qualquer forma, há de se concordar com Saquet e Santos (2010), ao afirmarem a existência de uma combinação entre os mecanismos do Estado e os detentores do capital, que favorecem a expansão do capital e sua reprodução ampliada, tudo articulado de forma legal, pois tem amparo da Constituição em vigor.

2.6 Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra e sua territorialização

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2010) publicados em 2010 no período de 1980 a 2010 houve mais de 17.068 conflitos por terra no Brasil, e a maioria das ocupações contou com o apoio da Igreja Católica e dos partidos políticos de oposição. Nesse momento histórico que significou o fim do governo militar nasceu no País, em 1984, o movimento social de maior representatividade formado por camponeses: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Com o crescimento da luta e da organização, os trabalhadores rurais expropriados retomaram o cenário político por meio das lutas populares. Um dos movimentos sociais mais representativos que nasceram nesse processo foi o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. As referências históricas acerca de sua origem são as ocupações das fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta – RS. Das várias ocupações de terra em todo o Brasil, e do crescimento das formas de organização, resultou a fundação do MST, em 1984, na cidade de Cascavel-PR, com a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra. (FERNANDES, 1996, pp. 56-57).

O MST contagiou as pessoas que tinham sido expulsas da terra e não tinham como voltar a ela nem como viver nas cidades. O objetivo imediato do movimento era a reforma agrária:

Nos documentos publicados entre 1979 e 1984, as atenções do movimento encontravam-se totalmente voltadas para a definição dos princípios políticos e dos objetivos mais imediatos para a realização da luta direta por reforma agrária. Entretanto, nos documentos que registram a transição e a segunda fase organizativa do MST (que compreende o período entre 1985 e 1989 – *Sem reforma agrária não há democracia!*), a preocupação em conciliar a vivência dos processos coletivos com a experiência privada de seus participantes já passa a ser esboçada, ainda que de forma indireta e incipiente. [...], (GOHN, 2003, p. 114 e 115).

O MST, em sua segunda fase, conforme demonstrou Gohn (2003), preocupa-se em tornar público que a luta pela terra e a sua distribuição mais igualitária entre os cidadãos é também um exercício de democracia. Nas normas gerais do Movimento Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que versa sobre o que é o Movimento, há clara menção para classificá-lo como um movimento de massa associado com o contexto sindical, que articula todos os trabalhadores rurais sem-

terra para a conquista de terra para trabalhar (FERNANDES, 2000).

Em outro documento, denominado O Movimento de Massa, Fernandes (2000), publicado no início da década de 90 do século passado, entende-se que massa é um grupo de pessoas com objetivos comuns, que de forma dispersa ou organizada luta em torno de uma proposta para desenvolver ações e atitudes, visando à materialização do objetivo de todos.

O MST é considerado um movimento social, porque congrega trabalhadores rurais em torno da consolidação de um projeto de sociedade mais justa, que vive em comunidade e mantém intercâmbios com outras classes trabalhadoras. É um movimento politizado, que luta para modificar o sistema já dominado pelo capitalismo, e que tem proporcionado e ampliado a exclusão dos trabalhadores rurais do acesso à terra, cerceando milhares de famílias quanto à obtenção dos meios necessários à sobrevivência digna (FERNANDES, 2000).

Afirma ainda Fernandes (1999) que os movimentos sociais, ao construírem a sua forma de organização, determinam o seu próprio espaço. Esse espaço social tem múltiplos significados, que podem ser compreendidos por sua dimensionalidade. A respeito da produção desse espaço o autor argumenta que:

O espaço social é produzido pela sociedade, que nele se reproduz nos diversos níveis de relações sociais e, assim, se desenvolve por meio da política, da economia e da cultura etc. [...] e se concretiza em lugares sociais, construídos/conquistados na interação do movimento tempo/espaço, em que são geradas as formas de organização dos movimentos sociais, que se desenvolvem nas ações reveladas pelas ocupações de terra. São essas ações que levam a conquista de frações do território (FERNANDES, 1999, p. 22).

A luta pela terra como processo de espacialização é entendida como realidade produzida pelas relações de poder entre as classes. É normalmente o lugar social onde se desenvolvem as experiências que constroem os movimentos sociais. Esse processo, após a resolução dos conflitos, leva à conquista do espaço doravante denominado território. A conquista de uma fração do território é um trunfo na luta: ela viabiliza o processo de territorialização da própria luta (FERNANDES, 1999).

Assim, territorializar/espacializar é, então, registrar no campo social um conflito em que a fronteira territorial é o limite de domínio e influência social e política do grupo. É também demarcar em determinada área geográfica, por meio de ações

concretas como manifestações, caminhadas, negociações, passeatas, ocupações de prédios públicos, ocupações e reocupações de terras etc. É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o seu processo de territorialização.

Para Oliveira (1997), o MST especializou-se para contrapor-se a uma política latifundiária implementada no País durante décadas anteriores à existência do movimento. Essa política levava à concentração de terras, ao aumento da violência no campo, à miséria dos trabalhadores rurais, à expulsão dos chamados camponeses de suas terras, e à perspectiva da não-realização da reforma agrária pelos governantes. Levava, ainda, à fomentação da esperança de melhores condições de vida para uma classe que vinha sendo esquecida pelas políticas públicas vigentes: a classe dos trabalhadores rurais camponeses.

Com as mudanças decorrentes do modelo econômico predominante, denominado capitalismo, os trabalhadores rurais se organizaram com ajuda de entidades eclesiais e partidos políticos, compondo em alguns casos movimentos sociais que defendem a bandeira da luta pela terra. Como consequência, o processo de ocupação do espaço rural é uma luta e um antídoto contra a concentração de terra, o desemprego e a violência no campo. (OLIVEIRA, 1997), o que pode ser observado também nos dizeres de Fernandes (1994):

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES 1994 p.58).

Para o MST, a ocupação é a condição da territorialização, na medida em que a ocupação de um pedaço do território cria um novo grupo de famílias para nova territorialização e conquista de outra fração do território. Com esse processo os sem-terra navegam por quase todo o território nacional, plantando sementes de sua luta e reduzindo a forma concentrada de apropriação fundiária implantada pelo capitalismo (NERA, 1999).

A materialização desse processo de territorialização do MST gera uma série de demandas. Na fase de acampamento surgem necessidades, como educação das crianças, cursos de alfabetização de jovens e adultos, e acesso à saúde e

segurança, e prevendo isso o movimento criou uma estrutura social que articula as diferentes demandas das famílias acampadas (OLIVEIRA, 1997).

Ainda sob o entendimento de Oliveira, é salutar afirmar que o embate político contra o atual modelo de desenvolvimento econômico no meio rural é primordial para a territorialização do MST e de outros movimentos sociais de luta pela terra, bem como para o desenvolvimento social e econômico dos assentamentos, como também de toda a agricultura camponês.

O MST tem uma consciência coletiva, e é sob a áurea dessa consciência que os sem-terra aprendem que o coletivo é o mote da luta pela terra e também o seu mobilizador. Ninguém conquista um pedaço de terra sozinho; as ocupações, os acampamentos, e os assentamentos são conquistas coletivas. A motivação e a participação de cada um é a força motriz do movimento, a força de cada pessoa está em sua essência, que é a sua participação numa coletividade com memória e projeto de futuro. É fazendo parte do coletivo e de suas empreitadas que as pessoas internalizam conceitos.

A ocupação é um advento que demonstra os contornos da luta popular de resistência do campesinato, para sua re/criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra.

Nos quase trinta anos da formação do MST, o movimento recebeu o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, do Partido dos Trabalhadores (PT), e de outros partidos políticos e de diferentes ONGs. Mesmo com a divergência de concepções de cada um desses grupos sociais em relação à luta pela terra, o MST tem se consolidado e ocupado espaços significativos na territorialização do espaço camponês.

As ações de ocupação de terras ocorrem principalmente em regiões onde o capital já se territorializou. Esse novo processo de territorialização surge como antídoto à dicotomia terra de exploração *versus* terra de trabalho (FERNANDES, 1999).

2.7 Movimentos socioterritoriais ou territorializados

As questões fundiárias no Brasil existem desde a colonização, porém nas últimas décadas do século XX a luta pela terra no País redemocratizado politicamente, com distribuição de renda muito desigual, e com grande parte da população urbanizada, ganhou novo fôlego e visibilidade a partir das ações dos movimentos sociais que lutam pela terra.

A luta dos camponeses nos movimentos sociais pela terra, na atualidade, utiliza estratégias mais orquestradas e conta com o apoio de várias instituições da sociedade civil, como a Igreja católica, sindicatos, universidade. Além desse apoio, dentro do Brasil os movimentos sociais de luta pela terra interagem com movimentos similares de outros países, que se solidarizam com os camponeses brasileiros. Dentre eles destacam-se os Piqueteiros, na Argentina; Chiapas, no México, e Cocaleiros, na Bolívia, que são solidários a esses camponeses por lutarem por um mesmo objetivo (STEDILE, 2002).

Os movimentos sociais que lutam pela terra já não o fazem solitariamente, como aconteceu com as lutas do Contestado, Canudos, Ligas Camponesas, não ficam restritos aos lugares: ganham o apoio e ataques de outros setores da sociedade e de outros lugares. A mídia, por exemplo, pode ajudar ou atrapalhar essa luta, dependendo de como a trata, mas segundo Stedile (2002), geralmente se coloca contra porque está sempre defendendo o interesse do capital.

Fica claro ainda, frente ao diálogo dos autores citados, que as ocupações promovidas por movimentos sociais levaram outros segmentos, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Federações e Sindicatos a ela vinculados, a também promover ocupações e acampamentos como forma de territorialização.

Segundo Fernandes (2000), espacialização e territorialização são tipos e formas de ocupação. O processo de ocupação é a forma de luta e acesso à terra, que na história aparece como a forma mais usada pelo campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de espacialização e territorialização, ocuparam terras.

Essas ocupações ocorrem, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou, ou seja, os camponeses ocupam latifúndios, propriedades

capitalistas, terras devolutas e/ou griladas. A luta dos camponeses por território tem como contraposto o grileiro, o latifundiário, e o empresário rural. Os assentamentos materializam o processo de territorialização na conquista de uma gleba de terra para o trabalho, em desfavor à terra de especulação, exploração e negócio.

Para Fernandes (2000) os movimentos territorializados são formados pela luta de diferentes categorias e sua composição pode ter duas formas: movimento sindical ou movimento social. Esses movimentos são apoiados por diferentes instituições em ações conjuntas ou em ato separado. As formas de apoio são o fomento financeiro e ações políticas que se materializam por meio de articulações e/ou alianças.

O movimento social pode receber apoio e/ou estar vinculado a alguma pastoral da Igreja Católica, como, por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra ou Pastoral Rural. Da mesma forma, pode receber apoio de centrais sindicais, partidos políticos e organizações não governamentais. Essas são as instituições que têm apoiado a luta pela terra, principalmente as ocupações. O movimento sindical, igualmente, pode receber apoio dessas instituições com articulações e/ou alianças (STEDILE, 2002).

A ocupação territorial por assentamentos torna-se um espaço onde se articulam as relações sociais. A territorialização acontece com a ocupação da terra. Nessa ótica nasce o principal movimento social de luta pela terra: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Na visão desse movimento, o território é tido como a identidade daqueles que o ocuparam, levando em consideração a dimensão simbólica, cultural, material, econômica, política, social e histórica dos indivíduos ou grupo social.

O MST, como já dito anteriormente por Stedile (2002), é considerado um movimento social, porque congrega trabalhadores rurais em torno da consolidação de um projeto de sociedade mais justa, que vive em comunidade e mantém intercâmbio com outras classes trabalhadoras. O movimento busca, na espacialização da luta pela terra, a conquista de uma fração do território e, dessa forma, desenvolve o seu processo de territorialização.

É nítida a compreensão de que o MST se especializou para contrapor-se a uma política latifundiária implementada no Brasil durante décadas anteriores à sua existência. Para o MST, a ocupação é a condição da territorialização. Embora o MST

seja, a princípio, o mais estruturado, o mais organizado, o mais amplo movimento socioterritorial organizado no Brasil desde 1994, há registros de vários outros movimentos, conforme apresenta o Quadro 2, que destaca os 15 movimentos sociais de luta pela terra listados por Fernandes (1988).

NOME	ESTADO(S)
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	BA – PB – RJ - SP
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	RS - SC - PR - SP - MG – RJ - ES - BA – SE - AL - PE – PB - RN – CE - PI - MA - PA - AM – TO - DF - GO - RO - MT – MS
Movimento de Luta pela Terra (MLT)	BA e PA
Movimento Sem-Terra do Sul do Mato Grosso (MST-SMT)	MT
Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Pernambuco (FETAPE)	PE
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Mato Grosso do Sul (FETAGRI) – MS	MS
Coordenação de Associação de Assentados do Mato Grosso do Sul (COAMS)	MS
Movimento da Terra (MT)	PE
Movimento de Comissões de Luta (MCL)	PE
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Estado de Minas Gerais (FETAEMG)	MG
Movimento Camponês de Corumbiara (MCC)	RO
Movimento da Libertação dos Sem-Terra (MLST)	MA – PE – MG, RN - SP
Liga Operário – Camponesa	RO
Movimento Brasileiro dos Sem-Terra (MBST)	DF – MA – PA
Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MAST)	SP (Pontal do Paranapanema)
Movimento Unificado dos Sem-Terra (MUST)	SP (Pontal do Paranapanema)

Quadro 2 - Movimentos socioterritoriais ou territorializados

Fonte: Autor, elaborado a partir de Fernandes (1998)

2.8 A Comissão Pastoral da Terra CPT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Entre os anos de 1960 e 1980 intensificam-se, no Brasil, os conflitos no campo entre trabalhadores rurais sem terra e latifundiários, em razão da maior parte

das terras pertencerem a uma minoria dominante, que usava de violência, como a tortura às vezes seguida até de morte, para conter os trabalhadores rurais e permanecerem com seu domínio.

A Igreja Católica apareceu como agente de denúncia das violências praticadas contra os excluídos de vários segmentos sociais, entre eles os trabalhadores rurais, boias-frias, posseiros e sem-terra. Atuava por meio das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs e em 1975 foi criada a CPT, que de forma mais organizada tornou-se um instrumento de apoio aos conflitos fundiários e de denúncia das injustiças sociais que ocorriam no campo (STEDILE, 2002).

A CPT tornou-se mediadora e organizadora dos trabalhadores na luta pela posse da terra. “[...] nasceu num grande movimento da Igreja em defesa dos direitos humanos porque eram esses os direitos violados sistematicamente no regime de exceção. [...]”. (MARTINS, 2004, p.134) A CPT foi uma das entidades que mais apoiaram os movimentos sociais na luta pela terra, pela sua distribuição mais justa.

Segundo Stedile (2002), o MST, quando realizava as ocupações encontrava muitas dificuldades, e uma delas era como garantir a alimentação das famílias acampadas por tempo indeterminado. A CPT providenciou, muitas vezes, cestas básicas para alimentar as famílias acampadas que estavam em busca da terra. Além de contribuir com alimentos, a CPT foi fundamental no dia a dia da luta, na organização das frentes de luta para ter acesso à terra.

Segundo Vieira (2010), CPT e MST são entidades diferentes, mas são peças fundamentais e sempre estiveram juntas na luta pela terra. A CPT, com seus agentes de pastoral, e os militantes do MST caminharam juntos, por terem o mesmo objetivo: garantir acesso à terra para os trabalhadores que nela querem trabalhar, como forma de garantir dignidade e trabalho para sobrevivência. Assim é que se dá o cumprimento da função social da terra.

A CPT está, ou esteve presente em quase todos os acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para apoiá-lo, assessorar as comissões de organização dos acampamentos e as futuras ocupações. A entidade sobrevive de doações, tanto nacionais como internacionais. É com essas doações que a CPT ajuda com cestas básicas os trabalhadores na fase de acampados, como ocorreu no acampamento que deu origem ao Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água em Morrinhos, estado de Goiás (VIEIRA, 2010).

Para Vieira (2010) a CPT sempre esteve ao lado daqueles que têm como objetivo a conquista da terra por meio de movimentos sociais, e não atua só com o MST. Pelo contrário, ela atua em quase todas as frentes de luta pela terra quando é solicitada, e rotineiramente é convidada para essa assessoria.

Pelo fato de ser uma instituição da Igreja Católica, num País em que a maioria da população se diz católica, a CPT exerce certa autoridade e impõe um respeito, sobre a sociedade em geral, quando participa de um movimento de luta pela terra. Os latifundiários e outros envolvidos certamente não a veem assim, tanto que são inúmeros os casos de violência contra membros da Igreja, chegando até à execução a mando de latifundiários.

A participação da CPT para a existência do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água foi imprescindível, conclusão do pesquisador após acessar os registros e dados do acervo da entidade. Essa posição é corroborada por Martins (2011), quando afirma que ainda hoje, mesmo passados anos e mudadas as relações de poder e conflitos fundiários, nas falas dos envolvidos na luta pela terra percebem-se invocações de cunho religioso para legitimar suas demandas.

Segundo Martins (2004) o surgimento de várias instituições e movimentos sociais de luta pela terra levou os segmentos sociais contrários a também se organizarem para desarticular e retardar a reforma agrária no País.

2.9 Territorialização, conflitos e construção das identidades em assentamentos rurais

Para Magno (2011), na contemporaneidade a dimensão territorial vem se tornando uma das correntes marcantes nas análises de desenvolvimento rural. Essa máxima vem rompendo a visão que reduzia o território apenas à sua base física, passando a valorizar a rede de relações territoriais e o capital humano dos espaços ocupados.

Já na visão de Abramovay (2000), mais que uma base física para as relações entre indivíduos e empresas, o território possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transporte e comunicações. Um território representa uma gama de relações com

raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.

Bourdieu (1992) ressalta que qualquer mudança social, econômica e política de um grupo, ou de sujeitos, pode levar a conflitos na sua posição social, conseqüentemente na sua identidade. Discorre ainda que o campo de possibilidades da formação da identidade dos sujeitos está vinculado às suas trajetórias sociais, que, por sua vez, estão associadas ao hábito e aos costumes vivenciados pelos agentes que induziriam certa disposição em participar de determinados processos sociais.

Seguindo essa mesma perspectiva dinâmica dos constructos identitários, o conceito de economia moral⁴ de Thompson (1998) também se colocou como uma ferramenta importante para análise das relações dialéticas que articulam diferentes espaços e tempos na construção da identidade do sem-terra e também no interior de um assentamento rural.

O território, dada a sua complexidade, é influenciado por inúmeras transformações pelas quais o mundo e as instituições vêm passando, e com isso criando suas próprias culturas. Essa complexidade aponta a emergência de uma sociedade em rede em detrimento de uma sociedade territorial. As identidades, no entanto, não são constituídas com a conquista da terra e com a construção de um novo espaço rural.

Assim, na análise do assentamento e dos conflitos ali existentes, empregam-se os conceitos de Bourdieu e Thompson, já referenciados, para compreender quais elementos sociais, culturais, econômicos ou políticos influenciaram a realidade dos assentados, possibilitando a construção de diferentes territorialidades, o que pode influenciar, sobremaneira, estratégias de intervenção social no espaço determinado (MAGNO, 2011).

Becker e Bandeira (2003) afirmam que a identidade regional tem a sua importância e a definem como algo parecido com o capital social: é um produto da história. A identidade regional surge como resultado de processos políticos, sociais e culturais que fazem com que os agentes de um determinado território materializem a

⁴ Conceito desenvolvido por Thompson (1998), em que o autor afirma que a economia moral dos pobres é uma visão consistente tradicional do arcabouço das normas, obrigações sociais e das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade (LECHAT, 2001).

percepção de que, apesar das adversidades que possam separá-los, também comungam fortes afinidades e muitos interesses em comum.

A formação de uma identidade regional, portanto, fortalece os alicerces para um desenvolvimento regional, uma vez que os atores integrantes dessa Região estarão em busca de um interesse mútuo. Os elementos sociais e culturais são fundamentais para o dinamismo de uma região, pois eles fazem parte de um sistema que atua em conjunto, e são peças-chave para um resultado positivo.

Abramovay (2000) e Veiga (2005) entendem que a agricultura familiar desempenha importante papel para um desenvolvimento mais igualitário, pelo simples fato de ter capacidade de produzir com envolvimento comunitário, pois de alguma forma, seja na produção, na assistência técnica ou na comercialização o processo é socializado com intuito de viabilização da atividade o que resulta em novas relações sociais.

2.10 A produção nos assentamentos.

A importância da agricultura oriunda dos pequenos produtores para a economia do País é bastante representativa, todavia essa representatividade ainda não está sistematicamente mensurada, pois as informações mais consistentes sobre a temática não tinham como foco essa mensuração, como podemos ver em Guanzioli (2001, p. 20), quando afirma: “pelos dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 1996, que é uma fotografia rica da realidade rural, ainda não permitem separar a agricultura familiar da agricultura patronal”.

Por outro lado, as mudanças ambientais de negócios decorrentes do crescimento dos mercados globalizados, com os paradoxos estabelecidos por uma política agrícola que na visão de Guanzioli (2001) é inconsistente, delineiam uma série de barreiras que oprimem o crescimento e o desenvolvimento do pequeno produtor rural, em especial os oriundos da agricultura campesina, sejam por motivos de baixa escolarização, econômicos, de mercado, de política governamental, de acesso ao crédito e à informação.

Na época em que os assentamentos foram criados, predominava a ascensão da “Revolução Verde” em detrimento do modelo convencional de produção agrícola.

Devido a essa turbada transição, as articulações entre globalização e localidade, houve a necessidade de articulação de novos modelos produtivos para os assentamentos, onde após a observação de sua organização interna, a partir de paradigmas de produção endógeno e exógeno passou a articular formas alternativas de produção com o intuito de subsistência e da manutenção dos aspectos socioculturais dos seus agentes (SCHLACHTA, 2008).

Quanto aos fatores exógenos, necessário se faz levar em conta as políticas governamentais de assistência técnica e de crédito, o papel do mercado que a todo custo exige produção em escala através das avançadas técnicas agrícolas e articulação com o manufaturamento. A agricultura oriunda da “Revolução Verde” busca meios de tornar os produtos agrícolas integrados ao circuito mercantil por meio do uso de alta tecnologia agregada aos insumos, máquinas, forma de comercialização e processamento da produção nos complexos agroindústrias.

Schlachta (2008), em seus estudos ainda conclui que essas externalidades exigem alta competitividade de seus agentes, portanto para acompanhar a nova dinâmica, o agricultor deve focar sua produção em produtos comercializáveis e na produção em escala. Competitividade essa possível somente com grande domínio de técnicas e pouca utilização de mão-de-obra. Este, portanto, é o cenário exigido pela agricultura capitalista moderna.

Outra forma de produzir, articulada no presente, são as pautadas nos paradigmas endógenos, ou seja, práticas cultivadas no âmbito local observando os recursos e meios disponíveis na localidade. Dentro de suas realidades (espaços de manobra), os agricultores desenvolvem suas atividades tendo como fator limitante recursos disponíveis. O resultado apresentado na produção articulada no modelo endógeno vem de encontro com as políticas de garantia da subsistência e promoção da segurança alimentar, o oposto do paradigma exógeno de produção, que foca apenas o mercado que é simplesmente um elo dessa cadeia (SCHLACHTA, 2008).

A forma como se articula a produção agroalimentar demonstra as opções de desenvolvimento de uma região ou até mesmo de um país, e também determina as condições em que os produtos são ofertados ao consumidor final em termos de qualidade, preço e disponibilidade (GORGEN; STÉDILE, 1991).

Assim, a contínua dilatação desses mercados representa um nicho para a produção e comercialização da pequena e da média propriedade de origem familiar,

e contribui para que grande parte dos produtores não seja excluída, por força do fenômeno denominado armadilha da modernização (MALUF, 2002).

As relações mantidas pela agricultura familiar com os mercados de alimentos são caracterizadas incorporando um critério espacial que se encontra disposto na figura 01. Pode-se afirmar que essa modalidade de produção mantém dois tipos de vínculos com os mercados dos seus produtos: um visando cadeias integradas nacional e internacionalmente; e outro com circuitos regional-locais de produção, distribuição e consumo de alimentos (MALUF, 2002).

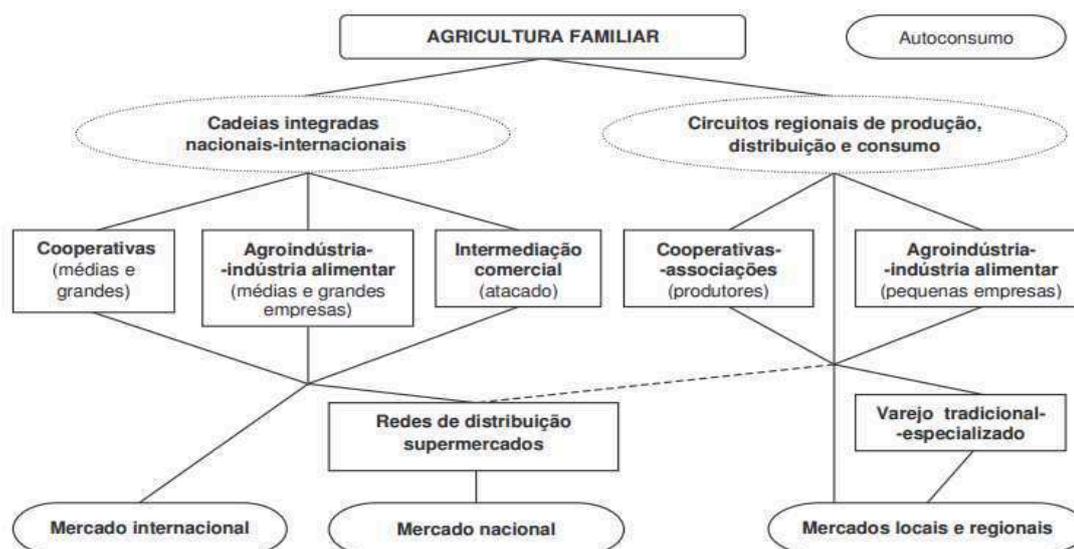


Figura 1: Agricultura familiar e os mercados de alimentos

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de MALUF (2004).

As cadeias integradas são representadas pelas cooperativas de grande porte, a indústria alimentar, as corporações agroindustriais, as *trades* mercantis e as redes de supermercados. Seus alvos são os mercados nacional e internacional. A integração⁵ é a principal forma de vínculo da agricultura familiar a essas cadeias.

Os produtos da matriz produtiva que transitam por essas cadeias são: a soja, o milho, o trigo, o leite destinado aos laticínios, os animais destinados à agroindústria de carnes, as frutas para consumo in natura.

Quanto à produção oriunda dos circuitos regional-locais de produção, sua distribuição e consumo de alimentos são articulados no âmbito das regiões de

⁵ A integração implica sempre o esforço coordenado, o planejamento conjunto e convívio pacífico entre os membros que compõem o grupo. Esta é uma maneira de produzir onde as partes podem constituir um todo, sem perder a individualidade (SABOURIN, 2009).

inserção ou no entorno dos centros urbanos. Além dos produtores individuais, esses circuitos são compostos por associações de pequenos agricultores, cooperativas e ainda por empreendimentos industriais e comerciais de pequeno porte, ligados ao processamento, transformação, distribuição, consumo de produtos alimentícios tais como: pequenos supermercados, pequena indústria alimentar, armazéns, empórios, quitandas, padarias, açougues, feiras livres, varejões, sacolões. Nos circuitos regional-locais, se insere ainda a venda direta aos consumidores transacionada pelos próprios produtores (SABOURIN, 2009).

Com relação às formas de ocupação do território, é subentendido que a predominância de uma forma de produzir em grande escala é desfavorável ao ajustamento dos circuitos regional/local e mais danoso ainda para a promoção desses circuitos com a perspectiva de desenvolvimento regional e local.

A produção diversificada de pequena escala, por sua vez, possibilita o estabelecimento de vínculos produtivos e comerciais, em âmbito regional/local, focados para a produção de alimentos diferenciados (SABOURIN, 2009).

Sendo volúveis em sua construção, os circuitos regionais/locais são passíveis de dominação e controle por parte dos *stockholders* privados que se propõe a organizá-los, nem sempre essa construção resulta em benefícios para os pequenos produtores e para os consumidores. Também por causa dessa vulnerabilidade, cabe a intervenção de ações públicas visando incentivar a produção e o consumo de alimentos de qualidade, sob a forma de programas governamentais.

Ainda segundo Sabourin (2009) os produtos com maior incidência nos circuitos regional-locais são as carnes de galinha caipira, farinhas de mandioca, milho, trigo., queijos, frutas hortaliças, pescados, conservas, condimentos e doces em geral. Esses produtos são, quase sempre, reflexos de diversidades produtivas pautadas pelo cultivo tradicional de uma região, refletem maneiras de consumo próprios de um lugar ou região. Os mercados alvos desse circuito são de âmbito local e regional, apesar de terem potenciais de horizontes mais longínquos com a produção com ênfase na agro ecologia que é tida como alternativa de agricultura sustentável com ênfase na sustentabilidade plena da agricultura. Resultando em produtos com identificação de origem artesanal ou orgânica.

As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de

produção rural sendo a “economia solidária”⁶ bastante incentivada e disseminada por organismo governamental e não-governamental através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores, redes de produção, comercialização e consumo voltadas para empreendimentos populares solidários.

Portanto o Estado é o ator com maior interesse na sobrevivência da agricultura familiar, por ser esse modelo o que facilita a articulação da economia solidária, por isso ao longo das últimas décadas procura articular políticas e programas que direcionam recursos específicos para essa área, possibilitando geração de renda, cidadania e sustento as famílias envolvidas (VALNIER; RICCI, 2013).

2.11 A comercialização nos assentamentos.

Segundo Oliveira e Mazzini (2010), a comercialização sempre foi considerada um gargalo para o desenvolvimento e estabilidade dos pequenos produtores rurais, sobretudo os camponeses entendidos aqui como assentados pela reforma agrária e com atividade classificada como agricultura familiar.

O autor enfatiza que a materialização da agricultura familiar como categoria produtiva atende os imperativos de enquadramento no conjunto de programas governamentais, disponibilizados através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF⁷. Todavia o PRONAF não consegue alcançar toda demanda e complexidades sociais e políticas locais dos beneficiários. Mesmo que essa política governamental em sua essência tenha sido criada como: “um agente social em gestação, capaz de corresponder a diferenciadas expectativas, agora vinculadas a novos modelos criados para reafirmar outros processos de modernização social” (NEVES, *apud* OLIVEIRA e MAZZINI, 2010, p. 02).

Conforme afirmam Oliveira e Mazzini (2010), as condições de comercialização nos assentamentos são sempre mais difíceis:

⁶ A economia solidária tem como regra a cooperação, a solidariedade, a viabilidade econômica e autogestão, características que permitem ao desenvolvimento da produção dos assentamentos rurais uma característica familiar no modo de produção e manejo dos espaços (SINGER, 2002).

⁷ O PRONAF é um programa pioneiro, na história das políticas públicas do setor rural com caráter nacional, considerando as diversidades e especificidades de um segmento específico da economia brasileira: a agricultura familiar

[...] na constituição do assentamento a relação do produtor com o mercado torna-se mais dramática. A inserção no programa de assentamento pressupõe um certo saber sobre o processo de trabalho na agricultura, mas aceita e até deve aceitar o desconhecimento sobre a comercialização, domínio de regras e de socialização próprias Neves, (*apud* OLIVEIRA e MAZZINI, 2010, p. 02).

Como já apregoado pelos autores, de fato a comercialização não é um ponto forte dos pequenos agricultores, independentemente de sua condição social, pois fatores como rendimento por unidade (produtividade), precária qualidade do produto, logística de distribuição (estradas e distâncias), eletrificação, abastecimento e qualidade de água, armazenamento, maior ou menor eficiência de grupos (associações ou cooperativas), influenciam diretamente nas condições e possibilidades de abertura de mercado para os produtos.

A dinâmica de comercialização é difícil porque procura unir interesses antagônicos de consumidores e dos produtores. Sendo que para homogeneizar esses interesses há alguns princípios a observar como, por exemplo, conhecimento do mercado, planejamento e diversidade da produção. Tudo isso deve ser observado, assim como administrar os demais fatores internos e externos que impactam no processo de compra e venda, tendo em vista a estratégia adotada pelo agricultor. Sendo fatores internos: baixa agregação de valor, falta de conhecimento do mercado, produção escala e frequência de produção. Já os externos destacam-se a política agrícola atual que contempla commodities para exportação, contraditória com a política voltada para a agricultura familiar; falta de regras e normas justas e transparentes para o comércio, e acesso à informação. Por fim, pode-se dizer que o encontro desses fatores torna a produção familiar frágil na cadeia produtiva e cria uma condição de desvantagem ao produtor na hora de comercializar, tornando a relação de compra e venda uma variável de conflitos e insatisfações (OLIVEIRA e MAZZINI, 2010).

Assumpção (2006) acredita que o pequeno produtor vive em um ambiente competitivo que o remete a tomador de preço, ou seja, fica refém dos preços estabelecidos no mercado. Onde a relação de troca é sempre desigual entre produtor e mercado e isso acaba fazendo com que a renda migre do produtor para quem está adquirindo o produto, seja intermediário ou indústria.

Portanto, na visão desse autor, nas possibilidades de comercialização da agricultura familiar, o destino da produção resulta sempre em exploração dos estabelecimentos produtores, sendo que a saída mais favorável seria ir para além da venda para intermediários ou indústrias, focando no varejo, para evitar que o produtor fique com a menor parte da renda. Para que o pequeno produtor obtenha mais renda é necessário que ele assuma, diante do mercado, funções também “depois da porteira”. Ou seja, agregue valor ao seu produto cuidando do processamento e da distribuição dos mesmos (ASSUMPÇÃO, 2006).

Todavia para Oliveira e Mazzini (2010):

[...] gargalo vem antes da comercialização e, na maioria das vezes, se encontra na produção, por falta de escala, qualidade e oferta regular dos produtos que, combinados com a baixa organização dos produtores, acesso a informações sobre comportamento de preços no mercado, entre outras, os colocam em situação de fragilidade perante o jogo diário da comercialização. (OLIVEIRA e MAZZINI, 2010, p. 04).

Na visão de Assumpção (2006), Oliveira e Mazzini (2010), para equacionar os problemas de comercialização enfrentados no âmbito da agricultura familiar, os assentados precisam melhorar os fatores de produção, que muitas vezes imperam diante de paradigmas locais de produção, que quase sempre é uma lógica voltada apenas para o sustento e o bem-estar da família.

Portanto o duplo desafio dos assentados é produzir para o mercado com qualidade, regularidade e garantia de renda através da comercialização dos produtos, capaz de promover sua permanência na atividade com dignidade e cidadania.

Segundo Sant’ ana *et al* (2008), isso ocorre porque:

[...] os produtores assentados não possuem capital e nem escala de produção que lhes permitam reduzir os custos e/ou aumentar o poder de barganha no processo de comercialização e de modo geral não tem conseguido se organizar em cooperativas (exceto no Sul) ou por meio de outros tipos de associação que viabilize a comercialização em grupos (SANT’ ANA *et al*, 2008, p.2)

Neste cenário, grande parte dos assentados negocia sua produção com atravessadores e/ou intermediários, preferencialmente com aqueles que mantêm constância na relação, mesmo que o preço pago seja bastante inferior ao praticado ao consumidor final, ainda que exista o risco de calote no pagamento.

Normalmente, os atravessadores e/ou intermediários se valem do velho golpe de comprar a produção e honrar o pagamento no início da relação e à medida que vai ganhando a confiança do assentado, começar a levar os produtos e acertar na próxima remessa, até desaparecer deixando o prejuízo para o agricultor (SABOURIN, 2009).

De acordo com Neves (2008), as principais causas que levam os assentados a continuar a utilizar a venda para os atravessadores e/ou intermediários são a falta de tempo e habilidades para conduzir o processo mais direto de comercialização, ou seja, venda direta no varejo, a venda porta a porta, nas feiras livres., e também a falta de estrutura adequada para a logística dos produtos da área produtora até os centros consumidores.

Para esse autor, as dificuldades não são reduzidas por que os representantes de entidades e órgãos governamentais responsáveis por colocar em prática os programas fomentados pelas políticas públicas para a agricultura campesina não conseguem internalizar no bojo dos assentamentos o conceito de associativismo:

[...] comprovadamente, o associativismo se sustenta em valores externos aos modos de vida dos agricultores e contraditoriamente, as políticas e os programas estatais não operam na valorização do associativismo porque recorrentemente não se abrem às demandas elaboradas por projetos políticos dos produtores. Pelo contrário, são instrumentos de imposição de regras e soluções, cujos critérios e prerrogativas estão longe do atendimento das necessidades e das correspondências às condições sociais de vida e de produção dos assentados (NEVES, 2008, p. 215).

Frente a essa realidade, alguns poucos assentados conseguem sobressair frente ao esquema de comercialização via intermediário e oferecem sua produção nas feiras, no varejo e até mesmo em central de vendas (CEASA) ou ainda fornecem para empresas, hotéis e restaurantes (NEVES, 2008)

Entretanto, embora essa tática represente a oportunidade de agregar valor ao preço final dos produtos, é preciso observar o custo benefício da operação, pois a operação de logística para levar o produto ao consumidor final aumenta as despesas em embalagens, transporte e mão-de-obra, geralmente está deslocada da produção, sem a devida contabilização.

Sant'ana *et al* (2008) apregoa que o fato da comercialização diretamente ao consumidor ou ao varejo constituir-se em um incremento na renda para as famílias,

nem sempre é sinônimo de estabilidade, pois a forma precária e informal que normalmente é realizada essa comercialização deixa muitas despesas sem a devida observância.

Na visão de Valnier e Ricci (2013) as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, surgidas após a década de 90 no Brasil, sobrevieram muito mais da necessidade de intervenção na crescente exclusão social, principalmente da população agrícola, como também pela pressão exercida pelos movimentos sociais, que se manifestaram com maior organização nas reivindicações do setor rural do que nas discussões mais amplas como, por exemplo, geração de desenvolvimento. Como exemplo dessas políticas, pode-se citar o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA surgido em 2003 com o propósito de apoio a comercialização de produção oriunda da agricultura familiar.

2.12 Programa de apoio à comercialização

Segundo dados divulgados pela Concrab (1988) pela primeira vez formulam-se linhas políticas para a organização dos assentados e para a organização da produção. Percebeu-se que os pequenos coletivos e as grandes associações não conseguiam fazer avançar a produção, ora porque eram muito pequenas, ora por não se guiarem por critérios econômicos.

Na atualidade, o programa de apoio à comercialização com maior ênfase e maior abrangência e disseminação, é o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, que articula formas diversas de Compra Direta e Doação Simultânea dos produtos oriundos da agricultura familiar. Em 16 de junho 2009, a Lei 11.947 - Lei da Merenda Escolar foi inserida no programa. Tanto o PPA como essa lei foram instituídas pelo Governo Federal, mas sua materialização depende das prefeituras, quando se trata da Alimentação Escolar.

No caso do PAA, um conjunto maior de atores sociais envolve sua execução, pois os Agricultores, a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, as entidades beneficentes que recebem os produtos também são chamados a participarem do processo. Com isso, é necessária uma articulação mais intensa e uma organização equânime para que todos fiquem satisfeitos. Essa “matemática” é um requisito da CONAB e representa a organização dos agricultores através de associações (VALNIER; RICCI, 2013).

O PAA tem mudado o panorama de muitos assentamentos na medida em que ganham confiança quanto à venda de seus produtos, a diversificação da produção passou a ser focada, visto que o limite só diz respeito aos valores anuais pagos ao produtor ficando livre a quantidade e variedade dos produtos.

Com o programa, agora o pequeno produtor planta com segurança, porque sabe que a CONAB vai pagar a cota de produção encomendada e a sobra pode ser levada para as feiras livres na cidade ou mesmo servir para o autoconsumo ou, ainda, serve para ser objeto de troca com os vizinhos. Essas facetas proporcionadas pelo programa constituem importante mecanismo poupador de recursos que seriam gastos na aquisição de alimentos para o autoconsumo. (SANTOS e FERRANTE, 2003).

Segundo Oliveira e Mazzini (2010), o PAA, além de estimular a diversificação da produção, serviu ainda para homogeneizar as práticas dentro dos assentamentos:

É possível dizer que além de estimular a diversificação da produção, o programa, indiretamente, intensificou práticas comuns do universo da agricultura familiar como a troca de produtos entre vizinhos e/ou parentes. Embora não tenhamos dados científicos, a observação empírica e a fala dos assentados revelam que houve melhora qualitativa de sua alimentação.

Outro aspecto fundamental é quanto à organização dos assentados, pois uma das exigências do programa é que estes estejam vinculados a uma associação. Esse processo de organização pode não ter sido espontâneo (como demonstra Neves em suas pesquisas), mas é fato que, hoje, os assentados, principalmente aqueles que passaram por várias experiências de associativismo e alimentavam certa rejeição devido a inúmeras frustrações pelas quais passaram, conseguiram dar um passo a frente para superar tal rejeição, não significando, contudo, uma superação de conflitos, inerentes a qualquer organização ou agrupamento (OLIVEIRA e MAZZINI, 2010, p.8).

Pelos dados apresentados é correto afirmar que o caminho percorrido está sendo recheado por calços e percalços, pois ficou evidente que a comercialização é um jogo, um aprendizado cotidiano, onde não se pode vacilar, pois o mesmo procedimento de hoje não serve para o futuro, e como acompanhar o contexto sem alterar as relações sociais, esse é o grande desafio para os assentamentos (OLIVEIRA e MAZZINI, 2010).

Para os movimentos sociais de luta pela terra o que importa é que todos os assentados participem de uma experiência de cooperação, rompendo assim com o isolamento. Pois a cooperação tem como objetivo principal o desenvolvimento da produção. Ela visa contribuir com o avanço da organização da produção em vista da melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. (CONCRAB, 1998).

Para Valnier e Ricci (2013) o PAA é considerado um instrumento de desenvolvimento da agricultura familiar, pois a sua utilização geralmente ocorre ao final do processo produtivo, no momento em que o agricultor precisa ser recompensado pelos investimentos e pela mão de obra, comercializando seus produtos a preços que lhe permitam reinvestir e custear as despesas de sobrevivência de sua família. Com isso o agricultor não fica submetido às variações de preços do mercado que, normalmente na hora da colheita e venda da produção, os preços de seus artigos oscilam de forma negativa.

A seguir descreve-se, resumidamente a UDR, a entidade de classe que mais atuou contra a reforma agrária na década de 1980.

2.13 União Democrática Ruralista UDR X Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST

Com a redemocratização do País, o retorno dos civis ao poder e a elaboração de uma nova Constituição, em 1988, a possibilidade de uma reforma agrária tornava-se mais próxima, mais real. O MST, naquele momento histórico, consolidava-se como um dos movimentos sociais mais arrojados na luta pela terra. Seu principal objetivo político, nessa transição da ditadura para um governo civil, era propor, de fato, uma proposta de reforma agrária que fosse assegurada pela nova Constituição Brasileira.

Como reação da direita formou-se um bloco de parlamentares no Congresso Nacional e na Assembleia Nacional Constituinte, conhecido como Bancada Ruralista, que continua existindo e atuando ainda nos dias de hoje. Do mesmo movimento de criação da Bancada Ruralista surgiu a União Democrata Ruralista (UDR), como instituição da sociedade civil que reunia os opositores à reforma agrária.

Nesse ínterim, o Governo Sarney da Nova República lançou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) para conter a violência que se agravava no mundo rural brasileiro e vitimava dezenas de trabalhadores, tidos como invasores da propriedade privada (STEDILE, 2006). O Plano Nacional de Reforma Agrária procurava substituir o Estatuto da Terra, que foi concebido no governo Castelo Branco como forma de colocar um freio nos movimentos campesinos que se multiplicavam durante o Governo João Goulart.

O que havia de razoável ou favorável aos trabalhadores no Estatuto da Terra não se cumpriu, como a desapropriação de terras improdutivas que não foi resolvida pela Nova República. A tão sonhada reforma agrária não aconteceu, porque ela foi mascarada no PNRA segundo os interesses da classe dominante representada pela Bancada Ruralista e pela UDR.

A UDR, inclusive, firmou-se como a única e legítima representante daqueles que eram contra a reforma agrária na Constituição de 1988. Para Stedile (2006):

[...]. Ela viria a aguçar, nas teias de disputas e conflitos vigentes entre inúmeras entidades de organização dos interesses agrários vigentes, definindo, para junto a eles afirmar-se, uma dada estratégia de atuação contra qualquer ataque ao sagrado direito à propriedade, que faria com que a nova entidade se tornasse a mais “visível” dentre as demais, com as quais – em momento de crise de representação política – viria a lutar pela liderança incontestada – e única – da “classe.” (STEDILE, 2006, p.22).

A UDR, na Nova República, foi o partido nacional da burguesia agroindustrial do País, elegendo seus representantes e unindo-os a outros na Bancada Ruralista. Os parlamentares ligados à UDR põem fim às ações dos parlamentares que tinham compromisso com os cidadãos, que almejavam, naquele momento político, a reforma agrária. (STEDILE, 2006).

Em 1988, quando ocorreu a votação da reforma agrária pelo plenário da Assembleia Geral Constituinte (ANC), houve vários eventos para desarticular os projetos de lei de reforma agrária que poderiam ser aprovados, como a demissão do então Ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, e a Caminhada Cívica da UDR à Brasília. Sempre na mídia e com o apoio desta, a UDR conquistou a simpatia da opinião pública nacional (STEDILE, 2006).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), principalmente, mas também outros movimentos sociais

mobilizaram-se e se manifestavam, mas não puderam conter a força política dos ruralistas, e mais uma vez a reforma agrária não aconteceu, porque ficou submissa às normas impostas pelos latifundiários do País.

O Brasil encerrou o século XX com uma realidade fundiária semelhante à do Brasil-Colônia. A terra sempre ficou nas mãos dos latifundiários, e a sua distribuição, por iniciativa do Estado, ocorreu para amenizar os conflitos pela posse da terra e/ou abrir novas fronteiras agrícolas no território brasileiro. Por isso, a ocupação da terra só é possível com luta, quando muitos cidadãos trabalhadores perdem suas vidas.

O Brasil, de fato, nunca realizou a reforma agrária. O que se fez até agora foi apenas contornar conflitos. Segundo Stedile (2006, p. 21), as distribuições de terra pelo Estado foram feitas para “[...] atender às demandas sociais mais urgentes, visando desapropriações que permitissem o assentamento de trabalhadores sem-terra nas áreas de maior potencial de conflito do País, sobretudo no Norte; Pará e Maranhão; e no Nordeste”.

Já Martins (2004), a respeito da reforma agrária, faz uma importante afirmação em que alerta para os significados que a reforma agrária pode ter em diferentes contextos:

Quem imagina que a reforma agrária num país capitalista é o vestíbulo da revolução socialista, como acontece entre nós, especialmente no MST e na CPT, deve ter em conta as reformas agrárias feitas no último meio século em diferentes países capitalistas: elas se tornaram de fato o instrumento de prevenção das transformações políticas radicais e o meio de incorporação ao capitalismo de populações marginalizadas ou em via de extinção enquanto categoria social. (MARTINS, 2004, p.140).

Assim, na questão da reforma agrária, não se considerando as posições ideológicas político-partidárias, mas tão somente a justiça social, continuam válidas as palavras de ordem: a luta contínua.

2.14 Desafios e a luta dos assentados pela territorialização

Para Fernandes (1996), os assentamentos rurais são territórios do território, pois assentamento é o território conquistado, é, portanto, um novo paradoxo na luta pela terra que constitui parte do possível apoderamento. Representa, sobretudo, a possibilidade da territorialização.

O domínio de um assentamento rural faz parte de um processo de disputa territorial que garante a reprodução do modo de vida camponês, permitindo o acesso à terra a trabalhadores que repulsam o modo capitalista de produção. Por isso, o assentamento não é simplesmente a concessão de um pedaço de terra a camponeses com pouca ou mesmo sem terra, e sim um território onde se desenvolvem relações de vida e produção diferentes das do capital.

Fernandes (1996) ainda destaca o caráter de território conquistado dos assentamentos rurais, em que o processo começa na luta pela terra e se prolonga na luta cotidiana para manter-se na terra, processo que materializa com a busca da efetivação de relações camponesas no espaço de assentamento.

Os processos sociais que se produzem nos assentamentos giram na ceira das relações do capital econômico, social, político e cultural dentro da sua espacialidade e temporalidade, o que, para Souza (1999), é a luta dos desiguais. Os trabalhadores são obrigados a valer-se de estratégias de sobrevivência que resultam em formas organizadas de luta pela posse da terra.

Dentre as formas organizadas destacam-se: passeatas; ocupação de prédios públicos; greve de fome; aliança com partidos políticos, como o PT, o PC do B e o PMDB, com instituições religiosas, como Comissão Pastoral da Terra, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, e com a organização em sindicatos ou movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (D'INCAO; ROY, 1995).

É no seio dos assentamentos que afloram os conflitos enfrentados pelos trabalhadores rurais. Problemas relacionados ao alto custo da produção; à complexidade tecnocrática do modo capitalista de produção, adotada pela política agrária nacional; e à falta de condições básicas de segurança, transporte, educação.

Por esses e outros fatores os assentamentos enfrentam grandes dificuldades econômicas e de organização, e têm como propósito principal articular suas estratégias de desenvolvimento sem perder sua essência. Como resposta a essas contingências surge uma série de comissões: educação, segurança, saúde, transporte, entre outras, que tem como objetivo a viabilização do correto uso das terras ocupadas.

A produção agrícola em pequena escala geralmente tem um valor irrisório frente ao trabalho e insumos necessários ao processo de produção. Assim, o próprio modelo de produção adotado no País, por si, já é uma barreira à viabilidade socioeconômica da reforma agrária.

Os movimentos sociais de luta pela terra reagem a tais políticas construindo espaços de resistência, com o fomento à criação de organizações como associações e cooperativas de produção, ou até mesmo grupos coletivos de trabalho, ou até outros mecanismos que poderão surgir face ao grau de capital social existente no grupo (SOUZA,1999).

Os assentados enfrentam ainda outras formas de conflito - político, ideológico e cultural - advindas de diferentes experiências das mais variadas trajetórias de vida/trabalho dos agentes envolvidos no processo de organização e de formação nos assentamentos, chegando até a conflitos armados.

Quanto aos problemas de relacionamento social no seio dos assentamentos, geralmente são oriundos de opiniões político-ideológico-culturais entre membros. Tais conflitos são explicados pela heterogeneidade cultural, caracterizada por diferentes experiências e formações técnicas/ideológicas quanto à forma de trabalhar com a terra e ainda resultante da pouca formação para viver em organização grupal (SOUZA,1999).

Nesse contexto, o assentamento é um território que expressa relações conflituosas, que podem emergir das práticas sociais, das estratégias de luta, ou qualquer outro tipo de tensão. O assentamento é o lugar onde há uma convergência de culturas, é também um espaço de representação e legitimação dos atores sociais que articulam a formação de um novo território, que se configura não apenas nas relações sociais, mas também na dinâmica política, produtiva e cultural, tendo como pano de fundo a dialética da realidade social.

Ensinam Bergamasco e Norder (1996) que as lutas sociais que levaram à consolidação dos primeiros assentamentos no Brasil emergiram de uma pluralidade de relações de trabalho e conflitos pela posse da terra. Em alguns casos, os assentamentos surgiram da luta de posseiros, arrendatários, parceiros e sitiante atingidos por barragens.

Todas essas situações se caracterizavam pelo fato de os trabalhadores já ocuparem uma determinada área, mas foram expropriados, seja por grandes obras

de infraestrutura, seja pelo avanço da grande propriedade. Em outros casos, tem-se a luta de trabalhadores rurais e urbanos sem terras, que perambulavam pelos diversos centros urbanos e a partir dos anos 80 passaram a compor movimentos sociais politicamente organizados, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Com isso, a conquista de um pedaço de terra assume uma posição de destaque na construção da identidade dos sujeitos envolvidos na luta pela terra e também do próprio movimento de luta pela terra. Pode-se afirmar, portanto, que a reivindicação da terra por parte dos já proletarizados, caso dos boias-frias, situa-se num processo de desterritorialização e (re)territorialização, em que a conquista da terra passa a compor o campo de possibilidades de reprodução social desse grupo e de (re)criação de espaços (FERNANDES, 2005).

Fernandes (2005), ainda sobre desterritorialização e (re)territorialização, ensina que os já proletarizados para se fixarem no novo território necessita de políticas públicas de apoio, fomento e capacitação que garanta qualidade de vida e renda para as famílias.

3 MÉTODO

Esta seção busca descrever a forma como o estudo foi desenvolvido, descrevendo o lugar, o tipo e método de estudo, o instrumento de coleta de dados e o processo de coleta e análise de dados.

3.1 Delineamento da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa descritiva, da modalidade estudo de caso quanto à natureza das variáveis, seguida pela abordagem metodológica qualitativa, uma vez que o estudo se desenvolveu em ambiente natural, com dados descritivos dentro de uma realidade contextualizada. Nesse sentido, Richardson (1999) pontua que na pesquisa qualitativa há uma ausência de hipóteses rígidas, o que possibilita maior flexibilidade para formular ou reformular hipóteses à medida que se realiza a pesquisa.

De acordo com Bruyne *et al.* (1977), o estudo de caso caracteriza-se pelo estudo profundo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado. Frente a essa premissa, a modalidade de investigação estudo de caso constitui a técnica que mais se adaptou às necessidades desta pesquisa. Ao optar pelo estudo de caso pretende-se realizar uma análise detalhada, com o objetivo de descrever um fenômeno extraído de uma realidade contemporânea.

Já para Martins (1994), o estudo de caso dedica-se a estudos intensivos do passado, presente e de interações ambientais de uma unidade social: indivíduo, grupo, instituição, e comunidade. Pode-se dizer, portanto, que o estudo de caso compreende uma modalidade de pesquisa em que o desenvolvimento do estudo sobre determinado assunto é muito complexo e cansativo. É necessário descrever e entender toda a parte bibliográfica e depois estudar o caso de uma situação real, aplicando conhecimentos teóricos. Onde se aplica o método dedutivo partindo-se de uma generalização para uma questão particularizada.

Em síntese, esse tipo de estudo é uma modalidade de pesquisa que permite aproximar a teoria da prática, por meio de dados obtidos em situação real (BRUYNE *et al.* (1977). Segundo os autores, as vantagens dessa metodologia são: criação de estímulos a novas oportunidades de descobertas do desenvolvimento da

investigação; trabalhar com situações concretas, possibilitando, se necessárias, mudanças favoráveis no caso em estudo; relacionar a teoria (pesquisa bibliográfica) com a prática (pesquisa de campo); não requer um modo único de coleta de dados, podendo o investigador utilizar entrevistas, observações, relatórios, questionários; e os problemas não são vistos como algo isolado, podendo então ser comparados.

Segundo Hernández Sampieri *et al.* (1991), o propósito do investigador nos estudos descritivos é descrever situações e eventos, como se manifesta determinado fenômeno. Os estudos descritivos buscam especificar as propriedades de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que seja submetido a análise, pois objetiva-se conhecer e interpretar a realidade sem manipulá-la, descrevendo, classificando e interpretando o que acontece.

No percurso metodológico desta pesquisa optou-se por delinear uma direção segura conforme os padrões éticos e metodológicos da pesquisa qualitativa preconizada por Hernández Sampieri *et al.* (1991), pois tanto para a análise documental quanto no trato com pessoas, no tocante a questões éticas, foram obedecidos os pressupostos referentes ao desenvolvimento de projetos de pesquisa.

Pesquisaram-se, também, a origem dos trabalhadores rurais sem-terra; as Instituições que coordenaram e apoiaram o movimento de ocupação e a organização na chegada ao acampamento; a forma de distribuição dos lotes pelo INCRA; a produção dos assentados; e as políticas públicas desenvolvidas no assentamento, entre outros.

Mais especificamente para a opção metodológica adotada, a análise aconselhada por Bardin (1977) e Franco (2003) é a verbal, pois suas duas áreas, a oral e a escrita⁸, enquadram-se perfeitamente nos objetivos propostos, que visam compreender as relações de poder relacionadas à ocupação do território no contexto da reforma agrária em âmbito local, com o intuito de encontrar elementos manifestos ou pressupostos que permitam afirmar a existência de enfrentamentos na luta pela terra.

A análise preconizada por Bardin (1977) e Franco (2003) auxiliou na busca de elementos qualitativos relativos a palavras, temas e mensagens subjacentes ou

manifestas nos documentos, com finalidade explícita e até mesmo de completar este estudo com elucidação da incidência e forma como os conflitos aparecem nos documentos.

A escolha de documentos para a análise foi embasada na proposta de Yin (2002), que observa como critérios:

- 1º) **busca exaustiva de documentos**: particularmente neste estudo, em razão da objetividade do projeto de pesquisa. A busca direcionou-se exclusivamente para os documentos norteadores da Cooperativa e na Associação de Agricultores; no assentamento na Comissão Pastoral da Terra (CPT); no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos (STR); e no Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato da Comarca de Morrinhos;
- 2º) **representatividade**: foram selecionados apenas documentos oficiais como atas, registros cartorários, relatórios de órgão governamentais e matérias publicadas em jornais e no boletim da CPT; e
- 3º) **homogeneidade**; foram solicitados e analisados, em todos os casos, os mesmos tipos de ocorrência.

Para compreender a organização socioespacial do assentamento São Domingos dos Olhos D'Água a pesquisa qualitativa seguiu o preconizado por Oliveira (2007), que ensina que essa modalidade de pesquisa é:

[...] um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva (OLIVEIRA, 2007, p. 37).

Como primeiro passo, e de suma importância, realizou-se uma leitura consistente da literatura pertinente à questão agrária, para depois, então, fazer o trabalho de campo. Segundo Ludke e André (1986), para que a pesquisa “[...] se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, o trabalho precisa ser antes de tudo controlado e sistemático. Isso implica a existência de um

⁸ Oral é apresentada por meio da entrevista, e a escrita pela análise dos documentos oficiais, como atas e ocorrências policiais, por exemplo. (FRANCO, 2003).

planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do pesquisador” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 25).

Em campo, no assentamento São Domingos dos Olhos D’Água, procurou-se recuperar as lutas e os conflitos da fase de ocupação até a posse definitiva dos lotes, e ainda descrever os desafios e a luta para permanecer no território tanto na fase de acampamento como na de assentamento.

Para isso foi preciso conhecer as origens sociais do grupo; as experiências de trabalhos anteriores e recentes; as formas de organização social, pelas quais os assentados passaram até a conquista de terra; as características culturais do lugar de origem, presentes ou ausentes no local de destino; a relação com a terra; o processo migratório; a produção e a produtividade dos lotes; e a variabilidade de culturas para o autoconsumo dos trabalhadores rurais assentados e para abastecimento do mercado local.

As entrevistas individuais⁹ realizadas com os moradores do assentamento São Domingos dos Olhos D’Água, orientadas por um instrumento, contribuiu para a coleta de dados dentro da perspectiva proposta para a pesquisa, pois de acordo com Ludke e André (1986, p. 34) “a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”.

Além das entrevistas, foi necessário confeccionar um mapa de localização da área de estudo e um da repartição dos lotes, uso e ocupação do solo. Com a clareza do objeto de pesquisa, o assentamento São Domingos dos Olhos D’Água, partiu-se para outra etapa, que foi a coleta de dados no Cartório de Registro Civil da Comarca do município de Morrinhos (GO), no INCRA, na CPT, e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos.

A leitura da cadeia dominial da fazenda São Domingos dos Olhos D’Água permitiu interpretar como ocorreu a concentração de terras e como os lotes de terra foram distribuídos aos assentados ali residentes. A cadeia dominial foi elaborada a

⁹ Os nomes dos entrevistados que constam nesta dissertação não serão revelados. Essa opção foi feita em comum acordo com os assentados, que assinaram um termo de consentimento autorizando a transcrição de suas falas e a inserção neste estudo, cientes de que seus nomes não seriam divulgados. Esse procedimento está de acordo com os propostos pela Comissão de Ética da Universidade de Taubaté, onde o projeto foi submetido para aprovação (CAAE 24656613.3.0000.5501 aprovado pelo Parecer 500.985).

partir de 1952, pois segundo o então oficial e tabelião do Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato da Comarca de Morrinhos, é quase impossível ter acesso aos registros de compra e venda das primeiras décadas do século XX e de datas anteriores, em razão de as informações estarem, se existirem, em grande quantidade de livros, o que demandaria muito tempo.

A luta pelo assentamento São Domingos dos Olhos D'Água teve início no ano de 1996 e se estendeu até o ano de 2002, quando o INCRA desapropriou a Fazenda e deu início, já em 2004, à distribuição da terra em forma de lotes a 86 famílias. Face ao exposto, o recorte temporal do estudo foi o período compreendido entre 1996 e 2010.

Neste tipo de pesquisa o processo de investigação parte de algumas pressuposições, investigadas a partir de um referencial teórico básico, que é complementado no decorrer do estudo à medida que surgirem novos elementos (HERNÁNDEZ SAMPIERI, 1991). A discussão permeou temas como conflitos no campo, assentamento rural, políticas públicas para a reforma agrária no Brasil, território e territorialidade.

Com intuito de sintetizar os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento desta dissertação foi estruturado o Quadro 3:

Classificação da pesquisa	Estudo de caso Exploratória Dedutiva Descritiva Qualitativa
Ambiente da pesquisa	Pesquisa bibliográfica Pesquisa de campo
Técnicas de coleta de dados	Pesquisa bibliográfica Pesquisa documental Entrevistas individuais
Técnica de análise de dados	Análise interpretativa

Quadro 3: Síntese dos procedimentos metodológicos adotados no estudo

Fonte: Pontes (2013).

3.2 População e amostra

Para Hernández Sampieri *et al.* (1991), uma vez que se definiu qual será a unidade de análise se procede à delimitação da população que vai ser estudada e sobre a qual se pretende generalizar os resultados. Uma população é, portanto, o conjunto de todos os casos que concordam com uma série de especificações.

A unidade de análise desta pesquisa envolve boa parte dos assentados do PA São Domingos. Trata-se, portanto, de uma pesquisa por acessibilidade, pois a intenção era atingir os 86 indivíduos detentores da posse de cada um dos lotes de terra distribuídos pelo INCRA, todavia alguns fatores limitaram essa meta.

Como a pesquisa de campo é por acessibilidade a amostra é não aleatória, não probabilística. Segundo Hernández Sampieri *et al.* (1991), nas amostras não probabilísticas a eleição dos elementos não depende da probabilidade, mas sim de causas relacionadas ao objeto de estudo.

Neste estudo, a amostragem foi não probabilística, do tipo intencional, identificando e selecionando os indivíduos a serem pesquisados pelo critério de domínio e posse de um lote de terra no PA São Domingos e sua disponibilidade para participar da pesquisa.

3.3 Instrumento

Para melhor compreensão da forma de ocupação e territorialização do espaço rural, o tipo de entrevista utilizado foi a semiestruturada, com intuito de comparar as percepções dos entrevistados em contraponto às versões oficiais grafadas nos documentos e publicações que registraram os conflitos existentes na trajetória do assentamento.

Isso por que, de acordo com Hernández Sampieri (1991), as entrevistas semiestruturadas se baseiam em um guia de assuntos ou questões e o pesquisador tem a liberdade de introduzir mais questões para a precisão de conceitos ou obter maior informação sobre o tema desejado.

As entrevistas individuais com os moradores do assentamento São Domingos dos Olhos D'Água foram materializadas em instrumentos básicos, formulário e gravador, para a coleta de dados. De acordo com Ludke e André (1986, p. 34) “a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação

imediate e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”.

Tanto as entrevistas, como os mapas de localização e fotografias, mesmo não utilizados no corpo de trabalho, serão preservados no acervo do pesquisador pelo período mínimo de cinco anos, e após serão incinerados conforme as normas atinentes à matéria regulamentada pelos órgãos de pesquisa existentes no País.

3.4 Procedimento de coleta de dados

O levantamento de campo foi realizado mediante a aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturada. O instrumento utilizado na pesquisa de campo foi aplicado em todos os assentados, participantes ou não, da Cooperativa e da Associação de Agricultores existentes no assentamento, e deveria totalizar 86 indivíduos, permitindo ao pesquisador fazer uma leitura dos documentos oficiais e também das entrevistas, dos enfrentamentos ocorridos no processo de ocupação e posse da terra do assentamento objeto de estudo.

A coleta de dados foi realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, quando o pesquisador visitou todos os lotes. Foram realizadas, em média, quatro a cinco entrevistas por dia.

De acordo com Haguette (1992), as entrevistas podem ser definidas, também como um processo de interação social entre duas pessoas, e uma delas, o agente ativo/entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do agente passivo/entrevistado, por meio de um roteiro previamente estruturado, com uma lista de enunciados estabelecidos de acordo com o interesse do pesquisador e com a problemática a ser desmistificada.

Nessa ótica, as entrevistas foram guiadas por um roteiro, no qual se procurou examinar as origens sociais do grupo, as experiências de trabalho anteriores e recentes, as formas de organização social pelas quais os assentados passaram até a conquista de terra, as características culturais do lugar de origem presentes ou ausentes no local de destino, a relação com a terra, e o processo migratório, entre outros fatores que levaram aos objetivos almejados no projeto. Além disso, à medida que iam surgindo novos elementos importantes para o trabalho nas entrevistas, a

partir das conversas, muitas das quais informais, foram acrescentados novos enunciados ao roteiro.

De início, ainda sem preocupação com as entrevistas, foram realizadas quatro visitas para iniciar o censo. Para tanto, o assentamento foi dividido em 20 quadras, e a coleta de dados começou pela primeira, localizada na divisa dos municípios de Morrinhos com Goiatuba, principal acesso ao assentamento. As entrevistas foram realizadas lote por lote, de maneira informal, numa conversa sobre os principais problemas do assentamento, iniciando com a identificação do assentado, bem como a informação do tempo que tem a posse do lote.

A elaboração do roteiro da entrevista buscou vincular os aspectos teóricos do trabalho. A entrevista foi formatada com aproximadamente 60 enunciados, conforme Apêndice A, divididos em nove eixos, a saber:

- 1º identificação do entrevistado e tempo de posse do lote;
- 2º identificação da trajetória social e construção identitária do assentado;
- 3º processo de formação e constituição do assentamento rural;
- 4º conhecimento dos processos identitários do assentamento; o motivo da mudança para o assentamento, quem mais ajudou no processo de ocupação, e como o lote foi adquirido;
- 5º o cotidiano no assentamento;
- 6º redes sociais estabelecidas na comunidade;
- 7º identificação da forma de trabalho na localidade;
- 8º identificação com a terra; e
- 9º a questão da alteridade: como é a relação de sociabilidade e diferença entre o indivíduo em conjunto e a unidade.

Os dados coletados são de dois tipos: primários e secundários. Os dados primários foram obtidos a partir de informações dos próprios assentados, ao passo que os dados secundários provêm de outras fontes.

Os dados primários foram coletados mediante a realização de entrevistas semiestruturadas, com base num roteiro previamente estabelecido (formulário), com perguntas abertas, aplicadas a 72 detentores de títulos de terra no assentamento São Domingos dos Olhos D`água, e a um parceleiro que até a presente data ainda não teve seu lote regularizado pelo INCRA.

Os dados secundários foram obtidos por levantamento bibliográfico, em livros, periódicos, revistas científicas e bases de dados, como *Scielo* e bibliotecas *on-line* da USP e UNESP, e estudo de documentos do acervo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Atas da Associação e da Cooperativa de Agricultores do PA São Domingos dos Olhos D'água. Os instrumentos são interdependentes, mas com inter-relação e integração de tal forma que possibilitaram uma visão do todo, permitindo a interpretação e compreensão do fenômeno estudado (VERGARA, 1997).

O instrumento utilizado na pesquisa de campo foi aplicado por acessibilidade e permitiu ao pesquisador fazer uma leitura, por meio dos documentos oficiais e também dessas entrevistas, dos enfrentamentos ocorridos no processo de ocupação (1997), posse (2004) e permanência, até 2010, nos lotes de terra do Assentamento estudado.

3.5 Análise de dados

Segundo Kerlinger (1980, p.353) a análise de dados é definida como “a categorização, ordenação, manipulação e sumarização de dados”. Assim, os dados coletados são agrupados de forma padronizada, visando possibilitar a sua mensuração e interpretação. Os dados obtidos com a pesquisa foram analisados de forma descritiva e quantitativa.

As questões foram analisadas em função dos conteúdos, tomando como base Bardin (1977). Os dados colhidos foram trabalhados utilizando os recursos do *Software Excel* e, posteriormente, foi realizada a análise das diversas informações, considerando as teorias referenciadas pelos autores articulados na revisão da literatura.

Analisar os dados significa trabalhar todo o material obtido durante a pesquisa. A análise aqui realizada teve como base, no primeiro momento, a teoria obtida pelo marco teórico, quando foi feita a primeira classificação dos dados qualitativos. Usou-se a análise textual para essa finalização, com análise direta, em que os dados obtidos mediante a análise de conteúdo foram comparados com medidas de comportamento (RICHARDSON, 1999, p. 227).

A metodologia para análise de conteúdo baseou-se na definição precisa dos objetivos da pesquisa, dividindo-se em três fases, que são: a pré-análise, a análise do material e, por fim, o tratamento dos resultados pela inferência e a interpretação.

Entre as técnicas de análise de conteúdo utilizou-se a análise por categoria, que se baseia na decodificação de um texto em diversos elementos, “os quais são classificados e formam agrupamentos analógicos” (RICHARDSON, 1999, p. 243). Essa técnica consiste em isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis, de acordo com o problema pesquisado, buscando a comparação com outros autores e textos escolhidos para a pesquisa.

3.6 Pesquisa de campo

Como narrado nesta a seção, foi utilizado um roteiro para realização de entrevistas com os parceiros. O trabalho de campo era para ser do tipo censitário, pois o pesquisador visitou 100% dos lotes, todavia não obteve 100% de êxito, pois as visitas renderam o total de 72 entrevistas que produziram mais de 200 laudas com anotações e aproximadamente 35 horas de gravações.

Durante a realização das entrevistas ocorreram vários problemas, como dificuldade de locomoção e acesso a alguns produtores assentados. As dificuldades se devem às condições das estradas e a lotes sem acesso livre, trancados com corrente e cadeado. Como o período de realização da pesquisa de campo coincidiu com o período chuvoso, em alguns lotes só foi possível chegar à sede após longas caminhadas, pois as estradas de acesso não possuem pontes ou aterros para passagem de veículos automotores, permitindo o acesso somente a pé.

Ainda houve dois casos de assentados que residem na cidade temporariamente, para concluir estudos, e os familiares que permanecem nos lotes não souberam fornecer as informações desejadas na pesquisa. Em seis outros casos o assentado não foi encontrado, nem esclarecida a sua ausência, e a pessoa que se encontrava no lote não sabia repassar as informações, ou até mesmo recusava-se a conceder a entrevista sob alegação de não ser a pessoa titular.

Houve casos em que entrevistas foram realizadas em finais de semana para conseguir o maior número de entrevistados possível e aproximar-se da meta, que era de 86 entrevistas no total. Ocorreu ainda caso de assentados que não permitiram ser entrevistados sob a alegação de que não tinham tempo disponível para dedicar-se à entrevista.

Por outro lado, houve fatores que facilitaram o trabalho de campo, como, por exemplo, reuniões no Centro de Convivência do Assentamento, local onde o pesquisador teve oportunidade de realizar o primeiro contato com pessoas ligadas aos lotes. Esses contatos preliminares ajudaram a diminuir a resistência e portas se abriram para várias entrevistas.

Para o cálculo amostral foi usada a fórmula de cálculo de amostra finita de Santos (2011).

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot q}{e^2 \cdot (N - 1) + Z^2 \cdot p \cdot q}$$

Sendo assim o número mínimo calculado previsto para aplicação dos questionários era de 60 entrevistados podendo variar entre 57 e 63 diante a margem de erro amostral estabelecida 5% e um nível de confiança 95%.

Mesmo com todas as dificuldades ainda foi possível ultrapassar a meta e entrevistar 72 dos 86 parceiros assentados, atingindo uma porcentagem de entrevistados de 83,7% frente à meta inicial proposta, que era de 70% ou 60 entrevistas. Todavia esse quantitativo realizado otimizou os objetivos, pois, era considerado uma margem de erro de 5 % com esse quantitativo o nível de confiança elevou-se para 97% ficando a margem de erro na casa dos 3%.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Unidade caso em estudo

O assentamento São Domingos dos Olhos D'água, territorializado na antiga fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, propriedade privada classificada à época como individual e improdutivo, foi dividida em 86 parcelas que significam a sobrevivência e a dignidade das famílias assentadas, e simbolizam o modelo de propriedade agrária vigente no País, que na visão de Stedile (2002) é injusto. O assentamento São Domingos dos Olhos D'Água é pejorativamente referênciado na região como lugar dos sem-terra.

Para compreender as formas de ocupação e organização socioespacial do objeto de pesquisa, o assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, em Morrinhos (GO), foi necessário analisar o processo de luta pela terra com os vários sujeitos que dela participaram em diferentes estágios. São homens, mulheres e suas crianças, que imbuídos de sua herança cultural, resolvem lutar coletivamente para terem acesso à terra para trabalho, de onde haviam sido forçados a sair.

Pressionados nos centros urbanos, sem alternativa de sobrevivência, restou o retorno à terra com luta. Essas pessoas puderam contar com entidades que colaboraram, como mediadoras, com esse ideal, o que torna o processo coletivo e solidário. Assim como demonstrado por Stedile (2002) e Fabrini (2003).

O assentamento São Domingos dos Olhos D'Água surgiu do acampamento, na própria fazenda com o mesmo nome, de trabalhadores rurais sem-terra que reivindicavam a sua posse por ter conhecimento que tramitava processo no INCRA, onde a propriedade seria declarada improdutivo, não cumprindo a função social nos termos da Lei 8.629/93. O INCRA, após várias expedições técnicas *in loco*, constatou oficialmente que as terras eram improdutivas.

A decisão do INCRA foi publicada em 09/10/1997 no Diário Oficial da União, e a fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, município de Morrinhos, foi considerada de interesse social para fins de reforma agrária. A Fazenda possuía 3.446,56 hectares e tinha como proprietário Lindolfo Gomes Ferreira.

Acamparam no local 85 famílias, e foram várias fases de luta que vivenciaram para terem acesso à terra, o que fez com que se unissem desde o acampamento até à luta cotidiana para permanência na terra conquistada.

4.1.1 Morrinhos (GO): algumas notas sobre sua localização, origem e desenvolvimento socioeconômico

O município de Morrinhos, conforme os critérios de regionalização do IBGE, localiza-se na Mesorregião Sul-Goiano, na Microrregião Meia Ponte. A área do Município é de 2.846,156 Km² (SILVA, 2006). Situa-se entre as coordenadas de 17° 30' 20" e 18° 05' 40" de latitude sul e 48° 41' 08' a 50° 27' 34" de longitude oeste, apresentando altitude que oscila entre 771 e 800 m acima do nível do mar.

Morrinhos faz divisa com os municípios de Água Limpa, Aloândia, Buriti Alegre, Caldas Novas, Goiatuba, Joviânia, Piracanjuba, Pontalina e Rio Quente. Dista 128 km da capital do Estado, Goiânia, e é cortado pela BR 153. Sua população estimada em 2012 pelo IBGE era de 42.135 habitantes, dos quais 6.061 residiam na zona rural. O nome Morrinhos foi escolhido para identificar o Município por causa de três acidentes geográficos na Região: Morro do Ovo, Morro da Cruz e Morro da Saudade.

Como afirmam Barbosa, Gomes e Teixeira Neto (2004), mais de 20% das cidades goianas surgiram de sedes de fazendas e em terras mais planas, o que facilitava o crescimento e o desenvolvimento das cidades. O município de Morrinhos (GO) também surgiu de uma fazenda e desenvolveu a sua economia com base na agropecuária. Hoje seus principais produtos são a soja, milho, arroz, feijão, tomate, gado leiteiro e de corte, avicultura e suinocultura.

Segundo Silva (2006):

Morrinhos foi fundada no início do século XIX por Antônio Correia Bueno, mineiro nascido em Patrocínio, e seus irmãos Vicente e Jacinto que ergueram uma capela, provavelmente entre os anos de 1833 e 1838, denominada Capela de Nossa Senhora do Carmo, em torno da qual se formou o Povoado Nossa Senhora do Carmo (SILVA, 2006, p. 34).

Principalmente no sul e no sudeste de Goiás, quem tomava posse de grandes extensões de terra consideradas devolutas não se preocupava em legalizá-las

perante a Lei, que antes de 1850 concedia as sesmarias¹⁰. Possivelmente essa situação tenha permanecido até mesmo depois da Lei de Terras, de 1850. Conforme Luz (1982):

Os proprietários goianos não tinham interesse em legalizar suas terras em forma prevista na lei, pois, além de ser um processo caro por causa das despesas com medição e demarcação, é difícil devido à falta de recursos humanos e técnicos; preferiam manter a situação irregular com vistas a incorporar novas terras sempre que necessário. Era mais fácil e viável legalizar suas propriedades por meio de doações à paróquia ou por meio de compras e vendas que eram aceitas pelos cartórios com a conivência dos funcionários do judiciário local (LUZ, 1982, pp. 49-50).

Em 1855, o Povoado Nossa Senhora do Carmo foi elevado à categoria de vila, Vila Bela do Paranaíba, posteriormente cidade de Morrinhos (GO). Seus fundadores, segundo Silva (2006), eram descendentes de Bartolomeu Bueno, o bandeirante pioneiro na exploração de ouro em Goiás. Vinham de Patrocínio, Minas Gerais, fugindo da polícia e dirigiu-se para Santa Cruz de Goiás, arraial que possuía ouro. Não se sentindo seguros na referida localidade, adentraram o sertão por mais trinta léguas para, assim, acharem-se salvos dos problemas com a justiça da Província de Minas Gerais.

Dada a preocupação com a segurança, os irmãos Correia Bueno fizeram uma promessa: de erguer uma capela em homenagem à Nossa Senhora do Carmo nas terras que agora lhes pertenciam, e em volta da capela formou-se o povoado de Nossa Senhora (do Monte) do Carmo, às margens do Córrego Maria Lucinda.

Segundo Silva (2006), o povoado foi formado por famílias que migraram de Patrocínio, São Francisco das Chagas, Sacramento, Bagagem, Passos, Brejo Alegre, Campos Belos, Dolores de Uberaba, Varginha, Pitangui, Araxá, Freguesia de Nossa Senhora da Abadia e outras localidades mineiras, fixando residência no lugar escolhido pelos Correia Bueno.

Em 1845, Gaspar Martins da Veiga fez a doação de seiscentos alqueires de terras a Nossa Senhora do Carmo, em escritura pública (SILVA, 2006, p.32). Quanto

¹⁰ A finalidade das sesmarias era a distribuição das terras incultas, abandonadas em virtude da guerra e da colonização. Entretanto, verificou-se que as sesmarias não eram adequadas ao Brasil, pois, aqui as terras eram virgens, e em Portugal as terras já haviam sido lavradas. Mesmo assim, nos instrumentos das sesmarias constavam obrigações de colonizar a terra, ter nela moradia habitual e pagar os tributos (LUZ, 2006).

à transformação do povoado, primeiramente em vila e depois em cidade, narra Fontes (1980, p. 28) que “em 1882 o Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes foi um influente político, banqueiro e latifundiário, [...] articulou a assinatura da Lei nº 686, de 29 de agosto do referido ano, pela qual Morrinhos foi elevada à cidade”.

O município de Morrinhos (GO), por sua localização na Bacia do Paranaíba, teve garantida a continuidade de suas atividades socioeconômicas na agropecuária e conseqüentemente na agroindústria. Comprovam a importância dessa localização geográfica para as atividades produtivas Barbosa Gomes e Teixeira Neto (2004):

[...]. Geralmente, os vales mais amplos propiciam uma atividade humana mais efetiva e mais continuada em termos de unidades de produção. Um exemplo é o Vale do Paranaíba, cujas terras, tanto do lado mineiro quanto do lado da vertente goiana, são bastante extensas e produtivas. Ali se produz de tudo, desde culturas mais exigentes, como a cana-de-açúcar e o milho, às boiadas selecionadas (GOMES; TEIXEIRA NETO, 2004, p. 151).

Com a vinda de agricultores paulistas e da região sul na década de 1970, para o Centro-Oeste, que investiram em novas tecnologias, o espaço agrário de Morrinhos deixou de produzir somente para o mercado regional e passou a contar com novas culturas, como soja e cana de açúcar, que trouxeram como consequência sociocultural o emprego da mão de obra do trabalhador boia-fria, que trabalha certos períodos, sazonalmente, para a substituição dos trabalhadores rurais pela tecnologia de ponta. A partir das décadas de 1980 e 1990 foram implantadas novas culturas, como milho para conservas e tomates, e incrementada a avicultura.

Para conseguir alta produtividade e produção que a agropecuária moderna requer, vários problemas ambientais surgiram no Município. Impacto ambiental de várias ordens, como o não cumprimento das leis ambientais, a aplicação de agrotóxicos sem controle, o desmatamento de matas ciliares, o assoreamento dos cursos de água, e a utilização desmedida dos recursos hídricos.

O Município ocupa o segundo lugar em números de área irrigada no estado de Goiás, conforme a Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN). A perda da fauna e da flora, que comprometeu o bioma Cerrado, é facilmente observável.

Em Morrinhos, como outras regiões do estado de Goiás que têm uma agricultura produzindo em alta escala, encontram-se pouquíssimas partes do bioma

Cerrado preservadas. Aquelas que ainda não foram degradadas são áreas de relevo mais acidentado, que impossibilitam o desenvolvimento das lavouras mecanizadas e, por isso, permanecem com produção tradicional ou lavoura tipicamente camponesa (VIEIRA, 2010).

A agropecuária é responsável por 65% da geração de divisas do Município: Morrinhos têm uma das maiores bacias leiteiras de Goiás e uma das mais sólidas cooperativas do País: a Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos (COMPLEM), que já produz vários itens derivados do leite (GOIÁS, 2011).

A produção de grãos, como soja e milho, é bem expressiva no Município. Uma empresa multinacional, a Monsoy, e a Caramuru, são as principais articuladoras em quase todas as fases de produção da soja, do milho, e também do algodão.

Morrinhos, como os demais municípios do seu entorno, tornou-se corredor da cana de açúcar a partir dos anos 1990. O cultivo passou a ocupar tanto as áreas anteriormente ocupadas por pastagens, como por lavouras de grãos. Essa substituição já gerou certo impacto negativo na cadeia de produção de leite e grãos. O Município ocupava o segundo lugar em produção de leite no Estado de Goiás e caiu para o quarto lugar (GOIÁS, 2011). Houve queda também na produção de cereais, como arroz, feijão.

Morrinhos conta com um parque industrial planejado, o Distrito Agroindustrial de Morrinhos (DAIMO), que fica a 5 km da cidade às margens da BR-153, a principal rodovia de escoamento da produção do Município. Nele estão instaladas empresas como a Olé, que produz conservas e enlatados de milho, tomate, doces, ervilha e azeitonas, e a COMPLEM, responsável pela produção de leite e derivados.

A produção de leite de vários municípios do entorno é direcionada à COMPLEM e seus produtos são comercializados em todo o estado de Goiás e nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. A cooperativa é uma das principais fornecedoras de leite para o grupo Nestlé. A empresa Frangos Quality e o Grupo Colorado, do segmento sucroalcooleiro, estão situados na zona rural do Município, fora do DAIMO.

A mão de obra empregada na produção desses produtos agrícolas e na agroindústria é de trabalhadores residentes na cidade de Morrinhos, exceto no manejo de cana de açúcar, em que a maioria dos trabalhadores migram

sazonalmente de outras regiões do País, principalmente do Nordeste. Semelhantemente, vêm também de outras regiões os trabalhadores mais qualificados que ocupam postos de trabalho nas agroindústrias. Já a maior parte da mão de obra qualificada para a área de serviços de hotelaria é absorvida pelo complexo turístico das Águas Quentes (Pousada do Rio Quente) no município do Rio Quente Goiás, fazendo migração pendular.

Os indicadores oficiais que mostram o estágio de desenvolvimento dos municípios brasileiros apontam que Morrinhos está relativamente bem situado, principalmente quando observada a sua região de entorno, a média estadual, e a média nacional no Índice de Desempenho dos Municípios (IDM), que é uma medida sintética de parte do contexto socioeconômico dos municípios em seis áreas de atuação: economia, educação, infraestrutura, saúde, segurança e trabalho.

Das 30 variáveis selecionadas para conferir o desempenho dos municípios goianos, conforme pode ser observado na Tabela 1, Morrinhos está na primeira colocação na Região Sul Goiano com 7,3 de IDM geral em comparação com os demais municípios dessa Região. O objetivo desse índice é facilitar o diagnóstico e a comparação do desempenho dos municípios, bem como avaliar os resultados e subsidiar o planejamento das ações dos governos ao longo do tempo. O IDM tem periodicidade bianual.

Tabela 1: IDM dos Municípios da Região Sul Goiano

Município	Ano	IDM GERAL	IDM Economia	IDM Educação	IDM Infraestrutura	IDM Saúde	IDM Segurança	IDM Trabalho
1. Morrinhos	2010	7,30	8,79	6,23	7,20	8,74	6,98	5,84
2. Cachoeira Dourada	2010	7,23	6,51	6,84	7,69	8,80	9,19	4,36
3. Cezarina	2010	7,03	6,13	6,23	5,38	9,18	8,02	7,25
4. Itumbiara	2010	6,98	8,01	6,51	8,01	7,27	6,76	5,32
5. Porteirão	2010	6,98	7,00	5,69	5,23	8,84	9,97	5,14
6. Goiatuba	2010	6,87	8,00	6,23	6,05	9,19	7,28	4,46
7. Bom Jesus de Goiás	2010	6,86	7,33	6,09	7,10	7,84	8,40	4,37
8. Vicentinópolis	2010	6,84	5,95	5,87	5,08	8,43	9,68	6,01
9. Piraçanjuba	2010	6,75	7,17	6,15	7,67	8,10	7,61	3,80
10. Buriti Alegre	2010	6,74	8,10	6,07	6,18	7,46	9,36	3,28
11. Rio Quente	2010	6,70	5,43	6,42	6,05	7,11	7,37	7,80
12. Edéia	2010	6,63	8,06	6,24	6,40	8,40	6,17	4,52
13. Indiará	2010	6,56	6,42	6,31	5,26	9,41	5,91	6,02
14. Inaciolândia	2010	6,52	5,21	6,25	4,73	9,27	9,02	4,65
15. Joviânia	2010	6,44	5,10	6,36	7,79	8,65	6,74	3,98
16. Edealina	2010	6,42	5,18	5,86	5,22	9,14	9,48	3,65
17. Pontalina	2010	6,41	5,23	6,38	6,73	8,24	8,22	3,66
18. Mainpota	2010	6,27	2,75	6,73	4,85	9,32	9,86	4,10
19. Caldas Novas	2010	6,19	7,69	6,14	6,96	6,83	4,92	4,59
20. Cromínia	2010	6,16	4,10	6,28	5,25	9,15	7,60	4,55
21. Aloândia	2010	5,93	1,58	6,88	5,18	9,52	8,35	4,06
22. Professor Jamil	2010	5,91	3,27	6,56	4,75	7,82	9,82	3,23
23. Panamá	2010	5,89	3,31	5,89	4,86	7,41	9,66	4,19
24. Água Limpa	2010	5,73	2,67	6,32	5,41	7,47	9,83	2,69
25. Marzagão	2010	5,69	3,12	6,74	5,69	9,23	7,57	1,80
26. Varjão	2010	5,58	2,60	5,80	4,85	7,86	9,88	2,47

Fonte: Segplan/IMB (2013).

Outro importante indicador é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que serve de comparação entre as localidades (cidades, estados e regiões e países), com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. O relatório anual de IDH é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da ONU (BRASIL, 2010).

O IDH é calculado com base em dados econômicos e sociais. A mensuração vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvida é a região. O índice também é usado para apurar o desenvolvimento. No cálculo do IDH são computados os seguintes fatores: educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e Produto Interno Bruto *per capita*.

Como divulgado no Relatório de 2013, o município de Morrinhos aparece com o IDH 0,734, o 26º município do Estado de Goiás no *ranking* e próximo à média geral de todo Estado, que ficou no patamar de 0,735.

Outro indicador de desenvolvimento bastante observado para a implantação de políticas públicas nos municípios é o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. Trata-se de um estudo anual do Sistema FIRJAN, que acompanha o desenvolvimento dos mais de cinco mil municípios brasileiros em três áreas: a) emprego e renda; b) educação; e c) saúde. O IFDM é mensurado com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

No Gráfico 1 estão os dados mensurados no município de Morrinhos (GO) .

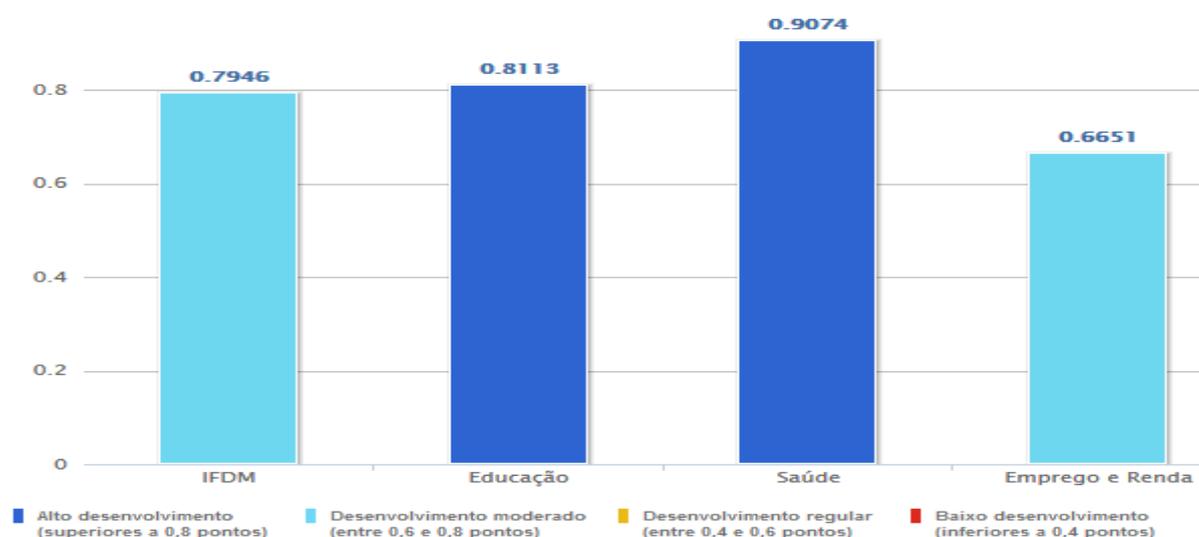


Gráfico 1: IFDM e áreas de desenvolvimento de Morrinhos (GO)

Fonte: IFDM (2013)

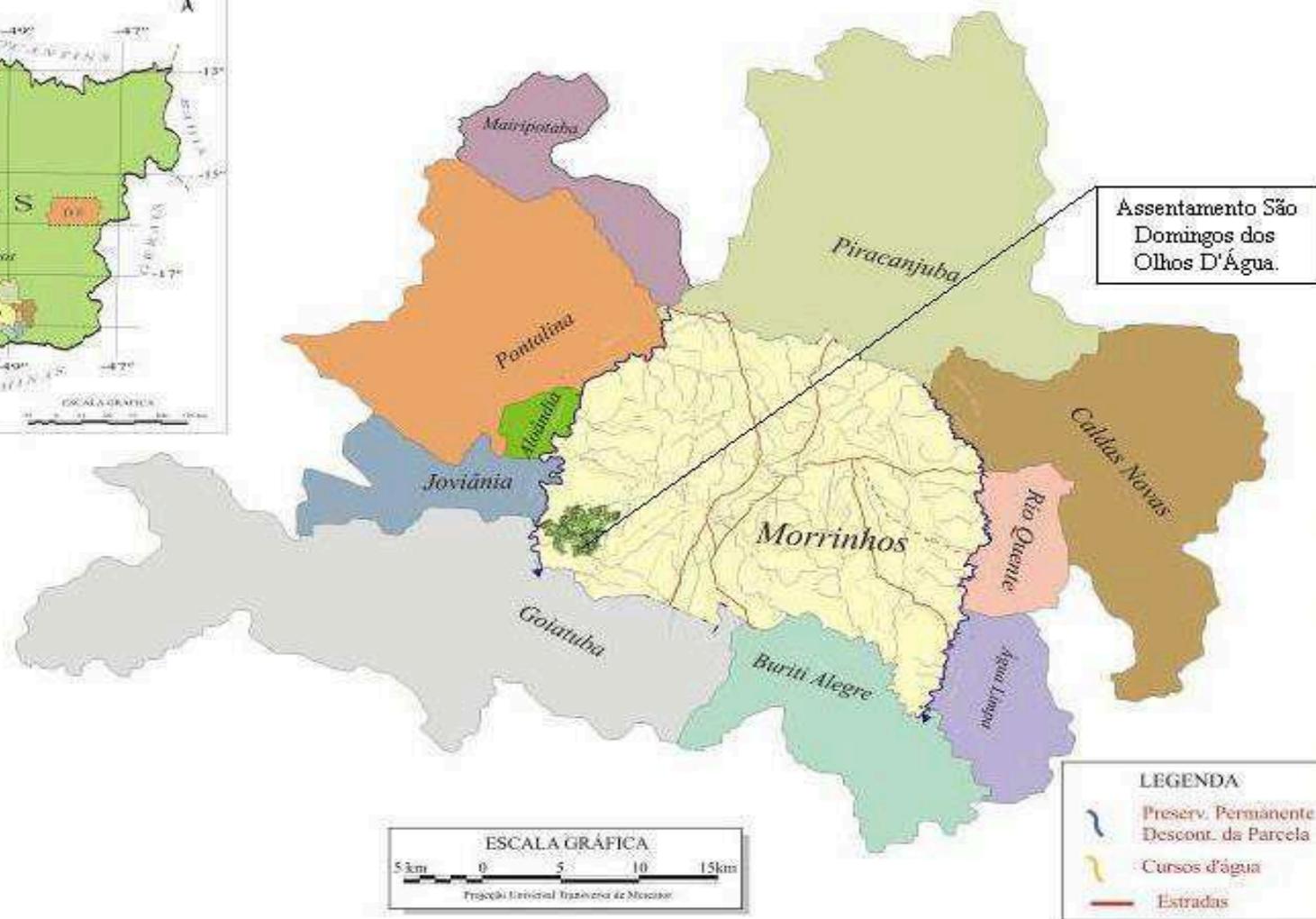
Com o índice grafado em 0,7946, Morrinhos foi o 8º melhor município situado no *ranking* estadual e o 369º em comparação com os mais de cinco mil municípios do País. Segundo consta no relatório divulgado pela FIRJAN na última década, Morrinhos ficou entre os dez municípios que mais avançaram em termos socioeconômicos.

É nessa realidade socioeconômica do município de Morrinhos (GO) que se insere o objeto desta pesquisa, o assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, conforme localização apresentada no Mapa 1.

Situação Geográfica - Brasil / Goiás



Morrinhos - Localização Geográfica



Mapa 1: Localização do Assentamento São Domingos no município de Morrinhos (GO)

Fonte: Adaptado de Silva (2012).

4.1.2 A Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água

A fazenda São Domingos dos Olhos D'Água fica no sudeste do município de Morrinhos (GO) e possui terras bastante valorizadas no mercado imobiliário. A fazenda tem extensas áreas com vegetação de cerrado preservadas, que tornaram-se reservas legais, conforme Mapa 2. Seu potencial hídrico é bom: possui dois ribeirões, Lageado e São Domingos, e três córregos, Vai-Volta, Cabeluda e Candiúba (MAPA 2, p. 86). Cinco dos 86 lotes limitam-se com o Rio Meia Ponte.

Conforme dados obtidos no Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato da Comarca de Morrinhos (GO), a propriedade foi adquirida em 06 de junho de 1952 por Lindolfo Gomes Ferreira, e possuía uma área de 45 alqueires. Em 08/05/1957 e em 18/11/1957 foram adquiridos mais 53 alqueires. Já em 25/09/1958 Lindolfo Gomes Ferreira conseguiu ganhar judicialmente a propriedade de 14 alqueires contra Amaro Alves de Moraes. A forma como se desenrolou o processo não pôde ser pesquisada dada a burocracia dos órgãos governamentais competentes.

Em 28/09/1960 foram comprados mais 23 alqueires; em 30/09/1966 o proprietário registrou a compra de mais um alqueire; em 24/05/1971 mais seis alqueires; em 15/06/1977 mais 18 alqueires, totalizando 160 alqueires, e em 28/08/1985 mais 187 alqueires. Ao todo são, portanto, 347 alqueires, que correspondem a 1.679,48 hectares. Em 33 anos foi adquirida uma área de 3.448,56 ha, conforme dado extraído do laudo de vistoria do INCRA número 0112/97. Foram aglutinados ao patrimônio 1.844,9709 ha por posse de terras devolutas.

Ao ser confeccionada a Cadeia Dominial (Anexo C), essa questão do excedente de terras ficou bem visível, pois a área total da fazenda São Domingos dos Olhos D'Água dos Olhos D'Água, oficializada no Cartório de Imóveis, é bem menor, porém o INCRA distribuiu também o excedente dos hectares de terras devolutas que estavam anexados à propriedade.

A cadeia dominial da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, conforme Anexo C, permitiu interpretar como ocorreu a concentração de terras e como ela foi distribuída aos assentados ali residentes.

4.1.3 Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água

O assentamento São Domingos dos Olhos D'água, localizado na divisa do município de Morrinhos (GO) com o de Goiatuba (GO), foi criado pela Portaria nº 09/98, de 22 de dezembro de 1997, do superintendente regional do INCRA do estado de Goiás. É uma gleba de terras inserida no meio de latifúndios monocultores exportadores, que utilizam tecnologia de ponta e produção em escala.

O Assentamento conta com 14 reservas ambientais permanentes, pois 20% da área total de uma propriedade rural têm que ser preservados, conforme o Decreto 6.514, que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais. As reservas ambientais do assentamento são, segundo informações colhidas no INCRA, superiores aos 20% previstos em Lei, diferentemente das propriedades circunvizinhas, pois a propriedade capitalista não cumpre a Lei, desmatando mata ciliares e áreas de cerrado. Isso ocorre com a maioria das propriedades do agronegócio em toda região sul do estado de Goiás.

O Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água tem vários cursos de água preservados e os lotes 36,37 e 38 ficam às margens do Rio Meia Ponte. A margem esquerda do Rio, na altura dos lotes mencionados, está preservada, ao contrário da sua margem direita, de onde o proprietário retirou toda a mata ciliar, substituindo-a por pastagens. Fato constatado *in loco* por ocasião da coleta de dados.

Os lotes são de tamanhos diferentes e essa diferença se deve à qualidade do solo e ao relevo; lotes de solos mais férteis em relevo mais plano são menores, e lotes com solos menos férteis com relevos mais movimentados são maiores (MAPA 2, p. 84).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Superintendência Regional do INCRA de Goiás, SR 04, Divisão Técnica, a área total do Assentamento é de 728,19 alqueires, ou seja, 3.448,56 ha hectares.

A Reserva Legal do PA São Domingos dos Olhos D'Água é de 790,80 hectares; a Reserva Legal de outro assentamento, o Tijunheiro, também se encontra dentro do assentamento São Domingos dos Olhos D'Água e é de 80,07 hectares. A Área de Preservação Permanente (APP) é de 62,37 hectares. Essas informações foram extraídas do Memorando Nº830/97/SR-Z. Protocolo de Criação

do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água.

O bom nível de áreas naturais preservadas foi confirmado em pesquisa de campo, realizada no período de agosto 2013 a fevereiro de 2014, mas segundo depoimento dos assentados muita madeira foi retirada ilegalmente da fazenda e vendida pelo antigo proprietário, Lindolfo Gomes Ferreira, quando ele percebeu que a sua causa estava perdida na Justiça. Mesmo assim, ainda ficou uma boa área preservada e bem distribuída. O Mapa 2 aponta que são ao todo 14 APP presentes no assentamento.

Grande parte dos lotes são banhados pelos cursos d'água existentes no assentamento, e segundo a presidente da Associação dos Moradores do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, os lotes que não contavam com cursos naturais de água tiveram recursos da união para perfurar poços artesianos.

Durante o trabalho de campo percebeu-se, analisando as respostas das entrevistas, que os moradores do assentamento São Domingos dos Olhos D'Água têm preocupam-se com sustentabilidade, pois evitam o desmatamento de suas áreas e utilizam o mínimo possível de agrotóxicos na produção de alimentos. Poucos não preservaram os recursos naturais; somente aqueles que não pretendiam permanecer no assentamento retiraram quase toda a vegetação natural, principalmente para revenda de madeiras de lei como angico, angelim peroba. Os demais assentados têm preservado os recursos naturais, como a vegetação, recursos hídricos, por ser uma exigência do INCRA certa conscientização acerca da importância desses recursos naturais, como matas ciliares, áreas de proteção permanente, rios e riachos ali presentes.

Os assentados trabalham com mão de obra familiar, tipicamente camponesa. Da terra retiram a sobrevivência, e não o lucro; utilizam dela apenas o necessário e preservam a outra parte; nela trabalham sem explorar o trabalho do outro; trabalham em família e todos da família participam do resultado do trabalho.

3	Tramitando processo no INCRA	
4	04/10/2004	
5	29/07/2007	
6	Tramitando processo no INCRA	22/12/2013
7	29/07/2007	23/12/2013
8	29/07/2007	23/12/2013
9	29/07/2007	23/12/2013
10	29/07/2007	
11	04/10/2004	27/12/2013
12	29/07/2007	27/12/2013
13	29/12/1998	
14	29/12/1998	27/12/2013
15	29/12/1998	28/12/2013
16	19/08/2004	28/12/2013
17	29/07/2004	29/12/2013
18	Tramitando processo no INCRA	29/12/2013
19	23/06/2005	29/12/2013
20	29/12/1998	
21	29/12/1998	30/12/2013
22	25/08/1999	02/01/2014
23	29/12/1998	02/01/2014
24	28/04/2004	02/01/2014
25	25/08/1999	02/01/2014
26	29/07/2004	03/01/2014
27	29/07/2004	
28	29/07/2004	04/01/2014
29	29/07/2004	04/01/2014
30	02/02/1998	04/01/2014
31	29/12/1998	04/01/2014
32	25/08/1999	05/01/2014
33	29/12/1998	05/01/2014
34	29/07/2004	
35	29/07/2004	06/01/2014
36	29/12/1998	06/01/2014
37	29/07/2004	08/01/2014
38	29/12/1998	08/01/2014
39	29/07/2004	08/01/2014

40	29/07/2004	08/01/2014
41	Tramitando processo no INCRA	09/01/2014
42	29/07/2004	10/01/2014
43	25/08/1999	14/01/2014
44	29/12/1998	14/01/2014
45	29/07/2004	14/01/2014
46	29/12/1998	14/01/2014
47	19/08/2004	14/01/2014
48	10/11/2000	16/01/2014
49	29/12/1998	16/01/2014
50	29/12/1998	18/01/2014
51	29/12/1998	
52	29/12/1998	19/01/2014
53	29/07/2004	
54	29/12/1998	19/01/2014
55	29/12/1998	21/01/2014
56	29/12/1998	
57	29/12/1998	21/01/2014
58	29/12/1998	21/01/2014
59	04/10/2004	24/01/2014
60	29/07/2004	24/01/2014
61	29/07/2004	24/01/2014
62	23/06/2005	24/01/2014
63	10/11/2000	25/01/2014
64	29/07/2004	
65	29/12/1998	
66	29/12/1998	25/01/2014
67	29/12/1998	28/01/2014
68	29/07/2004	28/01/2014
69	29/12/1998	31/01/2014
70	29/12/1998	31/01/2014
71	29/12/1998	31/01/2014
72	29/07/2007	31/01/2014
73	29/07/2004	
74	29/12/1998	04/02/2014
75	29/07/2004	04/02/2014
76	29/12/1998	06/02/2014
77	29/07/2004	06/02/2014

78	29/12/1998	14/02/2014
79	29/12/1998	
80	29/12/1998	14/02/2014
81	Tramitando processo de posse	10/01/2014
82	29/07/2004	10/01/2014

83	20/07/2004	10/01/2014
84	29/07/2004	
85	29/12/1998	16/02/2014
86	29/07/2004	16/02/2014

Quadro 4: Relação dos números dos lotes do assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, data da emissão do título de posse e a respectiva data da entrevista.

Fonte: Pontes (2014).

Entre os 72 entrevistados, todos titulares dos lotes, constatou-se que apenas 26 eram remanescentes das 85 famílias que ocuparam, pacificamente, a fazenda São Domingos dos Olhos D'Água em 1997, portanto apenas 32% conseguiram vencer os quase sete anos de acampamento. Outros 12 assentados só chegaram ao local mais recentemente, há menos de três anos, e também foram assentados pelo INCRA, ou ainda esperam pela regularização que está tramitando no Órgão.

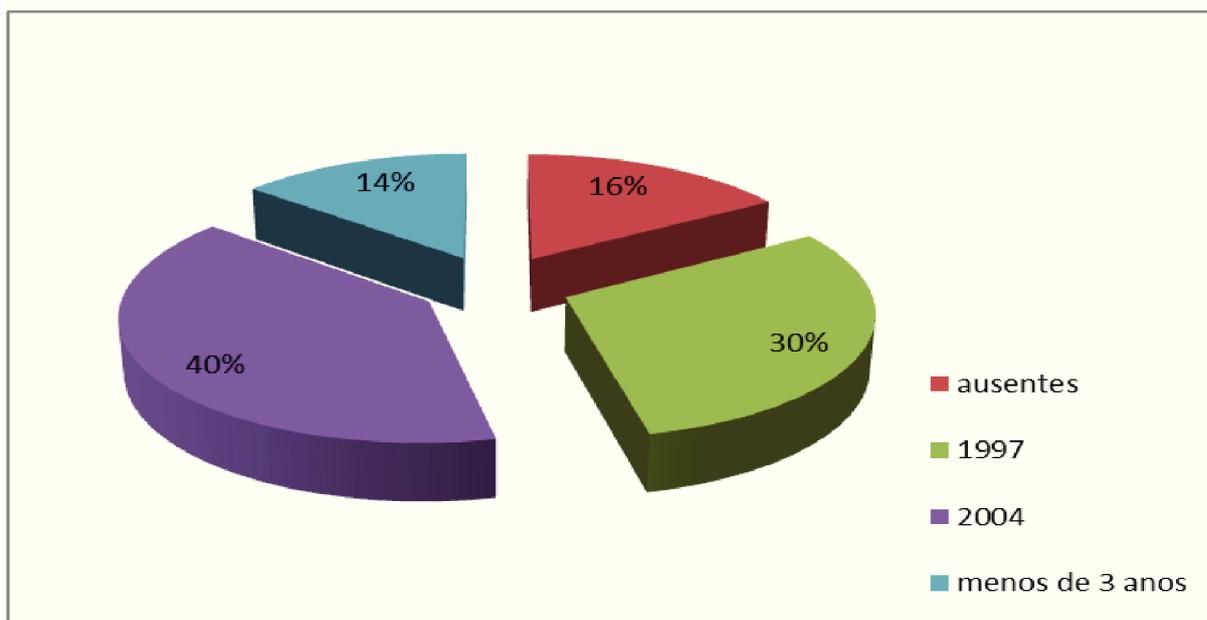


Gráfico 2: Tempo de fixação nas parcelas do PA São Domingos dos Olhos D'Água

Fonte: Pontes (2014).

No primeiro momento o objetivo foi alcançado, pois a pretensão era identificar o responsável pelo lote, bem como o tempo de posse. O Gráfico 2 demonstra que 30% dos parceiros entrevistados resistem no local desde a formação do acampamento, em 1997. Outros 40% ingressaram no território somente no ato da regularização: foram capitaneados pelo INCRA e são oriundos de outros acampamentos ou dos cadastrados da entidade de outras regiões.

Os substitutos daqueles que por algum motivo desistiram, ou foi permitida a sua substituição pelo INCRA, como é o caso das pessoas que adoeceram e não tinham familiares para manusear o lote e torná-lo produtivo na forma exigida pelo INCRA, totalizam 14%.

É salutar ressaltar que as famílias que não fizeram parte da luta na fase de acampamento foram selecionadas pelo INCRA e submetidas à apreciação da Associação de Moradores do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água para depois de aceitas tomarem posse do lote disponível.

Na sequência, a entrevista visou identificar a trajetória social e construção identitária do assentado. Nesse tópico percebe-se que quase a totalidade dos assentados são pessoas excluídas de vários segmentos sociais, dentre eles: trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, boias-frias, meeiros e arrendatários.

Um dado observado no assentamento São Domingos, que também é reflexo do processo de exclusão e exploração que vem comprometendo a solidificação da agricultura de pequeno porte e familiar no País, é em relação ao local e o tipo de trabalho desenvolvido no local de origem, antes do processo migratório para o assentamento São Domingos dos Olhos D'água, como mostra o Gráfico 3.

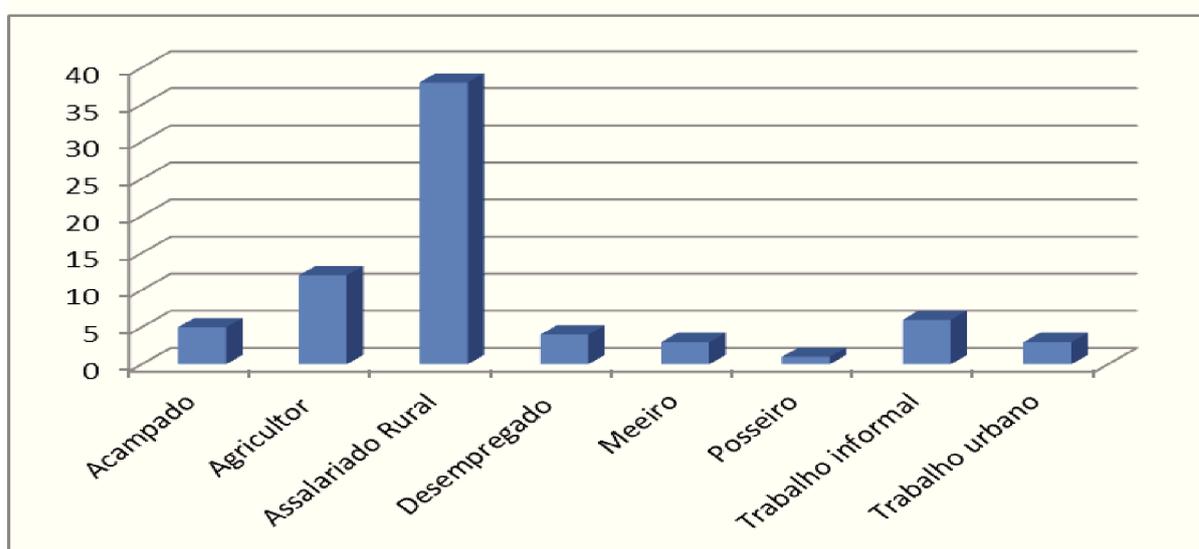


Gráfico 3: Onde e com o quê já trabalhou no local de origem (em %).

Fonte: Pontes (2014).

A maioria dos responsáveis pelas famílias assentadas já vivia ou trabalhava na zona rural nos municípios de origem, seja como agricultores (17%), seja como posseiros (1%) ou meeiros (3%), ou ainda como assalariados rurais (53%). Outros 8% eram compostos por pessoas que trabalhavam como comerciantes e

prestadores de serviços em geral, de maneira informal, e apenas 4% declararam ser trabalhadores urbanos.

Esses dados remetem à lógica defendida por Ianni (1986) - subordinação da agricultura ao capital industrial, concentração de terra, políticas desenvolvimentistas implementadas pelos governos militares-, que possivelmente levou muitos dos assentados a experimentarem o processo de expropriação de terras e dos meios de trabalho incentivados nas décadas de 70, 80 e 90 do século passado, quando os projetos desenvolvimentistas do Estado paulatinamente suplantaram o espaço rural em todas as regiões do País.

Esse processo, por sua vez, foi responsável pelo êxodo rural em massa e por levar os trabalhadores à experiência da migração para outras regiões do País, tendo passado, inclusive, pela experiência de trabalho urbano e voltado ao campo em lutas pela terra. As entrevistas também demonstram essa realidade quando se arguiu sobre o local de nascimento do respondente: mais de 80% não são naturais de Morrinhos, município onde está situado o assentamento, e sim de outras cidades ou até mesmos estados.

Dos 72 assentados apenas 29 eram associados a sindicatos ou a movimentos sociais antes de residirem no assentamento São Domingos dos Olhos D'água, e a motivação dessa filiação foi a busca de proteção e a conquista de um pedaço de terra.

Já em relação ao significado de ter um pedaço de terra, os pazeiros apontaram em primeiro lugar a volta às origens; em segundo o auto sustento; e em terceiro trabalhar por conta própria, sem patrão, fatores esses que em seu conjunto só são possíveis encontrar com a conquista de um território articulado nos moldes do sistema tridimensional, apresentado por Raffestin (1993), em que se trabalha a sociedade, o espaço e o tempo em busca de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos disponibilizados.

Quando inquiridos sobre a ajuda dos movimentos sociais de luta pela terra para a conquista do lote, disseram que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos, a FETAEG e a CPT foram imprescindíveis para a aglutinação das pessoas e pela permanência no acampamento. Essas entidades deram apoio moral e material e contribuíram para amenizar as dores e privações da fase de acampamento.

Nessa questão incluiu-se também o INCRA como órgão que muito ajudou na conquista. A participação efetiva e constante do órgão oficial da reforma agrária se deu por causa da dificuldade que o INCRA teve para garantir efetivação da emissão de posse da propriedade, que foi objeto de batalha judicial recheada de ações cautelares, agravos, mandados de segurança, conforme relatório da Procuradoria Federal (Anexo L).

Nas entrevistas os assentados ressaltaram que tinham medo da pistolagem, porque no processo de ocupação capangas e capatazes incessantemente rondavam os três acampamentos distribuídos pela propriedade. Em pesquisa documental constatou-se que foram registradas várias denúncias formais e publicadas inúmeras notícias desses conflitos armados em jornais e informativos da CPT, conforme Anexos D, E, F, G, H e I. Há, inclusive, registros nos anais da Câmara dos Deputados Federal, em discurso proferido pelo então deputado Aldo Arantes (PC do B-GO), de acordo com o Anexo J.

Os poderes legalmente constituídos pouco fizeram no processo de ocupação e posse dos lotes, apenas o Poder Judiciário não se eximiu de, a seu tempo, sentenciar os processos relacionados aos assentamentos, conforme relatório da Procuradoria Federal (Anexo L).

Essa realidade corrobora o pensamento de Oliveira (1997), que afirma que a política latifundiária implementada no País durante décadas atendia ao capital e levava à concentração de terras, ao aumento da violência no campo, à miséria dos trabalhadores rurais, à expulsão dos chamados camponeses de suas terras, e à perspectiva da não realização de uma reforma agrária que equacionasse a questão da terra no País.

4.3 Processo de formação e constituição do assentamento rural

Quase todos os assentados sabem da história do assentamento. O nome, por exemplo, é por causa do córrego São Domingos dos Olhos D'água, que corta a fazenda, e a própria terra desapropriada também já tinha essa denominação. Por esse motivo, os líderes da época preferiram denominar o Assentamento com o mesmo nome. Também era do conhecimento de todos, principalmente dos mais antigos na luta, que a propriedade era improdutiva e que os impostos não eram recolhidos há anos aos cofres das fazendas públicas.

Quando perguntado aos parceiros como ingressaram na luta, afirmaram que viam na possibilidade de conquistar uma terra o resgate da dignidade e a provável constituição de um patrimônio familiar, e, principalmente, não mais viver da dependência de patrões. O ideal de autonomia e da terra enquanto patrimônio foram as principais motivações que os assentados disseram ter com a participação na luta pela terra no PA São Domingos dos Olhos D'água, além, é claro, da vontade de retornar a uma condição social, a de produtor, que muitos já tinham vivenciado no passado.

Na fala de um dos assentados, em entrevista realizada em 04 de janeiro de 2014, percebe-se a dimensão do processo de territorialização:

[...] Por isso, mesmo com todas as adversidades enfrentamos frio, calor, e até bala para conseguir transformar o acampamento em assentamento, tendo a conquista do pedaço de terra como a principal referência (ENTREVISTA 6, 2014).

No Gráfico 4 estão representadas as motivações dos assentados em participar do acampamento ou mesmo do assentamento, o que robustece a argumentação anterior.

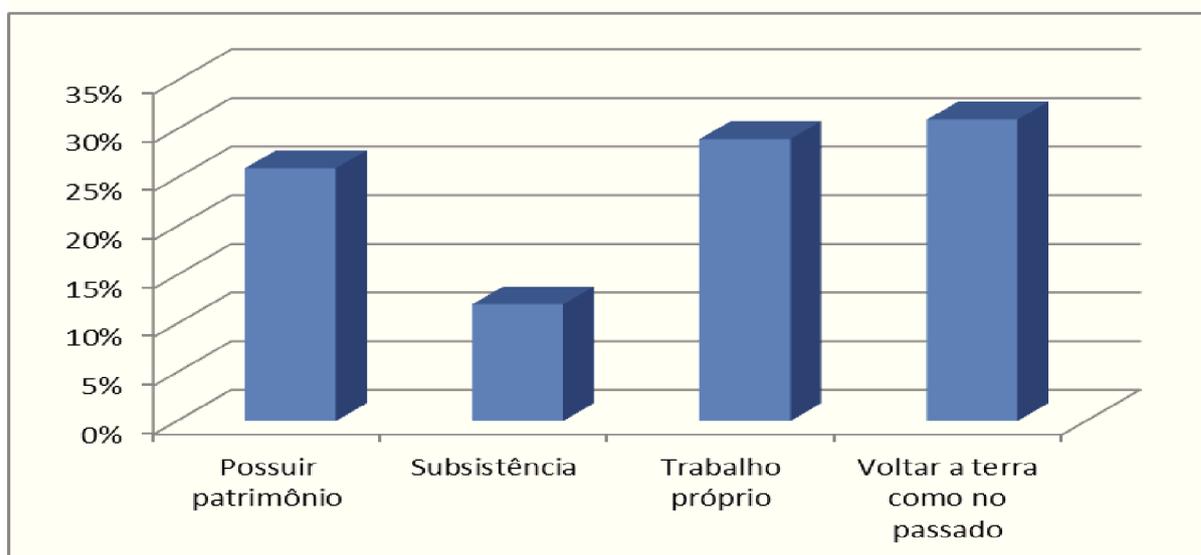


Gráfico 4: Motivação em participar da luta pela terra em GO (em % concernente aos que participaram da pesquisa).

Fonte: Pontes (2014).

Como demonstrado, a principal motivação foi a possibilidade de voltar a terra como no passado, para voltar a ser agricultores, retornando a uma condição social já experimentada no passado, seja pelo próprio assentado ou por seus ascendentes, e também a oportunidade de conquistar autonomia no trabalho, de deixar a condição

de trabalhador assalariado e dependente de patrão e passar a ser dono do próprio tempo de trabalho. Esses dois itens correspondem a mais de 50% das respostas dos entrevistados. Outros 27% apontaram a oportunidade de deixar um patrimônio familiar para os filhos. Além desses quesitos, registrou-se também que 12% viam a luta pela terra e a conquista do lote como uma maneira de subsistência, de viver apenas da terra.

Os dados mensurados remetem ao entendimento que a terra passou a figurar como o principal mote da luta dos membros do PA São Domingos dos Olhos D'água. As falas transcritas a seguir também corroboram as considerações dessa questão:

[...] Primeiro a gente trabalhava na fazenda como tratorista e tomava conta de gado, mas depois a gente foi conversando com o pessoal da redondeza né, conhecendo um e outro até a gente ficar sabendo do movimento. Pensava que eu ia conseguir minha terra assim lutando mesmo, sabe. Foi por isso que eu e minha família paramos no assentamento, já era um sonho antigo ter a terra própria para plantar e colher. Ah, eu pensava assim, e só para eu plantar, criar o que eu gosto né, criar os filhos longe dos perigos da cidade, porque na cidade é muito difícil, lá tem que ter dinheiro e a violência é demais né. Eu sonhava ter uma terra pra mim ter paz e ver o futuro dos meus filhos na terra como foi o meu em tempo de menino. Difícil né, mais com trabalho e força nós vai vencer todas as dificuldades que a vida nos manda. Apesar de minha vontade de ter a terra pra mim, a minha preocupação é com os filhos né, então pra mim a terra não é só minha, de minha família também. Viver como no passado, mas pensando num futuro melhor para os filhos [...]. (ENTREVISTA 22, 2014).

[...] Viver da terra significa pra nós trabalhar, plantar e criar né. Isso que eu queria na minha vida e fim buscar aqui no assentamento. Pra mim a terra é minha vida, daqui eu tiro tudo o que eu e minha família precisa. Na cidade num tem como criar e plantar, aqui sim. Aqui você tem todas as possibilidades de fazer a terra produzir né. Criar, plantar e viver do que a terra dá. Eu conquistei isso aqui pra mim e para minha família, e estamos resistindo aqui até hoje [...]. (ENTREVISTA 45, 2014).

[...] Meu sonho era ter minha vida de volta. Queria ter um lugar pra poder criar os filhos com dignidade e tranquilidade. Longe da vida da cidade grande e da violência. Não queria que eles passassem o que eu passei na vida, então eu via na reforma agrária uma possibilidade disso. De mudar de vida, mas essa mudança era uma reviravolta meio que já vivida no passado, no passado que eu trabalhava na terra, vi, viver da terra e longe das peripécias da cidade grande. Hoje meus filhos adoram isso aqui, apesar de faltar alguma coisa essa casa aqui, é nossa, lutei por isso aqui e consegui, isso é meu [...]. (ENTREVISTA 12, 2014).

[...] Tudo na vida é difícil né, mas é preciso sonhar, tem gente aí que reclama morar na terra, eu não, pra mim isso aqui é um paraíso, eu gosto ter minhas criações um roçado. Isso aqui é minha vida, sem isso eu acho que eu não sobrevivo. Desde pequeno eu sonhava ter uma terra minha mesmo, porque meu pai antes era dono de uma gleba de terra e trabalhando de empregado pros outros, você nunca constrói nada na vida [...]. (ENTREVISTA 12, 2014).

[...] Era nas reuniões, lá no sindicato de Morrinhos que a gente conversava bastante e apareciam as expectativas de todos. Nessas reuniões quando está todo mundo junto, fomos criando as condições para enfrenta a luta, condições política né. Na verdade não tivemos muitos problemas, pois era todo mundo com um único objetivo apesar de alguns desconhecerem a luta, mas eles confiavam que podia dar certo. Aí não foi muito complicado, juntamos todos com os mesmos sonhos, sonhos que muitos já carregavam a tempo. Você viu ai por essas andanças sua né, muita gente não é de Morrinhos mas suas origens era da roça, todos tem histórias de vida na zona rural. Mesmo aqueles daqui de Morrinhos eles também sempre foram ligados à zona rural. Então não foi difícil falar da importância da terra, e da possibilidade de conquistá-la. O mais complicado foi fazer com que eles mudasse de opinião sobre os sem terras, pois a imagem que a mídia passa é muito ruim. Isso foi difícil, eu acho isso um crime. Mas no fim o sonho foi maior e deu certo [...]. (ENTREVISTA 12, 2014).

Segundo Wanderley (1995), a conquista de um pedaço de terra é um símbolo que une as pessoas em um processo de luta, que as coloca na condição moral de manutenção e organização de uma categoria: os sem-terra, pois a conquista da terra é sinônimo de sobrevivência da família assentada. A história do campesinato brasileiro na luta pela terra pode ser definida, segundo essa autora, como o registro das lutas dentro da sociedade por espaços de autonomia econômica.

[...] Parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. [...] as lutas (pela terra) são por espaços produtivos, pela constituição de um patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família (WANDERLEY, 1995, p. 8).

Na análise das entrevistas verifica-se que apenas cinco famílias entrevistadas têm alguma experiência com acampamentos antes de serem assentadas no PA São Domingos dos Olhos D'água. A maioria dos entrevistados, 67, participou apenas dessa ação de reforma agrária. Esses dados mostram que na luta pela terra em Morrinhos, o que instigou a construção da identidade social de sem-terra foram

justamente as mobilizações locais, pois os assentados não são oriundos de experiências anteriores com movimentos sociais, mas sim engajados na luta por articulações de lideranças do STRM que realizavam reuniões e politizavam os que buscavam acesso à terra.

Como visto a maioria da população assentada no PA São Domingos dos Olhos D'água nunca tinha participado de nenhum outro tipo de movimento social; os assentados entraram no conflito em Morrinhos graças à força mobilizadora do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e de uns poucos líderes locais, ou por meio de familiares e amigos que iam ingressando no processo de luta pela terra.

Ao serem indagados sobre a fase de acampamento, que segundo os registros foi longa, aproximadamente sete anos, mais da metade dos parceiros são remanescentes do acampamento, embora apenas 26 parceiros sejam remanescentes do momento da ocupação. Segundo relatos, como a demora foi longa muitos desistiram e outros foram ocupando as vagas.

Percebe-se, nas falas da maioria, que o sentimento de pertencimento ao grupo foi aguçado na fase de acampamento. Frases como “*no acampamento era uma família só*” e “*o povo tinha mais união na época do acampamento*” mostram coesão na fase de acampamento, diferentemente do que é hoje no Assentamento, quando esse sentimento de pertencer ao grupo parece ter desaparecido. O que se ouve hoje é “*agora é cada um por si*”.

Assim, parece apropriado afirmar que a forma acampamento se apresentava como um ritual de passagem, no sentido dado por Turner (1974), como um estágio de passagem do grupo, e nesse estágio a identidade social se revelava pela união e também pelo objetivo comum a todos. O acampamento foi o símbolo da luta pela terra com uma série de nuances inerentes a ele. Para Turner, são três as situações que se apresentam: a) homogeneidade; b) igualdade, e c) ausência de propriedade material. Esses fatores impedem distinguir indivíduos em um grupo.

Todas as situações expostas por Turner podem ser facilmente encontradas no acampamento: todos estavam sob a lona preta; havia cooperação e mutuamente se revezavam para manter a segurança e a organização no local; havia articulações para manter a união como forma de pertencimento a um grupo que tinha em comum o mesmo objetivo; e havia, também, o fator exclusão, já que em relação aos demais membros da sociedade o grupo era marginalizado.

Assim, não é exagero afirmar que havia uma sociabilidade específica no acampamento. Em todas as falas destacam-se as reuniões, as comissões, a união e até mesmo os medos, que propiciavam interações sociais mais intensas do que as atuais. Uma série de fatores contribuía para isso, mas conseguir assentar-se em uma gleba de terra dava ao grupo uma coesão inalcançável nos dias de hoje.

Foi em torno desse desejo e expectativa que os sujeitos resistiram juntos a uma série de barbáries, privações e sofrimento. Todo esse processo coaduna com o pensamento de Lezana (2003), ao ensinar que um dos fatores que leva a resistência e perseverança de um grupo é a atuação dos agentes integradores.

Dizer que a sociabilidade atualmente se restringe a reuniões de lazer, e para tomar decisões e discutir questões comuns a todos, não é o mesmo que dizer que a interação é pouca ou pequena. Ao contrário, a convivência desde a fase de acampamento criou vínculos de solidariedade ainda presentes no dia a dia dos assentados. Naquela época tudo era decidido coletivamente, porém com a posse da terra várias atividades, que antes eram desenvolvidas em conjunto, passaram a ser realizadas individualmente nos lotes.

No dizer de Fabrini (2003):

Os camponeses desenvolvem um conjunto de atividades e lutas para garantir a sua existência e permanência na terra. As ações coletivas e comunitárias são algumas das atividades desenvolvidas pelos camponeses nos assentamentos rurais que garantem a sua existência (FABRINI, 2003, p. 63).

Assim, os territórios camponeses vão resistindo. Se há uma divisão simples do trabalho nos assentamentos, há também ações de cooperação. No assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, são exemplos os tanques de resfriamento de leite e as fábricas de queijo, farinha e a padaria, embora na fase de acampamento a cooperação parecesse maior, porque na ocasião as atividades eram mais coletivas que individuais.

Os assentados procuram organizar a forma de produção de modo que viabilize a permanência das famílias assentadas em seus respectivos lotes. As 86 famílias assentadas, de forma mais intensa ou superficial, participam da Associação dos Assentados ou das cooperativas existentes, a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Goiatuba – Goiás (Coomafago) e a Cooperativa Mista

Solidária dos Agricultores Familiares da Reforma Agrária de Morrinhos –Goiás (Coop-safra).

A Associação de Moradores do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água é a personalidade jurídica do Assentamento. Sua sede é na residência do antigo proprietário da fazenda São Domingos dos Olhos D'Água. Lá se encontram um pequeno comércio na forma de minimercado onde se vende gás de cozinha, refrigerantes, recarga para celulares etc. A sede da Associação é também um local de encontro dos assentados, que serve para realizar suas reuniões.

A Associação dos Moradores do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água faz eleição para a presidência de dois em dois anos. No momento, o seu Presidente é o assentado Divino Aguiar Mendes Ribeiro, e desde a fase de acampamento que o dirigente máximo dessa Associação é o líder mais destacado e atuante do Assentamento.

É por meio das Associações/Cooperativas que quase todos os assentados comercializam seus produtos. No caso do leite, por exemplo, é norma do Ministério da Agricultura que esse produto seja mantido resfriado, e como um tanque para resfriamento é caro e comporta um volume relativamente grande para a produção de cada assentado, todos se associaram para comprá-lo.

Diante dos números existentes nos livros contábeis das cooperativas, percebe-se que todos os assentados filiados às mesmas conseguem produzir o suficiente para utilização de todos os recursos disponibilizados através do Programa de Aquisição de Alimentos e Doação Simultânea, que no ano de 2013 foram R\$ 19.800,00 para aquisição e R\$ 4.500,00 para Doação Simultânea.

Nas atas da associação, percebe-se que as limitações, para ampliar o volume de venda na maioria dos casos, estão relacionadas à produção e à regularidade da oferta. Há a necessidade de processamento para verticalizar e agregar valor aos produtos. As dificuldades de se certificar ou mesmo conseguir alvará para o processamento também são fatores limitadores da oferta, por parte dos assentados, de todo o mix requisitado nos editais do PAA no caso 56 produtos.

Segundo Leite *et al.*(2014) as Associações são uma espécie de exigência do Estado, pois constituem a forma predominante de representação dos assentados, elas são a personalidade jurídica do assentamento. Sua criação é praticamente

obrigatória para o repasse de créditos. São também apoios importantes nas relações dos assentados com entidades externas ao assentamento.

Todas essas organizações são muito importantes para os assentados, pois contribuem para uma maior integração do grupo e, ao mesmo tempo, concedem identidade social.

As organizações também significam estrutura de fortalecimento, identidade econômica, social e política dos assentados. Nas palavras de Bourdieu (1992), para construção dessa identidade os grupos são levados a conflitos, dada a trajetória social que, por sua vez, está associada ao hábito e aos costumes anteriormente vividos.

4.4 Processos indentitários no assentamento

Como observado ao longo deste estudo, os assentados do PA São Domingos dos Olhos D'água são, basicamente, migrantes de outros municípios de Goiás e naturais de vários outros estados brasileiros, apesar de se contabilizar entre eles considerável número de pessoas naturais de Morrinhos.

Esses assentados, em momento anterior à instalação do assentamento, viviam de maneira instável com relação à empregabilidade no mundo do trabalho, e acampar, ocupar ou, como ainda falam alguns, invadir a área de uma fazenda e disputar o território com o fazendeiro não fazia parte do horizonte de possibilidades dessas pessoas que ali se encontram até então.

Eles eram acostumados entrar em uma fazenda se fossem convidados ou contratados pelo proprietário para realização de alguma tarefa. Os assentados tinham respeito à propriedade dos outros, sentimento que faz parte da economia moral dos pobres. Com isso, ocupar, invadir ou acampar para esses sujeitos eram práticas ilegais. Eles não compreendiam muito bem o processo de desapropriação de uma área para reforma agrária, e não eram familiarizados com a atuação dos movimentos sociais de luta pela terra com ações de enfrentamento.

Por isso, quando inqueridos se foram pessoas ou movimentos sociais que ajudaram no processo ocupação e posse da terra, afirmaram categoricamente que foram pessoas, todavia no decorrer da pesquisa identificaram essas pessoas como líderes das entidades que foram baluartes do enfrentamento (INCRA, CPT, FETAEG e STRM). É importante registrar que apesar de se utilizarem da filosofia e demais

mecanismos disseminados pelo MST, o Movimento não participou diretamente do processo de ocupação e posse desse território.

Conforme mensurado, a forma mais acentuada de aquisição de um lote no assentamento foi o sorteio, com 59 incidências, seguido da compra com oito, e outros cinco, dos 72 entrevistados, estão assentados por substituição entre familiares.

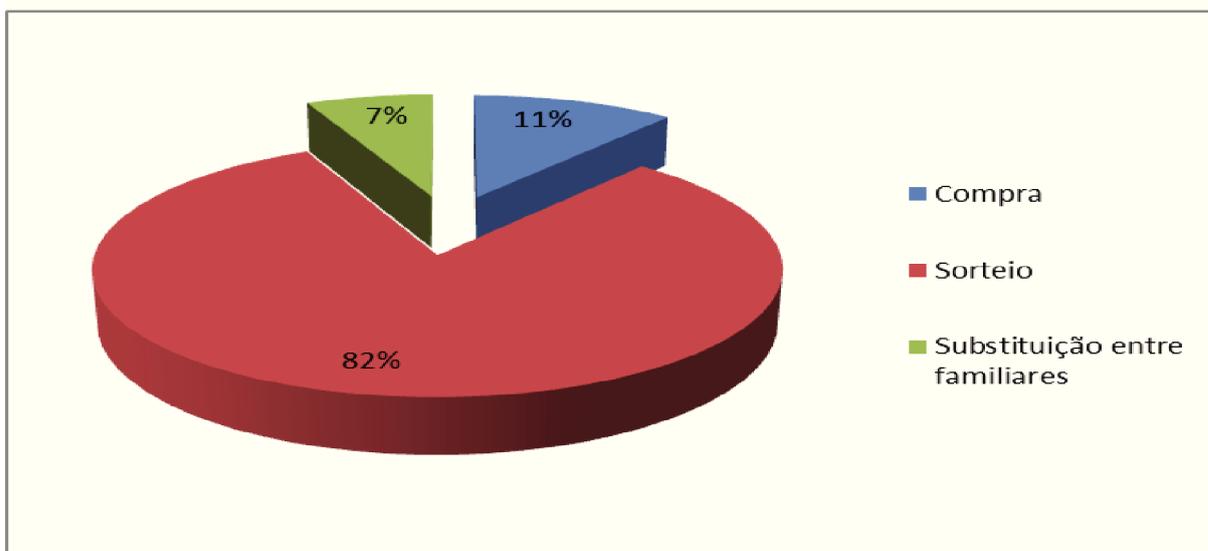


Gráfico 5: Forma de aquisição do lote (em %)

Fonte: Pontes (2014).

O Gráfico 5 mostra que na forma sorteio incidiram 82% do assentamento, pelo fato de ser o critério acordado entre o INCRA e as lideranças do acampamento para distribuição dos 86 lotes. Registraram-se trocas de parcelas entre os beneficiários, fato que não foi questionado pelo INCRA, pois a maioria dessas permutas era para equacionar a qualidade do lote ao perfil do assentado, haja vista que alguns tinham vocação para atividades que muitas das vezes não poderiam ser desenvolvidas no lote o qual fora contemplado.

Dos assentados, 11% declararam que compraram o lote. Em realidade, compraram as benfeitorias, inclusive avaliadas pelo INCRA, que observava a incapacidade do cedente para permanecer no lote e o perfil do adquirente. Nesses casos, o cedente precisa estar acometido de alguma doença ou incapacidade física que o impedia de permanecer no lote, e o comprador necessariamente precisava enquadrar-se nas inúmeras normas que dispõem sobre procedimentos para seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

A fala do assentado, um dos líderes que formou o grupo de 85 famílias para a ocupação, reflete como foi a participação do INCRA no processo de regularização do assentamento:

O INCRA estava do nosso lado, e sempre ajudou muito na regularização. Só foi demorada porque a lei é do lado do mais fortes. O sr. Lindolfo entrou com muitos recursos na justiça, mas perdeu todos. Muitos desses recursos era só para ganhar tempo. (ENTREVISTA 54, 2014).

A boa impressão causada no início pelo INCRA, com o tempo foi se desfazendo, a ponto de ser praticamente unânime a opinião de que o Órgão participava mais antes, na fase de acampamento, do que atualmente, na fase de assentamento.

Quanto à prefeitura de Morrinhos, município sede do assentamento, na opinião dos entrevistados muito pouco fez na fase de acampamento, e agora também sua atuação não pode ser elogiada, pois seu dever é arrumar as estradas, mas é a prefeitura de Goiatuba, município limítrofe com o de Morrinhos, cuja zona urbana fica apenas a 15 km do acampamento, quem mais providencia esse tipo de tarefa.

Quanto à satisfação com a local e a moradia, ficou comprovado, na pesquisa de campo, que 100% dos assentados têm residência de alvenaria em suas parcelas. As casas construídas têm modelo padrão, com as seguintes características: dois quartos, sala, cozinha e banheiro, uma área total construída de: 48,75 m² (6,5 x 7,5m). Muitos assentados já conseguiram modificar suas residências, aumentando seu tamanho por necessidade e para melhor adequá-las à família, ampliando as áreas externas e construindo varandas ao redor da casa, conforme registrado na fotografia 1, pertencente ao assentado da entrevista 08.



Fotografia 1 - Casa ampliada - PA São Domingos dos Olhos D'água
Fonte: Pontes (2014)

Na pesquisa de campo também se comprovou que os assentados gostam tanto do lugar do assentamento como das pessoas que o integram. Sentem-se ligados à terra e à causa, e não gostariam de morar em outro local, especialmente na cidade.

Quanto ao que eles sentem falta na vida, principalmente do local de origem, destaca-se a falta da convivência com parentes e amigos. Em relação ao tipo de problemas que o parceleiro ou a sua família enfrentam por morar no Assentamento, não foi registrada nenhuma situação que merecesse destaque ou justificasse o registro, pois todos estão satisfeitos com o acesso à cidade e com a assistência aos estudantes que, inclusive dispõem de transporte escolar regular. O transporte também serve para dar suporte àqueles que precisam ir à cidade e não possuem condução própria.

Investigou-se também quais são os projetos de vida da família assentada. Esses projetos estão registrados no Gráfico 6, e mostram a tendência para quatro áreas prioritárias: a) produção agrícola; b) pecuária leiteira; c) granja de aves; e d) industrialização do leite e da mandioca.

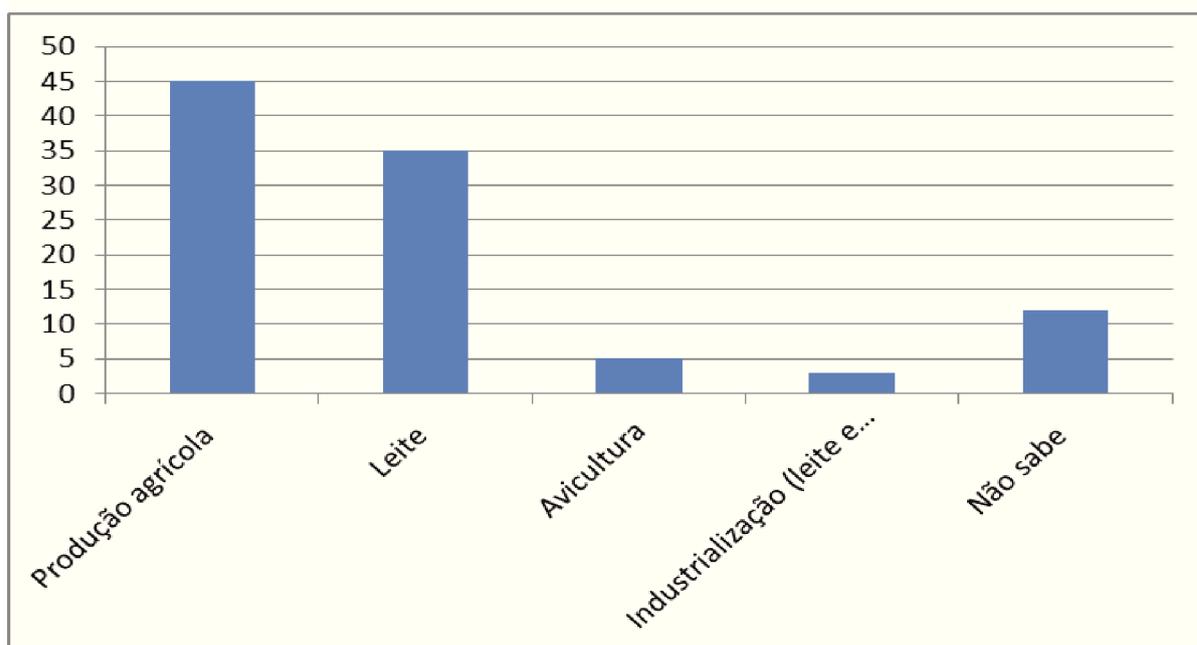


Gráfico 6 – Projeto de vida das famílias assentadas (%)

Fonte: Autor (2014)

Os dados mensurados no Gráfico 6 apontam que: 45% dos assentados almejam trabalhar com a produção agrícola de forma que gere grandes excedentes para a comercialização, além do consumo próprio; 35% pretendem iniciar ou melhorar o rebanho leiteiro com plantel de qualidade e ordenha mecânica; 5% pretendem trabalhar com a avicultura; 3% pretendem beneficiar o leite, para fabricação de queijo, e a mandioca para produzir farinha; e 12% restantes ainda não sabem ao certo em que investir. Estavam aguardando a complementação de créditos para sua parcela, por parte do governo, para poder planejar melhor suas atividades, já que foram assentados no transcurso do processo e não tiveram liberadas todas as etapas de crédito pelo INCRA.

Esses dados apontam que após receber o lote os assentados têm um rito de liberação de crédito e paulatinamente vão implementando um projeto de vida voltado para a agropecuária, como esperado pelos órgãos e instituições que atuam nos assentamentos. Às vezes há demora, por conta dos problemas ligados à infraestrutura e à burocracia dos órgãos ligados à reforma agrária.

Os pesquisados se dizem satisfeitos com a assistência técnica existente no assentamento e ressaltam que ela é fundamental para que os assentados permaneçam na terra. O assentamento contou com os serviços da Cooperativa de Serviços Técnicos Para o Desenvolvimento Rural (COSTEC), que atua em parceria

com o Banco do Brasil; do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos (STRM); e da Associação de Moradores do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água.

O profissional disponibilizado na época era um técnico agropecuário. Atualmente o INCRA, por meio de uma empresa terceirizada, a Zootec Assistência Técnica Ltda (ZOOTEC), é quem presta assistência, mantendo um técnico agropecuário que permanece no assentamento uma semana por mês. Nesse período o técnico tanto visita as parcelas para orientar as atividades desenvolvidas, como ministra cursos diversos no Centro de Convivência, localizado bem no centro do Assentamento.

Durante a realização da pesquisa foram ministrados cursos sobre a criação de galinha caipira, plantio de mandioca, pepino e goiaba. fato esse que objetivou capacitar os parceiros para o correto plantio e manuseio desses produtos.

Os assentados também contam com assistência técnica da Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA), da Agência Rural (Agência Goiana de desenvolvimento Rural e Fundiário) e da Secretaria Estadual Agropecuária (SEAGRO).

A assistência técnica direciona a produção dos assentados conforme as necessidades do mercado e também incentiva ideias que vêm do seu modo próprio de produzir. Esse serviço garante, ao assentado e sua família, a sobrevivência. Segundo a Presidente da Cooperativa, Joana Darck Ribeiro de Araújo, no assentamento São Domingos dos Olhos D'Água só não contam com esse benefício os assentados que não procuram pela assistência, pois atualmente o serviço só é prestado sob demanda, ou seja, o assentado tem que agendar a visita.

Os assentados que possuem rebanho leiteiro, com melhoramento genético, sempre recorrem a prestadores de serviços veterinários por serem mais específicos às suas necessidades. A assistência técnica nos assentamentos é uma política pública fundamental para a permanência na terra. Sem ela a existência e o sucesso do assentamento São Domingos dos Olhos D'Água poderiam estar comprometidos, o que significa a própria sobrevivência dos trabalhadores rurais ali residentes.

Em relação ao cotidiano de quem vive no assentamento, foi relatado que é muito comum serem solidários uns com os outros na organização de festas comemorativas e de trabalhos em parceria. A maioria deles tem parentes que

residem no assentamento, fato que, segundo Leite (2004, p.117), propicia mais motivação e segurança.

Outra característica típica dos camponeses é o empréstimo de ferramentas e outros utensílios entre eles, embora seja também característica camponesa e motivo de satisfação cada um ter sua própria ferramenta de trabalho. No Assentamento já há utilização de tratores de propriedade individual, de algum assentado, por pagamento, por hora, do serviço prestado. Há seis tratores no assentamento, todos de propriedade individual. As próprias políticas públicas de fomento à aquisição dessas máquinas estimulam a compra individual; não há projetos governamentais que promovam a propriedade coletiva para uso também coletivo.

Nas festas religiosas, esportivas ou comemorativas, reúne-se um número considerável de vizinhos e parentes para confraternizar e, geralmente, é em uma das casas dos assentados. Eles já programam as atividades sociais quase que para o ano todo, principalmente as festas religiosas e os campeonatos de futebol.

Durante o processo de reconhecimento do objeto de pesquisa constataram-se que há três templos religiosos no Assentamento, todos em construção, porém já em uso, e é bastante significativo o número de católicos e evangélicos na localidade, o que foi empiricamente constatado nas visitas às casas dos assentados.

As festas católicas aglutinam muitos assentados em função de, nesses momentos de lazer, haver muita dança e comidas típicas, como nas festas de santos, especialmente a dos Santos Reis, que acontecem nos meses de janeiro e junho de cada ano. Os cultos evangélicos são realizados, geralmente, duas vezes por semana. As missas, uma vez por mês. Não se investigou se outros credos são praticados pelos assentados, até mesmo por que o objetivo, no tópico em epígrafe, era apenas mensurar se as pessoas participam de igrejas.

Em dez anos de existência, o assentamento São Domingos dos Olhos D'água contou com vários incentivos de políticas públicas, porém elas não são totalmente satisfatórias e só aconteceram após anos de reivindicações dos assentados, assim como tiveram que lutar e reivindicar a terra. Situação essa que contraria a teoria de Furtado e Furtado (2000), que disseminam que os assentamentos necessitam de políticas públicas que visam maior justiça social com a redistribuição de terras concentradas ao longo de décadas de dominação do capital.

A infraestrutura dos assentamentos reflete diretamente a relação entre o Estado e os assentados. Ao criar um assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo por meio de políticas públicas. Além do que deve, na implementação dessas políticas, verificar sua consecução, o tamanho dos lotes, a qualidade dos solos e recursos hídricos, que são elementos cruciais para o êxito dos assentados.

As políticas públicas no assentamento São Domingos dos Olhos D'Água ocorrem de duas maneiras: espontaneamente, mas com fins eleitoreiros, próximas às eleições ou por reivindicação dos próprios assentados por intermédio de associações cooperativas ou de entidades apoiadoras, como no caso a CPT, FETAEG, e STRM.

Frente às pesquisas realizadas ficou evidente que as políticas públicas que faltam no assentamento São Domingos dos Olhos D'Água faltam também no meio rural, especialmente nos territórios em que predomina a agricultura familiar tradicional.

A primeira ação do Estado, via INCRA, foi desapropriar a terra pagando por ela o valor de R\$ 1.813.012,97, e depois de seis anos de acampamento distribuí-la aos trabalhadores. Após longos anos vivendo em condições subumanas, o Estado viabilizou moradias mais dignas para os assentados.

A energia elétrica só chegou em 2006, mas fez muita diferença na rotina de vida e trabalho dos assentados. Todos os lotes contam com energia elétrica, que pode ser usada na produção, e possibilita, além da iluminação e do banho quente, o uso de eletrodomésticos para o bem-estar e saúde, como a geladeira, ou até mesmo para o lazer, como televisão e aparelho de som. A energia aproximou muito o campo da cidade.

Quando às condições de moradia, os assentados estão satisfeitos como mostram as falas transcritas a seguir:

Com a casa nova e com a vinda da luz elétrica nossa vida virou outra, hoje a gente assiste muitos programas bons na televisão, pena que os que eu acho melhor (jogos de futebol) só passam muito tarde e a gente vai para lida muito cedo, e aí a gente não assiste, só fica com a vontade (ENTREVISTA 39, 2014).

Nossas casas são de tijolos tem banheiro e cozinha com água encanada e luz elétrica, até pra fazer festa ficou melhor, pois com energia tudo fica mais iluminado, a gente, quando não tem cantor, é só

colocar o CD que a festa fica uma beleza (ENTREVISTA 53, 2014).

A energia elétrica foi uma conquista que deu aos assentados uma qualidade de vida melhor, além de ter promovido modificações no trabalho, principalmente na produção do leite e queijo, que necessita desse benefício. Empreendimentos como fábrica de farinha, de cosméticos, padaria etc. também só se viabilizaram com a energia elétrica. As granjas, de aves e de suínos, em fase de implantação, também precisam de energia elétrica para um bom funcionamento.

As estradas internas do Assentamento são precárias. No período chuvoso fica bem difícil transitar pelo Assentamento, principalmente no final de mandatos dos governos municipais, tanto do município de Goiatuba (GO) como de Morrinhos (GO), pois as estradas precisam de constante manutenção e são as máquinas desses Municípios que realizam o trabalho.

Há lotes em que a estrada praticamente não existe, e os assentados ficam isolados. Quanto às pontes, são todas de madeira e estão mal conservadas, salvo a da divisa com o município de Goiatuba, que é nova e de cimento: uma conquista dos assentados junto ao INCRA.

4.5 Redes sociais¹¹ estabelecidas em prol do acampamento

Para entender como os sem-terra assentados no PA São Domingos, enquanto sujeitos de suas próprias histórias, participaram do processo de territorialização do assentamento, procurou-se verificar como portadores de afinidades distintas que, inseridos em redes sociais estabelecidas ao longo do tempo entre os próprios demandantes e entre eles e as entidades mediadoras, construíram estratégias identitárias para a intervenção, por parte do Estado, em um campo de conflito pelo território, e tudo em nome de uma proposta de mudança social.

A fala de um dos assentados denota que o espírito de luta de várias pessoas foi o que muito contribuiu para a conquista da terra, juntamente com a participação de algumas instituições. O trecho transcrito a seguir destaca o começo do trabalho, a mobilização dos trabalhadores, e as dificuldades e perigos enfrentados:

¹¹ Rede Social é uma estrutura composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objetivos comuns. Uma das Características fundamentais de definição das Redes é a sua porosidade e abertura, possibilitando relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os participantes (CASTELLS 1999).

O trabalho nosso foi feito como de formiguinha, nós íamos em cada local que os companheiros estava, escondido do dono da fazenda e convidava o trabalhador para encontros que sempre estrategicamente fazíamos nas escolas rurais e geralmente era dia de batizado ou aniversário de alguém. Naquela época havia muitas escolas na zona rural. Lembro que em apenas uma semana nós fizemos mais de 300 carteiras lá no sindicato de Morrinhos, chegou a acabar o papel e teve que buscar mais em Goiânia. E junto de nós, veio os fiscais do trabalho e fiscalizou algumas propriedades e aí, sabe o que aconteceu nê, os fazendeiros logo em toda região ficou sabendo o que nós tínhamos feito. Eu e o (...) (assentado entrevista 11) recebemos muitas ameaças, houve um tempo que solicitamos segurança e fomos atendidos, nós andávamos escoltados pela polícia, todo dia recebíamos ligações anônimas de ameaça de morte, mas graças a Deus correu tudo bem. A partir daí o trabalhador, além de já ter consciência de seu direito de trabalhar com carteira assinada, tinha também um lugar para ser apoiado, ser ouvido e o mais importante, ser atendido. (ENTREVISTA 16, 2014).

O depoimento da entrevista 8, a seguir, mostra que o assentado começou a convidar, de casa em casa, os chefes das famílias para encarar a luta de ocupação da fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, conforme o depoimento que segue:

Foi um dia mais ou menos na hora do almoço e fui até a casa do assentado (entrevista 64) e falei se ele queria se juntar a nós para ocuparmos a Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água e ele e outros toparam e assim a gente ocupou da noite para o dia, com mais ou menos 100 famílias. (ENTREVISTA 8, 2014).

Esses foram os primeiros passos que os trabalhadores rurais deram para terem acesso à terra, e isso só foi possível com a conscientização de que a terra tem que cumprir o seu papel social. Se as redes e grupos foram construções casuais criadas no processo de luta por identidade social, hoje assentados, pode-se concluir, em primeiro lugar, que ela foi parcialmente gerada pelos *habitus* e *illusion* dos sujeitos.

A luta, os processos de mobilização, bem como o reconhecimento institucional da demanda foram responsáveis por reforçar laços de solidariedade, união e proximidade, quando os atores envolvidos construíram importantes alianças que garantiram o êxito de suas primeiras demandas.

Em segundo lugar, a identidade social dos assentados é também construída no presente. Um presente que, segundo Santos (2004), foi marcado pela crescente presença de movimentos de racionalização do sujeito e do espaço.

Sérgio *et al.* (2004) ensinam que a partir da criação do projeto de

assentamento surgem novas dinâmicas e artifícios de criação de espaços sociais por meio, por exemplo, de redes de sociabilidades. Especificamente no caso analisado, essas redes foram formadas a partir dos troncos familiares comuns e de famílias oriundas de outras comunidades.

As relações já existentes, reforçadas com as ações promovidas pelos mediadores e pelo Estado, promovem redes de sociabilidade que dão suporte à participação e permanência dos trabalhadores nos processos de territorialização do assentamento estudado.

Segundo Gorgen e Stédile (1991), um exemplo dessas relações são as cooperativas agrícolas nas áreas de assentamento, que funcionam como mecanismos capazes de fomentar e fortalecer a luta pela transformação da sociedade:

[...] as cooperativas não devem se organizar apenas com objetivos econômicos, mas também com objetivos políticos de longo prazo, que permitam conscientizar os trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade. Os assentamentos devem transformar-se em retaguarda política de luta contra a burguesia para ir acumulando forças para a realização da Reforma Agrária. (GORGEN; STÉDILE, 1991, p. 146).

Na ótica desses autores, os assentados tornam-se agricultores e também agentes transformadores da cultura local, envolvendo-se nas transformações das dimensões ideológica, política, filosófica, social, econômica, e religiosa, fomentando assim um capital social significativo.

Nesse diapasão fica bem caracterizado que o conceito de capital social defendido por Putnam (1986), que é baseado no grau de confiança existente entre diversos atores sociais, como a formação de redes, normas e confiança que venham facilitar a coordenação e a cooperação para benefício mútuo, é uma *práxis* vivenciada no território estudado.

4.6 Trabalho: caracterização

Ao observar os dados verificou-se que antes de acampar grande parte dos assentados estavam desempregados ou trabalhavam de forma autônoma; uma pequena minoria era de empregados em fazendas localizadas em Morrinhos (GO) ou em outras localidades. Essa população foi expulsa do campo pela modernização da agricultura, pois o capital, ao reestruturar a produção no campo, não absorveu a

mão de obra dos camponeses, e a única alternativa que lhes restou foi buscar os centros urbanos como via de sobrevivência.

Ao verificar a origem, a última residência dos 72 assentados do PA São Domingos dos Olhos D'água, entrevistados em janeiro e fevereiro de 2014, os dados apontam que os trabalhadores residentes em Morrinhos (GO) com suas famílias, que resolveram lutar pela terra, eram minoria, e que 50% residiam em outras cidades da região sul de Goiás, em Goiatuba, Piracanjuba, Panamá e Itumbiara, conforme o Gráfico 7.

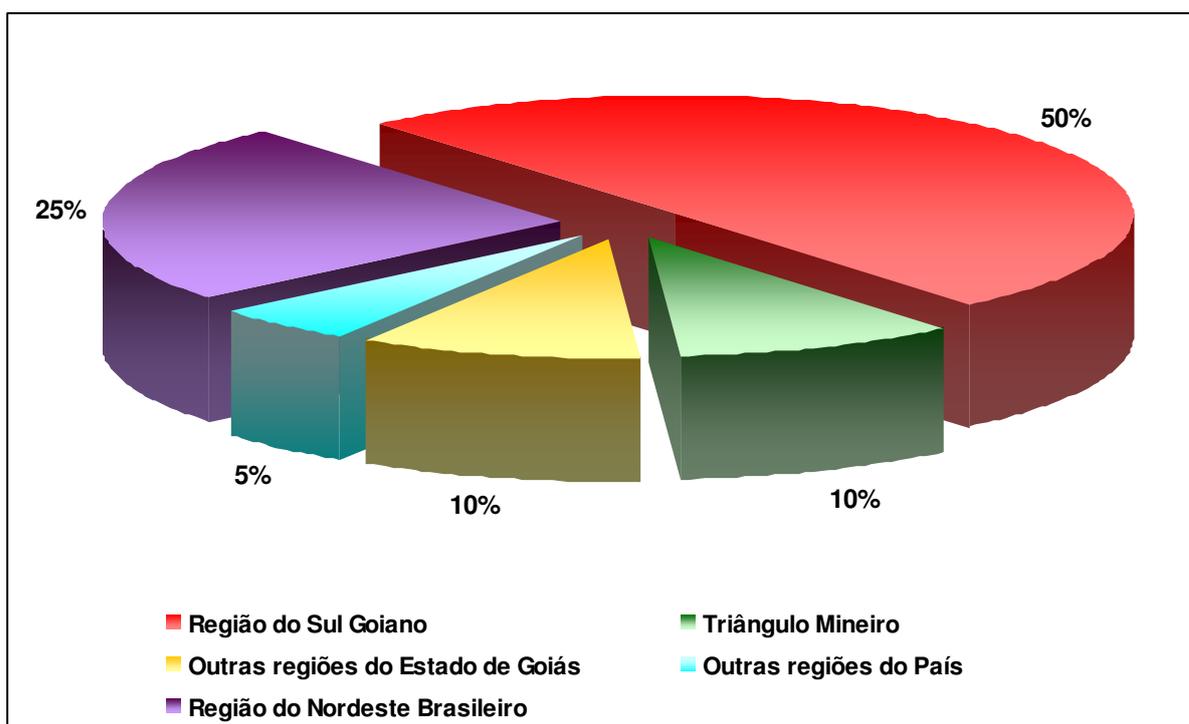


Gráfico 7 - Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água: origem dos assentados
Fonte: Pontes (2014)

A maioria dessas pessoas residia na cidade, mas estava ociosa, em parte por não terem qualificação para ocupar os empregos existentes nas cidades. Concorda com isso Mendonça (2007) quando afirma que:

As inovações técnicas e tecnológicas excluíram e excluem aqueles que não têm formação técnica necessária para o exercício das novas funções, forçando-os a migrar para outros lugares, em geral áreas urbanas. Contudo, sabe-se que não há emprego para todos, em função do “enxugamento” proposto pela reengenharia e pelas alterações no processo produtivo que, na origem, eliminam postos de trabalho. Nesse contexto, o discurso da insuficiente qualificação dos camponeses e *trabalhadores da terra* é reforçado para mascarar as razões da crise estrutural do capital, responsabilizando os excluídos pela sua condição socioeconômica. (MENDONÇA, 2007, pp. 86-87).

Assim, se é certa a insuficiência de qualificação dessa mão de obra obrigada

a migrar para a cidade, é mais certo ainda que o capital sofra de uma crise estrutural permanente que produz excluídos e os culpa, a eles próprios, por essa sua condição. Esses trabalhadores são marginalizados e segregados pelo capital no campo e na cidade, o mesmo capital que transfere a eles a responsabilidade de estarem vivendo parcialmente e possuírem qualificação profissional.

Morar na cidade para esses trabalhadores era conviver com a instabilidade permanente. Não tendo vínculos empregatícios, nem na cidade nem no campo, alguns exerciam a função de serviços braçal e trabalhavam na informalidade na cidade, e no campo a prestação de serviços era por empreitadas ou como rendeiro/arrendatário não garantia renda fixa nem estabilidade, pois apenas uma minoria, encontra trabalho em época sazonal, principalmente em tempo de colheita de safras.

Na cidade as condições de trabalho são instáveis e incluem uma extensiva jornada de trabalho, que se inicia ao irem para os pontos de ônibus ainda de madrugada, às quatro horas da manhã, para pegarem, segundo relatos grafados nas entrevistas, ônibus ou transportes alternativos, muitas vezes precários, de segurança duvidosa, que colocam em risco a vida deles, e a maioria ainda viajam em pé. A jornada só termina no campo por volta das 17h00. Antes da fiscalização das leis trabalhistas e eleitorais mais rigorosas, era comum candidatos a cargos políticos servirem aos trabalhadores café da manhã, em troca de futuros votos.

Quando esses sujeitos optaram por entrar na luta pela terra, o objetivo era sair da condição de segregação social, deixar de ser trabalhador da terra para trabalhar e cultivar a sua própria terra, produzir para viver com dignidade: territorializar-se e dar continuidade ao modo de vida camponês, com melhores condições socioeconômicas para suas famílias. Isso é possível na terra de trabalho na qual se trabalha para si.

O depoimento a seguir demonstra a condição do trabalhador da terra sem terra para trabalhar.

Nós vivia na terra dos outros, quando a gente pensava que estava empregado, o dono da fazenda vinha e mandava a gente embora. E aí saímos à procura de outro patrão, não era fácil. A gente às vezes não tinha nem o que comer, era muito difícil, o sofrimento era grande. E foi esse sofrimento enorme que nos encorajou de encarar essa luta. (ENTREVISTA 16, 2014).

Martins (1986, p.60) corrobora esse sentimento relatado ao afirmar que, para

o capital, a terra é mercadoria, é para negócios, é lugar de exploração do trabalho de outrem, mas para o trabalhador da terra é meio de trabalho para a sobrevivência.

O trabalho desenvolvido nos lotes é predominantemente familiar, e a maioria das pessoas ativas das famílias tem idade para trabalhar. Segundo o relato dos responsáveis pelos lotes, todos gostam do trabalho que desenvolvem, e é desse trabalho que provém a renda das famílias. Praticamente todas as famílias do assentamento comercializam alimentos por meio da Cooperativa ou da Associação e nas feiras dos centros urbanos da Região.

Os tipos de produção e trabalho estão diretamente ligados à subsistência do núcleo familiar, e o excedente é comercializado. Os principais produtos alimentícios produzidos no assentamento são: leite, mandioca, frutas (principalmente mamão, manga, Goiaba, banana, maracujá), hortaliças e legumes, como beterraba, cenoura, quiabo e abóbora, além de grãos de maneira geral, dentre outros.

A diversidade de gêneros alimentícios vem diminuindo por que as áreas destinadas à cultura de grãos e hortifrutigranjeiros vem sendo ocupada pela pastagem, mas mesmo assim, em quase todos os lotes os camponeses plantam suas roças para o autoconsumo. Os assentados afirmam que o aumento das pastagens é devido à constância de renda que o leite lhes proporciona.

Na pesquisa de campo foi possível notar que poucos assentados possuem ordenha mecânica; o processo de ordenha é manual e em instalações precárias. A melhoria genética do rebanho poderia aumentar a produção, conforme afirmam os próprios assentados.

No eixo de questões que visaram mensurar a identificação com a terra, os assentados afirmaram que não trocariam o trabalho por outro, o que se explica com o resultado de outro tópico, do mesmo eixo, referente à importância de ser dono da terra em que trabalha: 95% afirmaram que ser dono do próprio destino é o motivo de entrar na luta pela terra e de ter força para vencer os obstáculos da atividade.

Para corroborar esse sentimento bastar observar o depoimento de um dos entrevistados:

Ser dono de um pedaço de terra é bom, a gente não é mandado dos outros, agente é que manda na gente mesmo, onde o nariz aponta cedo só Deus pra virar ele né. Se eu digo vou na cidade, não tem ninguém pra dizer, não hoje você não pode tem que fazer isso ou aquilo. (ENTREVISTA 4, 2014).

Quanto às perspectivas da agricultura familiar, no modelo desenvolvido no

assentamento é incerto seu futuro, pois os descendentes (filhos e netos) são incentivados pelos pais e pelo próprio sistema a um acultramento urbano. Os pais acreditam que a cidade oferece um ambiente mais perigoso, mas dizem que no aglomerado urbano, com estudo, um adulto tem mais condição de defender o seu sustento.

Já o sistema compreendido aqui, como as políticas governamentais e a própria sociedade, além de não valorizarem e promoverem a cultura local acabam por deturpá-la ao disponibilizar transporte para os moradores da zona rural estudarem nos centros urbanos, e na cidade tudo que se refere à zona rural tem um tom pejorativo de caipira, e o caipira, enquanto *status* social, ainda não é uma classe valorizada ou um modo digno de ser. É, sim, sinônimo de pessoa desprovida de cultura e que vive em condição marginal em relação aos valores impostos pela sociedade moderna.

Foi ainda mensurado que apenas 20% dos parceiros prestam serviços fora de seu lote, como pedreiros, eletricitas, carpinteiros e operadores de máquinas agrícolas. A justificativa de todos é que a lida cotidiana no lote não permite o trabalho em outra atividade que não seja dentro de sua parcela. Já os que conseguem prestar alguns serviços atribuem às suas habilidades profissionais e prestam esses serviços exclusivamente para os membros do assentamento, que muitas das vezes não podem recorrer aos profissionais dos centros urbanos por causa dos preços cobrados por esses serviços pelos profissionais da cidade.

Quanto à questão da violência, diante das respostas da entrevista fica evidente que os assentados sentem-se seguros, pois não há registros de situação de violência após o início da fase de assentamento. Em todo esse tempo (dez anos) houve apenas um caso de homicídio, e segundo os registros oficiais o crime foi passional.

Quanto ao preconceito em relação aos assentados, é uma incógnita, pois as respostas estão muito associadas à percepção dos entrevistados. Uns afirmaram não haver preconceito nas escolas, no comércio, lojas, bancos e demais órgãos públicos, já outros, em número também considerável, afirmam perceber olhares e descasos em algumas das relações necessárias no contexto fora do assentamento.

Diante da fala dos entrevistados percebe-se que o preconceito e os conflitos, na atualidade, são mais internos do que externos. Como a comunidade está em

franco desenvolvimento, uns pazeiros conseguem adequar-se às normas, sejam elas ambientais, sanitárias ou até mesmo comunitárias, outros não, daí surgem os conflitos. A questão da alteridade, portanto, é vista com a complexidade das relações sociais, pois foi detectado que a sociabilidade é diferente entre o indivíduo em conjunto e a unidade.

Aparentemente alguns assentados conseguem produzir não apenas para consumo próprio, mas também para vender, mas apenas aparentemente, porque aqueles que optam por praticar pecuária leiteira, por exemplo, são obrigados a vender o produto e ficam à mercê do mercado. Segundo Paulino (2006), isso é uma especificidade da classe, por que:

[...] A classe camponesa controla, ao mesmo tempo, a força de trabalho e os meios de produção, o que a diferencia das demais classes. Em face dessa especificidade, o campesinato integra o sistema de trocas mercantis por intermédio da venda da sua produção e não do seu trabalho, como fazem os assalariados. Em outras palavras, o que os camponeses vendem, no capitalismo, é o produto no que está contido o trabalho da família, uma distinção essencial em relação aos demais trabalhadores, que tem para vender unicamente a mercadoria força de trabalho (PAULINO, 2006, p. 110).

Quando o capital compra a produção do camponês, pagando preços inferiores ao valor do trabalho nela contido, está apropriando-se da renda da terra gerada pelo trabalho. De modo que ao vender seu produto no mercado, seja o excedente ou não, o camponês está caindo na rede do capitalismo, embora ele seja um trabalhador diferente daqueles que só têm para vender a sua força de trabalho.

Paulino (2006) esclarece que:

[...] A renda da terra é gerada pelo trabalho familiar e está contida nos produtos que os camponeses colocam no mercado. [...] interessa aos capitalistas, nos casos em que tais produtos se constituem matéria-prima para a indústria, ou simplesmente ao intermediarem a relação entre produtor e consumidor final, se apropriarem da renda da terra. Em outras palavras, sabendo que apenas o trabalho é capaz de criar o valor, os capitalistas dele se apropriam, ao comprarem a produção camponesa a um preço inferior ao valor do trabalho nela contido (PAULINO, 2006, p. 110).

Outra situação favorável ao capital, quando compra a produção camponesa, é que diferentemente do trabalhador individual, que ao vender sua força de trabalho gera custos para o capitalista, que na verdade são direitos trabalhistas, o camponês

não gera esses custos, e o preço de seus produtos é o capital que estabelece. Por isso, segundo Paulino (2006), o camponês, o pequeno produtor, torna-se parceiro preferencial dos capitalistas, principalmente da agroindústria.

Para Piraux *et.al.* (2012), a atual política de produzir para o mercado está inviabilizando o produtor familiar e tornando-se um desafio imensurável, sobretudo para pequenos sítiantes e assentados que não têm acesso ao crédito e aos recursos técnico-agrícolas que incrementam a produtividade.

Na visão do autor, que se baseia no *mix* de produção e produtividade de agricultores familiares em Goiás em situação de assentamento, é interessante estudar os mecanismos da prática produtiva dessa classe, particularmente num viés de sustentabilidade, observando se o sistema produtivo está rompendo os paradigmas e tendências macroeconômicas de uma atividade voltada para o *agribusiness*, ou está focando a manutenção de usos, costumes e saberes produtivos locais, ou até trabalhando para a prática das duas perspectivas: produzir para o mercado, sem agressão à cultura de seus agentes, e não contribuir para degradação do meio ambiente.

Todo esse arcabouço promove o desenvolvimento rural que os movimentos sociais, Comissão Pastoral da Terra e Partidos políticos defendem, que na visão Gliessman (1993) é um mecanismo de transformação estrutural que proporciona qualidade de vida pela articulação sistêmica e consciente dos trabalhadores rurais, o que proporcionaria a resolução de seus conflitos e disseminaria a transformação da sociedade.

Assim, a formação de um novo espaço rural é colocada como um novo paradoxo para o modelo campesino de produção, seja para os assentados de um modo em geral, seja para os demais pequenos produtores excluídos do modelo praticado, que é a agricultura empresarial.

Em suma, fica o ensinamento de Silva (1981), que apregoa que os trabalhadores rurais não desejam a mera distribuição de terras e pequenos lotes, fato que apenas os leva a continuar barateando a mão de obra para o sistema capitalista. Eles almejam uma estrutura política e social no campo que não apenas fortaleça o poder dos grandes proprietários de terras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país que possui uma das maiores quantidades de terras agricultáveis, e também uma das mais altas taxas de concentração de terra, que se tornou uma das mercadorias mais cobiçadas do sistema capitalista e, por isso, os trabalhadores foram excluídos dela e das possibilidades de ter acesso a ela, a não ser pela luta. Sentenciam-se as mais variadas penas àqueles que resistem, lutam, entram e permanecem na terra.

As políticas agrárias do país privilegiaram os latifundiários ao longo da história. O pequeno agricultor e os trabalhadores da terra ao serem excluídos e expulsos tiveram que criar formas de resistência e de luta, que se manifestaram com vários movimentos sociais que marcaram a trajetória das políticas agrárias do País.

Esses movimentos sociais, presentes em todas as regiões e com diferentes características quanto à forma de se organizar pela luta da terra, têm conseguido muitas vitórias, mas a situação ainda está longe de ser a ideal. Até hoje a distribuição de terras pelo governo não é fruto de planejamento, de uma efetiva política de desconcentração fundiária, mas sim da luta dos trabalhadores sem-terra e de algumas entidades que lutam pela causa.

Na Região Sul-Goiano, no município de Morrinhos (GO), depois de seis anos de luta ocorreu a primeira distribuição da terra de acordo com a Lei, que reza que toda propriedade rural tem uma função social a cumprir, que é ser produtiva. Se for improdutivo pode ser requisitada pelo INCRA para ser distribuída àqueles que, de fato, vão utilizá-la para dela viver.

Ao pesquisar, processo de ocupação e posse do território no PA São Domingos foi detectado que quando o governo distribuiu terras por iniciativa própria foi para abrir novas fronteiras agrícolas que, de certa forma, ampliaram mais ainda o capital. Quem mais se beneficiou dessas ações foram os latifundiários.

Os trabalhadores rurais sem-terra que lutaram pela fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, no município de Morrinhos (GO), conquistaram a terra. Eles eram, são da terra e estão na terra. Resistência, existência, permanência e luta são palavras que não se separam da reforma agrária, que apesar de ter favorecido as 86 famílias em Morrinhos e tantas outras pelo Brasil, ainda não é suficiente. É apenas uma reforma, que não se faz apenas distribuindo terra. É algo muito mais complexo,

não é ainda uma evolução.

Ao Investigar as relações de poder estabelecidas entre os Trabalhadores Rurais e os demais agentes sociais envolvidos no processo de ocupação e posse do território estudado, foi possível entender que a ocupação territorial iniciada com os projetos de assentamentos rurais leva à percepção que vai além da simples luta pela terra, pois constatou-se na pesquisa que ao promover uma ocupação se fomenta, com a diversidade de relações comunitárias, uma filosofia de vida nos assentados. Esse advento leva os participantes à internalização de uma identidade enquanto cidadãos e sujeitos políticos com direito à inclusão. Desse advento surgem conflitos entre os próprios trabalhadores rurais e também entre esses e os demais agentes envolvidos no processo de ocupação e posse do território.

O estudo demonstra que não há como promover o desenvolvimento sem estimular o protagonismo local, e ao promover esse protagonismo delega-se um empoderamento a determinados agentes, surgindo assim os conflitos, o que corrobora a tese defendida por Sen (2000), quando o autor afirma que as liberdades instrumentais são reflexos do espaço onde ocorre a ação, e é preciso adotá-las para garantir um mínimo de desenvolvimento. Essa adoção é conflituosa dada a inclusão de todos em debate público referente às ações a serem adotadas em busca de um desenvolvimento que gere além do crescimento benefícios que ampliem a capacidade humana dos indivíduos

Ficou evidente que os sem-terra têm estigmatizada uma oposição de origem. Eles representam uma clara resposta às políticas econômicas neoliberais que foram impostas aos países pelos mecanismos internacionais e pelas elites econômicas dominantes. Essa lógica, sustentada pelo capital de forma velada, articula mecanismos para inviabilizar a proliferação e pujança da agricultura campesina.

Como antídoto a esse sistema os movimentos sociais de luta pela terra, nos embates travados ao longo do processo de constituição dos espaços dos assentamentos, representam um importante avanço, pois todos aprendem que têm direitos, e esse sentido de pertença conscientiza que se pode e deve pressionar o Estado para a solução de seus problemas coletivos. Nesse contexto é que surge o empoderamento coletivo do grupo.

A partir da avaliação dos assentados, no que se refere às condições de vida, é possível afirmar que as diversas famílias conseguiram melhorar a qualidade de

vida. A expectativa com o futuro é evidente nas palavras dos assentados. Praticamente todos esperam dias melhores pela frente e, para isso, empenham-se no trabalho no lote para possibilitarem sustento e forças para seguir lutando. O futuro, mesmo que incerto, mostra-se como a principal motivação para o trabalho na terra, que é, principalmente para os mais velhos, o bem maior a ser deixado para os filhos e netos. O projeto de vida começa a ser idealizado tendo a terra como bem e patrimônio para as futuras gerações.

Com o conhecimento prévio de assentamento rural, adquirido na pesquisa, nas obras consultadas, e nas observações de um grupo de beneficiários, os assentados do PA São Domingos, pode-se dizer que o processo de criação de projetos de assentamentos rurais não deve ser analisado sob a ótica unilateral da conquista da terra, pois sua influência na economia das cidades é intensa, sendo responsável por grande número de empregos e pela movimentação de boa parte do comércio local.

Após a constituição do assentamento, em si, desdobram-se outras frentes de luta e negociações dos assentados com o Estado, por crédito, assistência técnica, infraestrutura, saúde, educação, e cada uma dessas etapas só se viabiliza por meio de lutas, pressões, e conquistas de grupos organizados.

Pode-se dizer que a criação dos projetos de assentamentos rurais significa também o início de um novo processo conflitivo, cujos resultados estão em aberto e dependerão do jogo de interesses e das relações de poder envolvidas. A criação de um assentamento não pode ser tratada como uma ação final e definitiva, mas como um processo que se desdobra em novos conflitos que ultrapassam a questão fundiária.

Os assentamentos rurais, portanto, criam paradigmas que vão além do processo político-social, pois apenas o ato institucional de sua criação não encerra a questão. A formalização encerra o processo político-social com a intervenção do Estado quebrando o monopólio da terra e o conflito fundiário. Entretanto inicia-se outro com a constituição de um novo território, onde emerge uma organização social, política e econômica balizada por relações de consumo, poder e conflitos.

A pesquisa revelou que os assentamentos rurais cumprem um papel fundamental na dinamização da economia dos municípios onde estão localizados. Revelou também que esse impacto positivo não está limitado aos municípios

pequenos e com a economia estagnada, mas também aos municípios maiores e com um setor econômico mais dinâmico e diversificado, como é o caso de Morrinhos (GO), onde está situado o Assentamento estudado.

A simples implantação do projeto de assentamento condiciona um volume de crédito a ser disponibilizado aos assentados, bem como o volume de demanda de produtos e serviços que vão ser gerados no comércio local, advento esse que fomenta o desenvolvimento local, com alocação dos recursos para incrementar atividades nos lotes por meio de programas de apoio à agricultura familiar.

Ao buscar compreender a formação do território relacionada ao processo social de desenvolvimento regional ficou evidenciado, diante das contribuições teóricas e conceituais discutidas neste estudo, que o assentamento São Domingos dos Olhos D'água é um espaço fomentador do desenvolvimento, seja de ordem econômica como de âmbito social, pois por meio de suas associações e cooperativas os assentados promovem o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida de seus membros.

A existência de políticas públicas como o PAA, vem possibilitando aos assentados, além da opção de comercialização da sua produção, uma maior geração e constância de renda, uma vez que recebe por seus produtos preços mais justos, e conseguem pelo menos oito meses de demanda aos mesmos, garantindo assim a comercialização de uma produção planejada. Essa condição advinda através do PAA fomenta não apenas a renda do agricultor familiar, mas também toda a cadeia local e regional, criando melhores condições de comercialização e geração de renda para os assentados e para toda a sociedade.

Percebe-se também, na teoria do capital social, a confirmação de que demandas sociais são atendidas mais facilmente quando atores as reivindicam por intermédio de grupos organizados da sociedade civil, realidade facilmente encontrada no PA estudado, em que pontes, casas, estradas, eletrificação rural, entre outros benefícios, são conquistas de reivindicações de grupos, do coletivo organizado em associação, cooperativa e/ou sindicato.

Todo esse mecanismo, que exige capacitação e articulações cooperadas, contribui para criar um capital social positivo, que fomenta o desenvolvimento econômico e social do local de inserção, explicando assim as relações de poder existente no território no contexto da reforma agrária.

O desenvolvimento desta pesquisa, embora tenha limitado-se a um único assentamento, revelou uma potencialidade para estudos futuros, sobretudo estudos sobre a constituição dos assentamentos rurais no Estado de Goiás e no Brasil; estudos que possam comparar a realidade dos agricultores oriundos de assentamento em relação aos demais agricultores familiares; estudo concernente a utilização das políticas públicas disponibilizadas para reforma agrária e agricultura familiar; estudos sobre as práticas de recrutamento de famílias e formas de organização dos acampamentos das diferentes entidades; e ainda estudos sobre o capital social dos territórios e a produção agroecológica. Temas esses imprescindíveis para uma melhor compreensão da reforma agrária, sua viabilidade econômica e social e contribuição para o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, 2000.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. 3^a ed. Petrópolis: Vozes, 1997. (inserir no número de cada edição o símbolo que completa o que o numero indica)

ASSUMPÇÃO, R. **O mercado e as possibilidades de comercialização para a agricultura familiar**. In: ANDRADE, M. R. (org.) Comercialização e agroindústria familiar: desafios e conquistas. São Paulo: Fundação ITESP, 2006.

BARBOSA, A. S..*et.al.* **Geografia: Goiás e Tocantins**. Goiânia: UFG, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdos**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70. 1997.

BECKER, Bertha K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, B. K.; CHRISTOFOLETTI, A. *et al.* **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo-SP: Hucitec, 1995

BECKER, D. F.; BANDEIRA, P S. Participação Social e Cidadã no Desenvolvimento Regional Contemporâneo. In: LÜBECK, E., SCHNEIDER, F. M. (Orgs.). **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul**. Santa Maria Pallotti, 2003.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B. (orgs.) **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas-SP: UNICAMP; Araraquara-SP: UNIARA; São Paulo-SP: INCRA, 2003.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOBBIO, N. **Igualdade e Liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BOURDIEU P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU, P. **Economia das trocas simbólicas**. 3^a ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 8^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>. Acesso 15 de agosto de 2013.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Senado, 1993.

BRASIL. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Valores e Desenvolvimento Humano 2010 / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. – Brasília, 2010.

BRUM, A. J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis-JR: Editora Vozes/UNIJUÍ, 1999.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**. Editora FGV. Rio de Janeiro-RJ, 1987.

BRUYNE, P; HERMAN, J. & SCHOUTHEETE, M.. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BUARQUE, S. C. e BEZERRA, L.. **Projeto de desenvolvimento municipal sustentável - bases referenciais**. Projeto Áridas (mimeo), dezembro de 1994.

CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. dos. Comunicação e desenvolvimento regional. Taubaté: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 2, p. 325-345, mai-ago/2013.

CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. dos. Relações entre Acesso à Informação e Formação de Capital Social em âmbito regional: uma Proposta Metodológica. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife – 2 a 6 de setembro de 2011.

CASTELS, M e BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos estudos CEBRAP** – Dossiê Cidades, n. 45, julho de 1996.

CASTELS, M. **A sociedade em rede – a era da informação**: economia, sociedade e cultura vol. 1. Rio de Janeiro: paz e terra 1999

CAUME, David J. Conflito social e reforma agrária em Goiás 1985-1998. **Estudos/Universidade Católica de Goiás**, v.27, n.1, p.51-82, jan.mar. 2000.

CONCRAB, **Sistema Cooperativista dos Assentados**. São Paulo, Junho de 1998.

COSTA, L. F. da *et al.* Democracia e desenvolvimento local em assentamentos rurais. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 11, n. 2, Dec. 2010.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext &pid=S1518-0122010000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-0122010000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 set. 2013.

CPT. **Boletim da Comissão Pastoral da Terra**: Notícias da Terra e da Água. Ano 24 - Goiânia, Goiás. Edição nº. 18 de 2011 – De 14 a 28 de dezembro 2011.

D'INCAO, M. C; ROY, G. **Nós cidadãos**: Aprendendo e ensinando democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DANIEL, C.. Poder local no Brasil urbano. In: Espaço & Debates: **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. n. 24. p. 27-39, 1988.

DORDELLY, L. E. G.; BUARQUE, C.; GARCIA, V.. **Comportamento de gênero nos assentamentos da reforma agrária – os casos de Guarani-Bom Lugar/CE e Campo Bonito/CE**. Brasília: MDA/INCRA/FAO, 2002.

FABRINI, João E. **A Resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra. Cascavel**: EDUNIOESTE, 2003.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra**: A Formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Depto. de Geografia - USP. São Paulo, 1994.

FERNANDES, B. M. **Movimento social como categoria geográfica**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, B. M. **MST**: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. Que Reforma Agrária? In A Questão Agrária na Virada do Século. Vol. II – **Mesas Redondas**. XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente, 1998.

FERNANDES, B. M. Questões teórico – metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. In **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1999.

FERNANDES, F. (Org.). **Marx & Engels**. São Paulo: Ática, 1984.

FERRANTE, Vera Lúcia B. Diretrizes Políticas dos Mediadores: Reflexões de Pesquisas. In: Medeiros, L. S. *et al.* (org.) **Assentamentos Rurais**: Uma visão Multidisciplinar. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista. 1994.

FERRARINI, A. V.. Desenvolvimento local integrado e sustentável: uma metodologia para políticas e programas de superação da pobreza. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 13, n. 2, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122012000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 set. 2013.

FONTES, Z. D. **Morrinhos**: De Capela a Cidade dos Pomares. Goiânia: Oriente, 1980.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: GRAAL, 1979.

FRAGOSO, A. Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 5, 2005. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502005000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 set. 2013.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Plano Editora. 2003.

FURTADO, J. S. **Produção Limpa**. Novembro, 2001. Disponível em: <http://www.teclim.ufba.br/jsfurtado>. Acesso em: 13 nov. 2013.

FURTADO, R., FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores (INPA)** – uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais no início do século XXI**. 2^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOIÁS, **Goiás em Dados 2011** / Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento; Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas - Goiânia: SEGPLAN, 2011.

GORGEN, F.A.S., STÉDILE, J.P. (Orgs). **Assentamentos: Resposta Econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GORGEN, F.A.S., STÉDILE, J.P. (Orgs). **Assentamentos: Resposta Econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GOTTMANN, J. **The significance of territory. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.**

GUANZIROLI, Carlos *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HAESBAERT R.. **Des-territorialização e identidade:** a rede gaúcha no Nordeste, Niterói, Rio de Janeiro, EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos.** Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEIDRICH, Á. L. Fundamentos da formação do território moderno In: **Boletim Gaúcho de Geografia.** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros; Santa Cruz do Sul: Editora da Unisc, no. 23, 1998, pp. 9-22.

HERNÁNDEZ S.; COLLADO, F.; BAPTISTA, P.. **Metodologia de la Investigación.** México, Df: McGraw-Hill. 1991.

IANNI, O. **Ditadura e Agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia:** 1964-1978. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural:** conceito e um exemplo de medida. Congresso da SOBER. SOBER. Cuiabá, 2004.

KERLINGER, F. N. **Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: EPU, 1980.

LACOSTE, Y. **A Geografia:** isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LECHAT, Noëlle M. P. Economia moral: um conceito bom para pensar a economia solidária? **Ciências Sociais UNISINOS**, São Leopoldo, v. 37, n. 159, p. 59-102, 2001.

LEITE, S. *et al.* **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: EDUNESP. (2004).

LEZANA, A. G. R., *et al.* **Empreendedorismo e parceria XXIII Encontro Nac. de Eng. de Produção** - Ouro Preto, MG, Brasil, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU. 1996.

LUZ, M. A. de A. **Estrutura Fundiária em Goiás**: Consolidação e Mudanças – 1850 – 1910. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás Goiânia: UFG, 1982.

MAGNO, L. **Territorialização, conflitos e construção das identidades no assentamento rural Aurora em Descalvado** – SP. Universidade Federal de Viçosa, junho de 2011.

MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil**: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MALUF, R. S. **Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento territorial no Brasil**. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C. (Org.). Mundo rural e cultura. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

MARTINS, G. de A. **Manual para elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 1994.

MARTINS, J. S. **Reforma Agrária**: O Impossível Diálogo. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2004.

MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1984.

MARTINS, J. S. **A política do Brasil**: lúpen e místico. São Paulo: contexto, 2011.

MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. 3^a ed. Petrópolis RJ, Vozes, 1986.

MARTINS, R, D'Almeida; CALDAS, E. de L. Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 10, n. 2, Dec. 2009. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122009000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 set. 2013.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril cultural, 1983.

MEDEIROS, L. e LEITE, S. (orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre / Rio de Janeiro: Editora da UFRS / CPDA - UFRRJ, 1999.

MENDONÇA, M. R. **A Urdidura do Capital e do Trabalho nas Áreas de Cerrado.** Geografia e Trabalho no Século XXI, Presidente Prudente: Centelha, 2007, v. 3, p. 84 -106.

MILONE, Paulo C. **População e desenvolvimento: uma análise econômica.** São Paulo-SP: Ed. Loyola, 1991.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. **Relatório preliminar do DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra.** Presidente Prudente: NERA, 1999.

NEVES, D. P. **O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas do processo de assentamento rural.** In: FERRANTE, V. S .L. S. B.; WITAKER. D. C. A. (orgs.) Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: NEAD, 2008.

NEVES, D. P. **A diferenciação socioeconômica do campesinato,** Ciências Sociais Hoje. Ampocs / Cortez, 1985: 220-241.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil.** 3^a ed. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A Longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados.** Vol. 15 n^o. 43 – São Paulo, Sept/ Dec. 2001.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, S. M.; MAZZINI, E. J. T. **Estratégias de Comercialização de Agricultores Assentados no Estado de São Paulo.** Trabalho apresentado no VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010. Disponível em <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT27>. Acesso em 21/04/13.2.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PIRAUX, M., L. S.; PAULO D. e GHISLAINE D.. **Transição agroecológica e inovação socioterritorial.** Estudos Sociedade e Agricultura, abril de 2012.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Trad. Luiz Alberto Monjardim. 5^a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROMANO, J. O. Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In: MEDEIROS, Leonilde et. al (Org.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 249 -258.

ROMEIRO, A *et al.* (orgs.). **Reforma agrária**: Produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Petrópolis, Ibase / FAO / Vozes, 1994.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. *et al.* Agricultura familiar e nível de vida em quatro regiões da geografia gaúcha. In: **Redes/Revista do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul-RS, V.10, n.01, p. 211-235, jan/abr, 2005.

SANT'ANA, A. L. et al. **Estratégias de comercialização e geração de renda em dois assentamentos da região de Andradina (SP)**. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B. (orgs.) Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas-SP: UNICAMP; Araraquara-SP: UNIARA; São Paulo-SP: INCRA, 2003.

SANTOS, G. E. de O. **Cálculo amostral**: calculadora on-line. 2011. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 01 de junho de 2014.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. 1^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. **Geografia agrária**. 1^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAUSEN, J.O.; PATIAS, I. A.; ALLEBRANDT, S. L. Desenvolvimento local e estratégia de pequenos empreendimentos agroindustriais - a lógica da cooperação e do associativismo: o Pacto Fonte Nova. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro , v. 9, n. 3, Sept. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512011000300010&lng=n&nrm=iso>. Acesso em: 25 set. 2013.

SCHLACHTA, M. H. **O MST e a Questão Ambiental**: uma cultura política em movimento. Dissertação de mestrado apresentada a UNIOESTE. 2008.

SEN, A.. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERGIO, L. *et al.* **Impactos dos assentamentos um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, C. M. R. B. **A Cidade de Morrinhos uma Abordagem Geográfica**. Goiânia: GRAFSET – Gráfica e Editora, 2006.

SILVA, J. G. da. **Caindo por Terra: Crises da Reforma Agrária na Nova República**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**, 3^a ed. São Paulo: brasiliense, 1981.

SILVA, J. M. P. da. **Poder, governo e território na sociedade contemporânea**. Série Estudos e Ensaio / Ciências Sociais/ FLACSO-Brasil - junho /2009.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

SOUZA, M. J. L. **O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento**. In: CASTRO, *et. al.*(Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.

STÉDILE, J. P. A Questão Agrária e o Socialismo. In: ESTEDLE, João Pedro *et. al.* (Orgs.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre; Universidade / UFRGS, 2002.

STÉDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil: A Classe Dominante Agrária – Natureza e Comportamento 1964 – 1990**. (Org.).Mendonça, S..R. .São Paulo: Expressão Popular 2006.

TEIXEIRA, E. C., & MARTIN, M. A. **Retornos aos investimentos no setor não agrícola e agrícola da economia brasileira**. Revista de Econometria, 1988.

- TURNER, V. **O Processo Ritual**: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.
- VALNIER A. RICCI F.. **Programa de aquisição de alimentos (PAA)**: uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 8, n. 16, p. 198-228, ago., 2013.
- VASCONCELOS, Y. O que é a revolução verde? **Revista Vida simples**. Jan. 2007. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_244070.shtml>. Acesso em: 09. abril. 2014.
- VEIGA, J. E da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- VEIGA, J. E da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. São Paulo: Autores Associados, 2002.
- VEIGA, J. E da. **Crescimento, agricultura e meio ambiente**. Anais do 25º Encontro nacional de Economia, Recife, dezembro, 1997.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.
- VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. dos. Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012.
- VIEIRA, M. A. F. R. R. D. **Assentamento São Domingos dos Olhos D'água Em Morrinhos/Go** – A luta para entrar e o desafio para permanecer na terra. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia: UFG. 2010.
- WANDERLEY. M. N.B. **A agricultura familiar no Brasil**: um espaço em construção. São Paulo: Mimeo, 1995.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

PROJETO: A OCUPAÇÃO TERRITORIAL E SEUS CONFLITOS: O Caso do Assentamento São Domingos dos Olhos D'água.

Esta é uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, sob responsabilidade do mestrando Alzair Eduardo Pontes e sob a orientação do Prof. Dr. Moacir José dos Santos.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS¹²

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome entrevistado (a):

Tempo de residência no Assentamento: _____

2. TRAJETÓRIA SOCIAL E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

- a. Poderia me contar um pouco quem você é?
- b. Onde nasceu? Onde e com o quê já trabalhou? (assalariado rural, assal. urbano, produtor rural etc).
- c. Onde morou (municípios)? Espaço rural ou espaço urbano?
- d. Já se associou a sindicatos, movimentos sociais antes de vir aqui para o assentamento São Domingos dos Olhos D'água?
- e. Quais e por quê?
- f. Qual o significado de ter uma terra para você?
- g. Os movimentos sociais de luta pela terra ajudam nisso, com a conquista da terra? Por quê?
- h. Teve medo de quê (no processo de ocupação e luta por uma terra)? Por quê?
- i. Os poderes legalmente constituídos ajudaram de alguma forma na ocupação e posse dos lotes?

3. PROCESSO DE FORMAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO RURAL:

- a. Você poderia me contar um pouco da história que você conhece sobre o assentamento?
 - b. Por que a escolha da fazenda ocupada?
 - c. Por que esse nome, São Domingos dos Olhos D'água?
 - d. Como que você ingressou nessa luta?
 - e. O que você via com a possibilidade de conquistar uma terra?
 - f. Participou de ocupações antes? Quais e Onde? Como foi?
-

¹² Adaptado de Magno (20011)

- g. Do acampamento aqui, anterior ao assentamento, você participou?
- h. Como que era o acampamento? Você acha que é diferente do assentamento? Por quê?
- i. Você conhece todo mundo aqui no assentamento?
- j. Como você acha que são os relacionamentos aqui? São solidários uns com os outros ou é cada um por si?
- k. Existe diferença entre as pessoas de diferentes lugares, exemplo, de nordestinos com paulistas, de mineiros com baianos etc?
- l. Existe produção coletiva aqui no assentamento?
- m. O que você acha da produção coletiva?
- n. Existe associação e cooperativa aqui? Como funciona?

4- PROCESSOS IDENTITÁRIOS NO ASSENTAMENTO:

- a. Por que o veio morar aqui no Assentamento em São Domingos dos Olhos D'água?
- b. Quem mais ajudou no processo ocupação e posse da terra? (pessoas ou movimentos sociais)
- c. Como o adquiriu a terra/lote? (doação, compra, herança, sorteio, etc.)
- d. Conte mais como foi esse processo do INCRA aqui na regularização fundiária.
- e. O INCRA participa agora mais do que antes ou não? E a Prefeitura?
- f. O sr. (sra) gosta de morar aqui?
- g. O que sr. (sra) mais gosta no assentamento? (lugar, pessoas, etc.)
- h. O Sr. se sente ligado ao Assentamento? Por quê? (Significado do território)
- i. Se o sr. (sra) tivesse a oportunidade, gostaria de morar na cidade? Por quê?
- j. O Sr. sente falta de que na sua vida? (do local de origem, da alimentação, etc.)
- k. Que problemas o sr. (sra) e a sua família enfrentam por morar aqui no Assentamento?
- l. O sr. (sra) gosta da casa onde mora?
- m. Quais são seus projetos de vida aqui para o assentamento?
- n. Como é a assistência técnica aqui para os assentados? Quem presta? Como é?
- o. Há apoio dos governos (municipal estadual e federal)? De que forma é esse apoio?

5-COTIDIANO:

- 1. Como é o dia a dia de quem vive aqui no Assentamento?
- 2. O que o Sr. faz quando não está trabalhando? O que o Sr. faz para se divertir?
- 3. Aqui como as pessoas, normalmente, fazem para se divertir?
- 4. Com o que trabalham? A maioria é com a produção agrícola?
- 5. As pessoas participam da igreja?

6-REDES SOCIAIS NA VIZINHANÇA:

- a. Como são as relações entre os moradores aqui do Assentamento? Há brigas? As pessoas se ajudam?
- b. O Sr.(a), por exemplo, conta com a ajuda de algum vizinho ou parente em algum momento (no trabalho na agricultura (se for o caso), ou para conseguir algum trabalho, no cuidado com os filhos, etc?)

- c. O Sr. acha que existe alguma diferença entre os moradores mais antigos e aqueles moradores que mudaram-se para cá recentemente? Ou não tem essa mudança de pessoas entrando e saindo do assentamento?

7-TRABALHO: Caracterização do trabalho (principal, secundário ou terciário):

- a. Em que o Sr. (a) trabalha?
- b. O Sr. trabalha com a terra?
- c. Que produtos cultiva?
- d. Já vendeu algum produto?
- e. O que você compra na cidade?
- f. Tem ajuda de alguém? Os filhos ajudam? Os vizinhos ajudam? Se sim, em época de colheita pode contar com a ajuda dos filhos e/ou de algum vizinho?

8-IDENTIFICAÇÃO COM A TERRA:

- a. O Sr. (a). trocaria o trabalho do o Sr. (a) por outro?
- b. Qual a importância tem para o Sr. (a), ser dono da terra em que trabalha?
- c. E com os filhos do o Sr. (a) acha que eles têm a mesma ligação? Ou eles querem/sentem vontade de sair daqui, ir para outro lugar?
- d. O Sr. (a). trabalha em outra atividade, além da agricultura:

9- ALTERIDADE

- a. Você acha o Assentamento violento? Por quê?
- b. Você já presenciou alguma situação de violência mais próxima de você e de sua família nos últimos tempos ocorrida aqui? Em caso de sim, qual?
- c. Quem são as pessoas mais violentas aqui, os moradores daqui mesmo, ou os de fora?
- d. Você acha que existe preconceito das pessoas de fora que não conhecem as pessoas aqui do assentamento? Por quê?
- e. E entre as pessoas daqui de dentro, como é esse relacionamento? Tem conflitos? Por quê?

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INSTITUCIONAL

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Institucional

Esta pesquisa está sendo realizada pelo Sr. ALZAIR EDUARDO PONTES aluno do MESTRADO ACADÊMICO EM PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MPDR ofertado Departamento de Economia, Contabilidade e Administração – ECA da UNITAU, como Dissertação, sendo orientada e supervisionada pelo professor Prof. Dr. Moacir José dos Santos.

Seguindo preceitos éticos, informamos que pela natureza da pesquisa, a participação dos membros desta organização não acarretará em quaisquer danos à mesma. A seguir, damos as informações gerais sobre esta pesquisa, reafirmando que qualquer outra informação poderá ser fornecida a qualquer momento, pelo aluno pesquisador ou pelo professor responsável.

TEMA DA PESQUISA: A OCUPAÇÃO TERRITORIAL E SEUS CONFLITOS: O Caso do Assentamento São Domingos dos Olhos D'água.

OBJETIVO: Compreender as relações de poder relacionadas à ocupação do território no contexto da reforma agrária em âmbito regional.

PROCEDIMENTO: Pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

SUA PARTICIPAÇÃO: Autorizar a aplicação da pesquisa nesta organização.

Após a conclusão da pesquisa, prevista para 2014, uma dissertação, contendo todos os dados e conclusões, estará à disposição na Biblioteca da Universidade de Taubaté.

Agradecemos sua autorização, enfatizando que a mesma em muito contribuirá para a construção de um conhecimento atual nesta área.

Local, Morrinhos, 10 de janeiro de 2014.



Moacir Jose dos Santos
Prof. Orientador
RG: 24.701.549-0



Aluno
Alzair Eduardo Pontes
RG M3 024.555

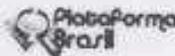
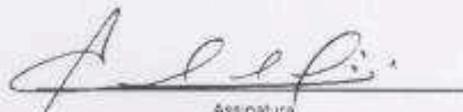
Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento, Eu JOANA DARCK RIBEIRO DE ARAUJO, portador da Cédula de Identidade n.º 226.629.26 2ª VIA inscrito no CPF/MF sob o n.º 332.747.541-53 Membro do PA São Domingos dos Olhos D'água, autorizo a aplicação desta pesquisa no mesmo.

Local, 13 de novembro de 2014.

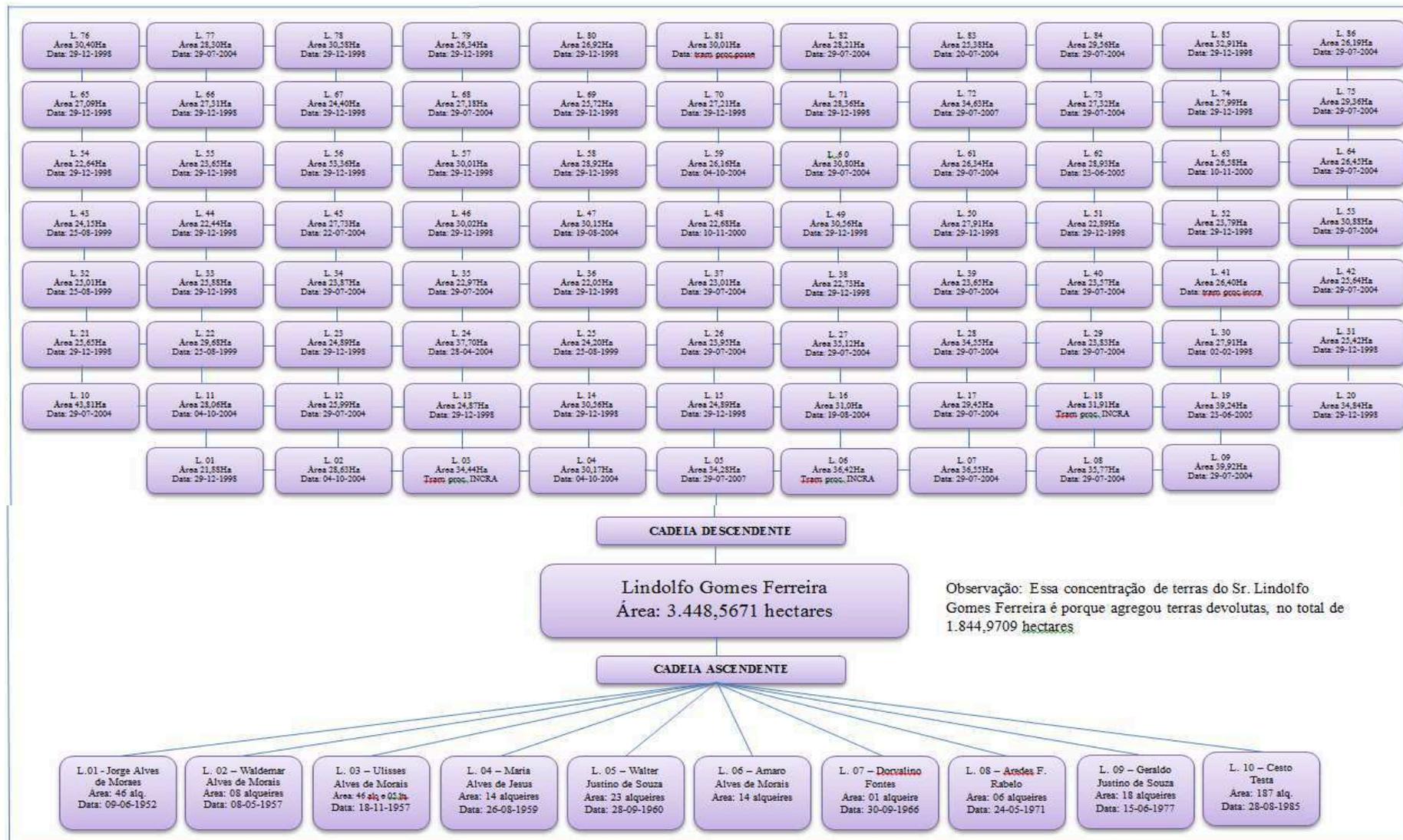


JOANA DARCK RIBEIRO ARAUJO

ANEXO B – FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: A OCUPAÇÃO TERRITORIAL E SEUS CONFLITOS: O Caso do Assentamento São Domingos		2. Número de Participantes da Pesquisa: 85	
3. Área Temática			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Alzair Eduardo Pontes			
6. CPF: 481.151.406-97		7. Endereço (Rua, n.º): rua Gaspare 631 centro GOIATUBA GOIAS 75600000	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: (54) 8401-6600	10. Outro Telefone
11. Email: alzairpontes@hotmail.com			
12. Cargo:			
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinado por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>13</u> / <u>11</u> / <u>2013</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
13. Nome: Universidade de Taubaté		14. CNPJ: 45.176.153/0001-22	15. Unidade/Orgão:
16. Telefone: (12) 3635-1233		17. Outro Telefone	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>MONICA FRANCHI CARNIELLO</u>		CPF: <u>172.741.802-51</u>	
Cargo/Função: <u>COORDENADORA ADJUNTA</u>			
Data: <u>14</u> / <u>11</u> / <u>2013</u>		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXO C – CADEIA DOMINIAL DO PA SÃO DOMINGOS DOS OLHOS D'AGUA



Fonte: Pontes (2014)

ANEXO D – CARTA DE DENÚNCIA DOS ACAMPADOS

URGENTE

CARTA DENÚNCIA

Nós Possesores da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, no Município de Morrinhos-GO. Vimos ao Público e às Autoridades para expor e denunciar que desde 04.04.97, estamos ocupando a referida Fazenda, de forma pacífica e ordeira e de forma muito sofrida, moramos 55 (oitenta e cinco) famílias, desde esta data em barracas de plástico com as nossas famílias, homens, mulheres e crianças, trabalhadoras e trabalhadoras rurais, que simplesmente quer trabalhar afim de engrandecer nós ao País e dar vida digna às nossas famílias, estamos com o Processo de desapropriação da Fazenda, que está em fase final no Tribunal Regional Federal em Brasília. Enquanto o Processo não tem uma definição, necessitamos trabalhar para sustentar nossos filhos, estamos com adubo e semente para plantar as nossas rocinhas e estamos sendo privado. Privado de trabalhar por jagunços armados e liderados por um policial civil de Goiátuba-GO., por nome Carlos Florentino. No dia 29 de dezembro de 2000, fomos vítimas de uma emboscada, armada pelo referido Pistoleiro, que deu três tiros contra nós, que só não conseguiu o que queriam, por estarmos todos no escuro.

Estamos dirigindo às Autoridades e ao povo para que não sejam ignorantes e isentos da responsabilidade do que possa acontecer. Estamos comunicando o fato às Autoridades para que possa ser tomadas as providências afim de evitar um confronto. Estamos cansados de sofrer e não podemos assistir as ameaças e a realização do ato criminoso e covarde e um possível assassinato de um dos nossos companheiros ou mais e até mesmo uma chacina como um Eldorado dos Carajás. Nós estamos dispostos a trabalhar e fazer a nossa lavoura para não deixar os nossos filhos passarem fome.

A morosidade da Justiça agrava a nossa pobreza e o nosso sofrimento. Esperamos das Autoridades as Providências cabíveis. Estamos enviando cópias para os Juízes Federal, Responsáveis pelo Processo no TRF em Brasília, Dr. Milton Queiroz e Eustáquio Silveira, os Juízes de Direito da Comarca de Morrinhos-GO., Os Juízes de Direito da Comarca de Goiátuba-GO., Os Delegados da Polícia Militar de Morrinhos e Goiátuba, o Major Comandante da Batalhão da Polícia Militar de Morrinhos-GO., Ministério Público de Morrinhos e Goiátuba, o Secretário da Segurança Pública do Estado de Goiás, o Ouvidor Agrário do INCRA Nacional, a TV Anbanguera, TV Serra Dourada, TV Record, Rádio Morrinhos AM e FM e Rádio Goiátuba, Rádio Cidade de Goiátuba, Rádio Brasil Central em Goiânia e a Paróquia de Morrinhos e a Diocese de Itumbiara e Prefeitura Municipal de Morrinhos-GO.

Fazenda São Domingos, 04 de Janeiro de 2000

FALA CPT

Boletim Informativo Semanal **Comissão Pastoral da Terra – CPT/Goias** **Ano III – 09 de janeiro de 2001 – n.º 79**

** CPT 25 anos de luta pela reforma agrária **

Posseiros em Morrinhos denunciam emboscada

Moradores da Fazenda São Domingos dos Olhos D'água dizem que pistoleiros dispararam contra eles e que estão sendo impedidos de trabalhar

Oitenta e cinco famílias de posseiros ocupam desde abril de 1997 a Fazenda São Domingos dos Olhos D'água, no município de Morrinhos e agora denunciam que alguns membros do grupo foram vítimas de uma emboscada no dia 29 de dezembro do ano passado. De acordo com denúncia feita através de carta enviada a várias autoridades de Segurança Pública em Goiás, à Justiça, à imprensa e a movimentos de luta pela terra, "pistoleiros armados e liderados pelo policial civil Carlos Florentino, de Goiátuba, deram três tiros" em alguns dos posseiros quando eles retornavam para a fazenda. Segundo afirmaram, os posseiros "só não conseguiram o que queriam por estarem todos no escuro".

O diretor do Sindicato dos Trabalhador@s Rurais de Morrinhos, Elias D'angelo, disse que ainda esta semana os posseiros formalizariam a denúncia policial. "Eles só ainda o fizeram porque estão com medo de que novas emboscadas ocorram", falou o diretor, afirmando ainda que os posseiros continuam sendo importunados pelos pistoleiros e pelo referido policial civil. Após reportagem veiculada pela TV Serra Dourada, os posseiros foram procurados pelas autoridades policiais de Morrinhos para que formalizem a denúncia de emboscada.

A Fazenda São Domingos dos Olhos D'água possui 3.346 hectares e foi desapropriada em 1997. A área foi emitida na posse por três vezes mas as decisões todas foram suspensas. Hoje, o processo da fazenda está em fase final no Tribunal Regional Federal em Brasília. Segundo Elias D'angelo, o proprietário do imóvel, Lindolfo Gomes, faleceu em agosto do ano passado e, desde então, os herdeiros do fazendeiro querem retirar os posseiros da área.

Um comunicado da família foi inclusive distribuído entre os acampados afirmando que "o Incra não está autorizado a fazer parcelamento do solo e assentamento de colonos e que a Agência Rural de Goiás não tem direito de fornecer trator, adubos e sementes aos invasores". Segundo os posseiros, eles esperam que as autoridades tomem as devidas providências, evitando assim um confronto maior entre os grupos. "Estamos cansados de sofrer e não podemos assistir às ameaças e à realização de ato criminoso e covarde", disseram.

ANEXO F – CASO DA FAZENDA SÃO DOMINGOS DOS OLHOS D'AGUA



Rua 19 Ed. B. Abel, 35 Fº andar centro, CEP:74000-000 Goiânia-GO CGC:02759131000-0
e-mail:cpptgo@cultura.com.br – Fone:(061)324-5724 – Fax:(061)324-1733

Caso Fazenda São Domingos dos Olhos D'água.

No dia 22 de Julho de 2001, por volta das 6 horas da manhã, 9 pistoleiros, bem armados chegaram no acampamento da Fazenda São Domingos dos Olhos D'água, com 85 famílias, que fica no município de Morrinhos - GO, de propriedade do Sr. Lindolfo Gomes Ferreira (*já falecido, agora os herdeiros estão reivindicando a terra de volta*). Os pistoleiros colocaram fogo em 4 barracos. Quando chegaram no acampamento, jogaram óleo diesel, ateou fogo e disse: “2 minutos para retirar seus pertences”, mas, não dava mais tempo, o fogo tomou conta de tudo. Todos seus pertences, viraram cinza. Documentos, roupas, mantimentos... as coisas que eles não colocaram fogo, misturaram, material de limpeza com alimentos, óleo diesel na “banha de porco”, em fim fizeram todo tipo de “arruaça”. Em dois barracos distintos, eles agrediram os acampados. O Sr. Edmilson Batista dos Santos, 48 anos, casado, 3 filhos foi agredido por um dos pistoleiros, que chegou por trás do seu barraco e com uma espingarda deu-lhe 3 coronhadas nas costas e pôs ele pra correr. Em um outro barraco, eles chegaram gritando e ateando fogo. Com a Srª. Ilma Fátima de Lima, 41 anos, casada, 3 filhos, eles jogaram óleo diesel em todo seu corpo e ficou ameaçando colocar fogo. Depois, levantou sua roupa e disse que era pra verificar se ela, não estava armada. Depois, eles saíram dando tiro. Mais a frente encontraram 4 acampados e com as armas apontadas pra eles, perguntaram quem queria morrer primeiro? E em seguida saíram avisando: “Voltaremos no próximo dia 30, e senão tiver saído, queimaremos o resto”. Dentre os 9 pistoleiros, um é neto do Fazendeiro, outro, que chefiava os 9, é policial civil. No mesmo dia os acampados procuraram o STR de Morrinhos e eles no dia seguinte fizeram a denúncia na delegacia. Denúncia esta, que não relata nem 1/3 dos fatos. Os acampados alegam ter sido coagidos pelo escrivão que pegou o depoimento deles.

Hoje, 30 de Julho de 2001, foi realizada uma assembléia no acampamento São Domingos dos Olhos D'água, onde estiveram presentes o Presidente do STR de Piracanjuba, Lindolfo, do STR de Morrinhos, Elias, O secretário de Reforma Agrária da FETAEG, Antônio Chagas, o Deputado Estadual do PT, Rubens Ottoni, o Presidente da Associação dos Acampados, o Sr. Lino, 1

membro da coordenação colegiada da CPT Regional Goiás, Mônica Ribeiro e todos os acampados da Fazenda. Na assembleia foi decidido que na 4ª feira, juntamente com um advogado, eles deveriam prestar novo depoimento, inclusive o presidente do STR de Morrinhos que está sendo ameaçado por telefone. Ficou também que, o Divino irá marcar junto com o Deputado Aldo Arantes, uma audiência com o Governador e o Secretário de Segurança Pública e as entidades que apoiam os trabalhadores rurais: FETAEG, STRs e CPT, ainda esta semana. Os assentados do PA. Tijunqueiro, vizinhos do Acampamento S.D. dos Olhos D'água se comprometeram em ajudá-los no que for preciso, inclusive na segurança dos acampados.

Histórico da Fazenda São Domingos dos Olhos D'água;

A fazenda, que fica no município de Morrinhos – GO, foi ocupada no dia 04 de abril de 1997 por 85 famílias. Em seguida o INCRA fez a vistoria, o laudo deu improdutivo. Depois foi desapropriada e em seguida imitada na posse. O Fazendeiro recorreu, suspendeu. Novamente deu parecer positivo ao INCRA, imitiu na posse novamente, tornaram a recorrer, novamente o INCRA consegue nova imissão, que foi a última, em outubro de 1999, o fazendeiro torna a recorrer e a partir daí não se fez mais nada e os acampados estão, há 4 anos esperando uma decisão definitiva e favorável a eles.

Mais detalhes sobre a fazenda segue em anexo no documento do INCRA.

Goiânia, 31 de Julho de 2001.
Mônica Ribeiro.

	O POPULAR - GO		LEAD
	DATA:	CATEGORIA:	PAGINA:
	07/08/01	Estado	2.º D

Sem-terra denunciam violência de pistoleiros

CRISTIANO LEORAS

Trabalhadores rurais do acampamento da Fazenda São Domingos dos Olhos d'Água, em Morrinhos, protestaram anteontem contra as ameaças e agressões físicas que alegam sofrer desde 1999 por milícias armadas. As 85 famílias se mobilizaram para chamar a atenção das autoridades para o clima tenso vivido no acampamento no dia 22, quando sete homens armados de espingardas e revólveres invadiram a fazenda, agredindo os sem-terra e dizendo que se tratava de um despejo.

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos, Elias D'Ángelo Borges, os pistoleiros agrediram dois acampados e jogaram álcool em uma senhora, ameaçando atear fogo. Dois ranchos foram queimados. Mesmo com as ameaças, as famílias estão dispostas a ficar na fazenda.

"O clima está muito tenso e os trabalhadores estão com muito medo. Temos um ataque a qualquer momento e uma tragédia", alerta. Elias D'Ángelo afirma que os acampados denunciaram as agressões na polícia, mas a apuração dos responsáveis está muito lenta. Segundo ele, os agressores foram vistos no acampamento durante a manifestação.

O protesto contou com a

presença de políticos, representantes da Comissão Pastoral da Terra, de integrantes de dois assentamentos e das associações de produtores da região. Os representantes dos sem-terra ficaram de ir à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Goiânia, para exigir que o órgão assuma o problema, que vem se arrastando desde abril de 1997.

A propriedade rural tem 3.446 hectares e foi ocupada em abril de 1997 pelos sem-terra. De acordo com os trabalhadores rurais, a desapropriação vem sendo protelada em função de sucessivas ações e recursos na Justiça protocolados pelos proprietários, alegando que a terra é produtiva. Uma perícia concluiu que o imóvel é improdutivo e o Incra havia concedido prazo improrrogável para a desocupação da fazenda até 14 de outubro de 1999. Os donos da fazenda apelaram e conseguiram efeito suspensivo. No momento, o processo está sendo apreciado na 3ª Turma do Tribunal Federal da 1ª Região.

De acordo com a delegada de Morrinhos, Fabiana Marcuso Roda, o processo está tramitando dentro do prazo e ainda vem sendo estudado para saber se será instaurado inquérito ou apenas lavrado um termo circunstanciado de ocorrência.

Faz. São Domingos dos Olhos, GO.
D'Água Morrinhos

Entidades denunciam violência em Fazenda São Domingos
Secretário de Segurança do Estado de Goiás garante um delegado especial para o caso e a investigação de PMs

Representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado Goiás (Fetaag), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos e Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Goiás formalizaram ao secretário de segurança pública de Goiás, Jônatas Silva, em audiência, dia 23 de julho, a denúncia de violência contra os trabalhadores(as) acampados na Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, município de Morrinhos (GO), promovida pelo proprietário da fazenda. O proprietário da fazenda, conforme relato das entidades ao secretário de segurança, atirou em um dos representantes dos acampados(as). O secretário garantiu a nomeação de um delegado especial para investigar o caso e afirmou que vai investigar ainda o envolvimento de policiais militares no conflito. A justiça federal suspendeu a imissão de posse da área já liberada ao INCRA para fins de reforma agrária. Os trabalhadores rurais denunciaram ao Ibama e à Polícia Federal o desmatamento de parte da reserva florestal da área provocada pelo proprietário do imóvel.

Boletim Fala CPT, 25/07/02, Nº 143

SEM-TERRA Líder rural se diz vítima de atentado

O líder do acampamento da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, em Morrinhos, no Sul do Estado, Reginaldo Silva Mendes, registrou ocorrência sobre um possível atentado sofrido na manhã de ontem. De acordo com o trabalhador, ele foi alvo de tiros quando se negou a entregar as fotos que havia feito de áreas desmatadas na fazenda. Mendes diz que a área tem sido alvo de extração irregular de madeira e areia.

A delegada de Morrinhos, Fabiana Mancuso Roda, afirma que está investigando a suposta tentativa de homicídio mas que ainda não tem o nome dos dois acusados. Um dos suspeitos, segundo Mendes, seria o filho de um dos proprietários da fazenda, que foi dividida e vendida após a morte do dono. A delegada informou que hoje vai ouvir novas testemunhas.

As 85 famílias que vivem no acampamento estão no local há cinco anos. De acordo com os trabalhadores, a desapropriação da área vem sendo protelada em função de sucessivas ações e recursos na Justiça protocolados pelos proprietários.

J. POPULAR - Pág. 21
19/07 2002

ANEXO J – PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ALDO ARANTES SOBRE
SITUAÇÃO DA DESAPROPRIAÇÃO DA FAZENDA SÃO DOMINGOS DOS OLHOS
D'ÁGUA

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ALDO ARANTES (PCdoB-GO)
NO PEQUENO EXPEDIENTE DO DIA 11 DE ABRIL SOBRE
SITUAÇÃO DA DESAPROPRIAÇÃO DA FAZENDA "SÃO
DOMINGOS DOS OLHOS D'ÁGUA".

Sr. Presidente,

Senhoras e Senhores deputados,

Venho hoje a essa tribuna denunciar a situação pela qual
estão passando cerca de 85 famílias que tentam tomar posse da
Fazenda São Domingos dos Olhos D'água, em Morrinhos, Goiás.

A Fazenda "São Domingos dos Olhos D'água" foi
declarada como de interesse social para fins de reforma agrária, pelo
decreto da presidência da república de 08 de outubro de 1997. Desde
então, os proprietários tem tentado sustar o efeito do decreto e
qualquer ato que implique na desapropriação da fazenda.

Mesmo assim, em 25/01 de 1999, o Juiz Relator Hilton Queiroz, indeferiu o efeito suspensivo requerido. Na ocasião da imissão na posse, foi concedido prazo de 30 dias para desocupação do imóvel, prazo que não foi cumprido pelos proprietários. Alegando que não teriam para onde levar alguns equipamentos e gado, o juiz suspendeu a imissão até que o INCRA se pronunciasse a respeito. O INCRA provou que esses mesmos proprietários eram donos de uma outra fazenda no mesmo município, para onde poder-se-ia levar o gado e equipamentos existentes.

Novamente a justiça federal deferiu a imissão do INCRA na posse do imóvel em 12/08/1999, concedendo prazo para desocupação até o dia 14 de outubro de 1999. No entanto, o mesmo juiz, Dr. Hilton Queiroz, atribuiu efeito suspensivo, impedindo a execução da imissão na posse.

A demora em se resolver essa situação é um verdadeiro absurdo, pois não resta nenhuma dúvida de que se trata de propriedade improdutiva, que não cumpre o seu papel social.

Cerca de 85 famílias esperam a resolução desse impasse, para que possam trabalhar a terra e terem uma vida digna. Enquanto isso não ocorre essas famílias passam pelas mais diversas

dificuldades e tem enfrentado inclusive a ameaça de jagunços que hoje protegem a Fazenda São Domingos dos Olhos D'água. Essa situação tem levado a um clima de insegurança e medo na região.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos vêm prestando apoio e solidariedade as famílias e também tem denunciado as ameaças que elas vêm sofrendo por lutarem pelo direito a terra.

Além de denunciar essa situação, venho também aqui apelar para que o INCRA, dê o máximo de celeridade a esse processo, para que os trabalhadores rurais possam ter acesso a sua terra.

ANEXO L – RELATÓRIO DA PROCURADORIA FEDERAL REGIONAL DE
03/01/2001

 <p>INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE GOIÁS - SR 04 / GO PROCURADORIA REGIONAL</p> <p>REFERÊNCIA: Imóvel denominado "FAZENDA SÃO DOMINGOS DOS OLHOS D'ÁGUA". PROPRIETÁRIO: Lindolfo Gomes Ferreira e outra MUNICÍPIO: Morrinhos - Goiás</p>
<p>1) LINDOLFO GOMES FERREIRA e sua Mulher, ajuizaram em 04/08/99, "Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas" Processo nº 97.93439-3), para provar a produtividade do imóvel denominado "Fazenda São Domingos dos Olhos D'água", Município de Morrinhos/GO.</p>
<p>2) Em 9/10/97, é publicado no D.O.U. o Decreto de 8/10/97 que declarou ser o referido <u>imóvel de interesse social para fins de reforma agrária.</u></p>
<p>3) Os proprietários, "visando sustar o decreto desapropriatório, bem como a prática de qualquer ato que implique na desapropriação, <u>até o trânsito em julgado da sentença que decidir sobre a questão da produtividade do imóvel e da proibição de desapropriá-lo</u>", impetraram ação de Mandado de Segurança (processo nº 97.11737-9 – 2ª Vara), contra esta Autarquia, cuja sentença <u>negou a segurança pleiteada.</u></p>
<p>4) Insignados, apelaram da sentença, tendo o recurso sido negado pelo TRF, (juíza Relatora Dra. Eliana Calmon), acórdão publicado no D.O.U de <u>16/09/98.</u></p>
<p>5) Em 19/12/97 foi protocolada a Ação de Desapropriação referente ao imóvel epigrafado, processo nº 97.17161-2, em cuja decisão o Juiz Federal negou a imissão provisória do INCRA no imóvel desapropriando "<u>até a realização da prova pericial na ação conexa</u>", (Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas)</p>
<p>6) Esta Autarquia agravou a decisão (Agravado de Instrumento nº 1998.01.00.1643-6), protocolado em 23/03/98.</p>
<p>7) Na decisão do referido Agravado, o Juiz Relator Hilton Queiroz, negou efeito suspensivo, <u>até a realização da pericia.</u></p>
<p>A:\REFERENCIA1.090</p> <p>1</p>

8) O perito Judicial Bernardo Pignata Bochi, na conclusão do

Pericial (fs. 9/4 do processo nº 9349-3 – Ação Cautelar) concluiu que "o imóvel rural Faz. São Domingos dos Olhos D'água era improdutivo e não cumpria sua função social nos termos da Lei 8.629/93.

REFER

3,11

9) Em audiência do dia 11/03/99, o Juiz Federal homologou

por sentença a prova produzida na perícia, tendo transcorrido in albis o prazo recursal.

10) Tendo a perícia confirmado ser o imóvel IMPRODUTIVO, o Juiz Federal deferiu o pedido de imissão na posse no dia 17/12/98, sendo o INCRA imitado na posse em 29/12/98.

11) Insignados, os expropriados agravaram a decisão que deferiu a imissão na posse, Agravo de Instrumento nº 1999.01.001575-B, cuja decisão proferida pelo Juiz Relator Hilton Queiroz, INDEFERIU o efeito suspensivo requerido (25/01/1999), tendo o referido Agravo sido julgado em 07/12/99, confirmando a decisão indeferitória.

12) Na ocasião da imissão na posse, foi concedido o prazo de 30 dias para desocupação do imóvel, o qual não foi cumprido. Esta Autarquia, então, requereu ao Juiz do processo, que determinasse a pronta desocupação do imóvel, o que foi concedido.

13) Os expropriados peticionaram ao Juiz, alegando que moravam há 50 anos no referido imóvel, e que o INCRA não tinha informado para onde seriam levados os animais (gados e semoventes), tendo o douto Juiz suspenso a imissão, até que o INCRA se manifestasse quanto às alegações dos expropriados.

14) Esta Autarquia provou através de documentos, que os expropriados eram possuidores, no mesmo município, de um outro imóvel, com 831,00 há, denominado "Fazenda São Domingos dos Olhos D'água II", para onde poder-se-ia levar os animais e maquinários existentes no imóvel desapropriado.

15) Os proprietários ajuizaram, então, a Ação Anulatória de processo Administrativo de desapropriação, cumulada com Ação de nulidade de Declaração de interesse social para fins desapropriatórios, Ação Declaratória de Produtividade de Imóvel Rural e de sua inadequação para fins de Reforma Agrária, e com Ação Proibitória de Desapropriação, Processo nº 99.55-9.

16) O pedido da Tutela Antecipada na referida ação foi denegado, e logo depois, em 12/08/99, o Juiz do processo proferiu SENTEÇA em que julgou improcedente o pedido dos autores, com base na conclusão da perícia Ag. pela improdutividade do imóvel.

17) Considerando a decisão da Ação Ordinária 99.55-9, o Juiz Federal novamente deferiu a imissão do INCRA na posse do imóvel em referência, em 12/08/99, concedendo prazo improrrogável para desocupação até o dia 14 de outubro de 1999.

18) Mais uma vez os expropriados agravaram a decisão, Agravo de Instrumento nº 1999.01.00.013015-3, cujo Juiz Relator, o mesmo Dr. Hilton Queiroz, atribuiu EFEITO SUSPENSIVO, impedindo a execução da imissão na posse, até o trânsito em julgado da sentença da Ação Ordinária 99.55-9, da qual os expropriados apelaram.

19) No dia 07/12/99 foram julgados 03 (três) Agravos referentes ao imóvel em questão:

a) AG Nº 1998.01.00.019265-2

Autor: Lindolfo Gomes Ferreira

Réu: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

b) AG Nº 1998.01.00.005170-2

Autor: Lindolfo Gomes Ferreira

Réu: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

c) AG Nº 1999.01.00.1575-8

Autor: Lindolfo Gomes Ferreira

Réu: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

20) Nas 03 (três) decisões proferidas, foi NEGADO PROVIMENTO aos Agravos, sendo que no AG Nº 1999.01.00.1575-8 OS Autores requeriam a suspensão da 1ª imissão na posse, realizada em 29/12/98, o que foi negado, portanto foi confirmada a imissão realizada em 29/12/98.

21) Os Autores, Lindolfo Gomes Ferreira e Outra, agravaram a decisão proferida pelo Juiz da 7ª Vara, 12/08/99, que deferiu novamente a imissão do INCRA na posse do imóvel em comento, concedendo prazo improrrogável para desocupação da mesma, cujo Agravo autuado em 01/09/99, é de nº 1999.076774-6.

22) Embora nenhum óbice restasse que impedisse a imissão do INCRA na posse do referido imóvel, vez que a Perícia Judicial requerida pelos Autores confirmou a IMPRODUTIVIDADE do mesmo, e, no Mandado de Segurança impetrado visando "sustar o decreto desapropriatório, bem como a prática de qualquer ato que implique na desapropriação" foi negada a segurança pleiteada, cuja sentença foi confirmada pela Juíza Relatora Dra. Eliana Calmon, Processo nº 1998.01.00.080225-7 confirmada no AG nº 1998.01.000.559-5, o Juiz Relator, Dr. Hilton Queiroz, concedeu EFEITO SUSPENSIVO ao Agravo nº 1999.01.00.076774-6, suspendendo novamente a imissão do INCRA na posse do imóvel, em 06/09/99, estando, suspensa a imissão na posse, desde esta data.

23) Entende-se que a decisão proferida no Agravo nº 1999.01.00.001575-8, dia 07/12/99, é coisa julgada, perdendo, portanto, o objeto, o Agravo nº 1999.01.00.076.774-6, que suspendeu a imissão.

24) A demora na efetivação da imissão do INCRA na posse do referido imóvel tem trazido consideráveis prejuízos, vez que o Expropriado continua no imóvel, trabalhando o mesmo. A perícia Judicial requerida para aferir a Avaliação, resultou num valor 100% maior do que o INCRA ofertou pelo mesmo, sem contar as dificuldades vividas pelas famílias que estão acampadas na propriedade desde 1997.

25) Os Expropriados apelaram da decisão proferida na Ação Ordinária nº 99.55-9, tendo o processo subido para o TRF, com as contra razões do INCRA, sendo distribuído ao Juiz Eustáquio Silveira.

26) Observa-se que, a movimentação, atual dos referidos processos, é a seguinte:

a) Agravo de Instrumento nº 1999.01.00.076774-6:

Remetido ao Gabinete do Juiz Hilton Queiroz, em 06/11/2000

Já houve pedido de preferência no julgamento do referido processo (Doc. 01)

b) Apelação nº 1999.35.00.00.0055-9:

Concluso ao Juiz Relator em 14/07/2000. (Doc. 02)

A:REFERENCIA1.doc

4

É o que tinha a relatar.

Goiânia, 03 de janeiro de 2.001.


AVELINA DAIRLENE N. MAGALHÃES
Procuradora Federal